

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Bruno da Silva Conceição

**NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA EM MARCHA:
PROCESSO DE DISTANCIAMENTO DOS PARTIDOS BRASILEIROS DA
REGIONALIZAÇÃO (1945-2014)**

ORIENTADOR: PROF. DR. Paulo Sérgio Peres

Porto Alegre, 2018

CIP - Catalogação na Publicação

Conceição, Bruno da Silva
Nacionalização Partidária em Marcha: processo de
distanciamento dos partidos brasileiros da
regionalização (1945-2014) / Bruno da Silva Conceição.
-- 2018.
183 f.
Orientador: Paulo Peres.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Nacionalização Partidária. 2. Partidos Políticos
. 3. Regionalização. 4. Eleições. I. Peres, Paulo,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Bruno da Silva Conceição

**NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA EM MARCHA:
PROCESSO DE DISTANCIAMENTO DOS PARTIDOS BRASILEIROS DA
REGIONALIZAÇÃO (1945-2014)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres

Porto Alegre
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Bruno da Silva Conceição

**NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA EM MARCHA:
PROCESSO DE DISTANCIAMENTO DOS PARTIDOS BRASILEIROS DA
REGIONALIZAÇÃO (1945-2014)**

Tese de doutorado defendida para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de aprovação: 11/05/2018.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres (Orientador) – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Silvana Krause – UFRGS

Prof. Dr. Mauricio Rebello – UFFS

Prof. Dr. Rafael Madeira – PUC

Porto Alegre
2018

AGRADECIMENTOS

A escrita dessa tese foi similar àquela aventura protagonizada pelo jovem marinheiro *Gilliat* ao retirar a máquina da *Durande* dos destroços da ilha *Douvres*. Victor Hugo narrou aquilo com um ar de odisséia devido aos inúmeros contratempos e intempéries que açoitavam *Gilliat* para a tarefa, impossível, de recuperar o principal elemento do navio encalhado nas mortíferas rochas da ilha. Ao contrário dos augúrios fatalistas, a perseverança e a razão do jovem marinheiro foram a chave para o sucesso do desafio mortal. Escrever esta tese precisou de boas doses de perseverança e racionalidade, embora o único risco que passei nesta jornada foi o de perder a pouca sanidade que já tenho. Ao final da empreitada, percebo que a incredulidade no começo dessa hercúlea tarefa, quanto ao seu desfecho, foi diminuindo com os sucessivos avanços da pesquisa.

Devo ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a possibilidade de estudar uma temática recente que possui forte influência no funcionamento do sistema partidário brasileiro: a nacionalização partidária. Nesse período foi fundamental, também, o aporte financeiro fornecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) para a produção lenta, gradual e segura desta pesquisa.

Foi indispensável, para a execução no prazo e dentro do rigor que esse ofício requisita, os aconselhamentos e críticas fornecidas pelo meu orientador Paulo Peres. Agradeço muito a confiança depositada neste jovem pesquisador, as indagações pertinentes e as críticas construtivas que fizeram essa tese crescer em qualidade e falseabilidade. Agradeço aos professores componentes da minha banca de defesa do doutorado, os professores Mauricio Rebello, Rafael Madeira e Silvana Krause pelos comentários, críticas e sugestões que contribuirão para redefinir a versão final desta tese.

Resta ainda fazer uma menção especial de agradecimento aos meus estimados amigos que passaram, talvez, pelas mesmas frustrações, ansiedades, angústias, alegrias, etc. que essa vida atarefada de bolsista/pesquisador/aluno/professor/painelista/trabalhador impõe. Como são muitas as pessoas, e minha memória sempre me trai, pontuo aquelas que eu incomodei demais nesse período de pós-graduação. Sim, eu sei que sou insuportável e deveras chato. Por isso agradeço imensamente:

A companhia constante, por vezes zombeteira, da queridona Camila de Vasconcelos que foi uma *amiga/conselheira/coautora/guru* durante toda a pós-graduação. A *S2 amiga de todas as horas* Melina Mörschbacher pela presença carinhosa, assertiva e atenciosa, além dos papos cabeças/existenciais/dramáticos instigantes nos quais tu, sempre, ganhavas a discussão. A *sonhadora* Jamile Tajra pelo carinho, pelas conversas, e pelo conhecimento de vários tópicos instigantes e, por vezes, inusitados, compartilhado com esse gaúcho sem sotaque. A *alegre militante* Luciana Papi pela motivação para um trabalho por vezes chatíssimo, mas sempre, intelectualmente, recompensador. A *senhorita não sou obrigada a nada* Giovanna Neiva, pelo humor irreverente que me distraiu da chatice da tese nos rolés pela cidade baixa.

As *sensacionais* Sara Epitácio e Roberta Resende pelos conselhos valiosos sobre o que fazer da vida. As *girls power* Tahina Mattos e Luciana Wietchikoski pela parceria e pelas conversas animadas. Aos *pimposos e guerreiros* Luma Doné e Felipe Bellido pela valiosa companhia nos rolés irados na América do Sul. A *inteligentíssima antropóloga* Paula Bolzan que trouxe nos nossos encontros aquela habilidade, que eu tanto admiro, de saber colocar as perguntas certas independentemente se as repostas são possíveis. Ao *filósofo de algoritmos* Enzo Lenine, pelos comentários sarcásticos do drama da pós-graduação e pelo S.O.S. acadêmico. Ao *esquerdopata* Rafael Lameira, pelas discussões políticas e acadêmicas acaloradas, mas sem perder a ternura jamais. Ao *technobrega* Diego Santos, por lembrar que a vida acadêmica também pode ser alegre e festiva.

Ao *filósofo político* Arcênio Cuco, cujas nossas incisivas discussões acadêmicas fariam inveja a certos intelectuais *superstars* que andam por aí. Ao *parceiro* Ricardo Ossagô, de tantos eventos extra acadêmicos, de lazer e de diversão, agradeço pela

disponibilidade constante para este digníssimo amigo. Ao *anti-herói* Marcus Hulk, um entusiasta, admito que bem mais do que eu, da vida acadêmica e da relevância da Ciência Política nacional. Ao quase *gaúcho* Rodolfo Marques, grande parceiro de viagens e de congressos, pela camaradagem sem precedentes de uma das melhores pessoas que conheci nesse período de pós-graduação. Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus familiares pelo apoio sentimental e financeiro com que, definitivamente, me suportaram durante este tempo. Meu caráter crítico, de vez em quando demasiado, perturba a paciência de qualquer mortal. Por isso, Mãe, Pai, sobrinhos & companhia Ltda. vocês merecem um troféu pela paciência.

A missão posta para este jovem pesquisador, de ter um “olhar” original sobre um fenômeno, foi concluída. Em outras palavras, acrescentei um tijolo ao muro da Ciência Política. Isso não é algo fortuito para mim já que um pesquisador negro que consiga concluir todas as etapas do ciclo acadêmico, culminando ainda em uma posterior alocação como professor universitário, ainda no Brasil é pouco frequente. Espero que as medidas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro possam diminuir, gradativamente, esse déficit de diversidade na graduação e na pós-graduação, além de aumentar o número de profissionais negros e negras educando em salas de aulas. Para quem vai ler esta tese, não posso me eximir de uma saudável característica da produção acadêmica que é a socialização dos méritos e a privatização dos erros. Desse modo, agradeço as contribuições feitas para a melhora dessa pesquisa e assumo de antemão responsabilidade total acerca de quaisquer imprecisões analíticas no decorrer desta obra que resultam, obviamente, das limitadas capacidades deste cientista político que vos escreve.

RESUMO

No longo processo de construção do sistema partidário brasileiro, uma incerteza ainda paira sobre a possibilidade de avanço do processo de nacionalização partidária. Por acaso estariam os partidos políticos brasileiros com suas bases organizativas e votações eleitorais nacionalizadas ou regionalizadas pelo território nacional? A tese proposta é de que há uma gradativa nacionalização dos partidos brasileiros, desde a primeira experiência democrática (1945-1964), passando pelo bipartidarismo da ditadura civil-militar (1964-1986) até a redemocratização (1986-2014), diminuindo os efeitos característicos de regionalização das primeiras fases de partidos do país. Para tanto, a análise se concentrará em um importante indicador para mensurar o grau de nacionalização partidária, qual seja: o *Party Nationalization Score* (PNS). Os dados empíricos que serão usados para analisar a nacionalização partidária brasileira provêm das estatísticas eleitorais dos partidos políticos para ocupação de uma cadeira na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Estaduais disponíveis no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou de pesquisa bibliográfica documental. Os resultados desta tese mostram que os partidos brasileiros contemporâneos estão em um patamar elevado de nacionalização distanciando-se da regionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalização Partidária; Partidos; Regionalização; Eleições.

ABSTRACT

In the long process of building the Brazilian party system, uncertainty still lingers over the possibility of advancing the process of party nationalization. Are the Brazilian political parties with their organizational bases and electoral votes nationalized or regionalized by national territory? The thesis proposed is that there is a gradual nationalization of Brazilian parties, from the first democratic experience (1945-1964), through the bipartisanship of the civil-military dictatorship (1964-1986) to the re-democratization (1986-2014), reducing the effects of the characteristic regionalization of the first phases of the country's parties. To do so, the analysis will focus on an important indicator to measure the degree of party nationalization, namely: Party Nationalization Score (PNS). The empirical data that will be used to analyze the Brazilian party nationalization comes from the electoral statistics of the political parties to occupy a seat in the Chamber of Deputies and in the State Assemblies available in the database of the Superior Electoral Court (TSE) or from bibliographic documentary research. The results of this thesis show that contemporary Brazilian parties are on a high level of nationalization, distancing themselves from regionalization.

KEY-WORDS: Party Nationalization; Political Parties; Regionalization; Elections.

RÉSUMÉ

Dans le long processus de construction du système des partis brésilien, l'incertitude persiste sur la possibilité de faire avancer le processus de nationalisation des partis. Les partis politiques brésiliens avec leurs bases organisationnelles et leurs votes électoraux sont-ils nationalisés ou régionalisés par territoire national? La thèse proposée est qu'il y a une nationalisation progressive des partis brésiliens, depuis la première expérience démocratique (1945-1964), à travers le système des deux partis de la dictature civilo-militaire (1964-1986) à la démocratie (1986-2014), ce qui réduit les effets de régionalisation caractéristique des premières phases des partis du pays. Par conséquent, l'analyse se concentrera sur un indicateur important pour mesurer le degré de nationalisation du parti, à savoir: Parti Nationalisation Score (PNS). Les données empiriques qui seront utilisées pour analyser la nationalisation du parti brésilien proviennent des statistiques électorales des partis politiques pour occuper un siège à la Chambre des représentants et dans les assemblées publiques disponibles dans la base de données de la Cour Supérieure (TSE) ou de la recherche documentaire bibliographique. Les résultats de cette thèse montrent que les partis brésiliens contemporains se situent à un haut niveau de nationalisation, se distanciant de la régionalisation.

MOTS CLÉS: Nationalisation des Partis; Partis Politiques; Régionalisation; Élections.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01. Síntese do Desenho de Pesquisa	26
Quadro 02. Magnitude dos Distritos para o cargo de Deputado no Brasil	99
Quadro 03. Critérios de Mensuração da Nacionalização Partidária	101
Quadro 04. Padrão da Competição para Deputado Federal, com Partido Predominante nas Regiões [1966-1982]	134
Quadro 05. Padrão da Competição para Deputado Estadual com Partido Predominante nas Regiões [1966-1982]	137
Quadro 06. Longevidade dos Partidos Brasileiros	149
Quadro 07. Classificação da Nacionalização Partidária no Brasil, Nível Federal	165
Tabela 01. Votação Nacional nas Eleições Presidenciais e Vice-Presidenciais, de 1945 a 1960	107
Tabela 02. Percentual de votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, por Partido (1945-1962)	111
Tabela 03. PNS nas Eleições para a Câmara dos Deputados, por Partido (1945-1962)	112
Tabela 04. Votação dos Partidos nas Eleições para as Assembleias Estaduais, de 1947 a 1962 (%)	118
Tabela 05. PNS nas Eleições para as Assembleias Estaduais, de 1947 a 1962	120
Tabela 06. PNS para a Câmara dos Deputados [1966-1982]	136
Tabela 07. PNS nas Eleições para as Assembleias Estaduais [1966-1982]	139
Tabela 08. Resultados das Eleições Presidenciais [1989-2014]	146
Tabela 09. PNS nas Eleições para a Câmara dos Deputados [1998-2014]	158
Tabela 10. PNS nas Eleições para as Assembleias Estaduais [1998-2014]	164

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 01. Competição Eleitoral para a Câmara dos Deputados na Região Norte, de 1945 a 1964 (%)	114
Gráfico 02. Competição eleitoral para a Câmara dos Deputados na Região Nordeste, de 1945 a 1964 (%)	114
Gráfico 03. Competição Eleitoral para a Câmara dos Deputados na Região Centro-Oeste, de 1945 a 1964 (%)	115
Gráfico 04. Competição Eleitoral para a Câmara dos Deputados na Região Sudeste, de 1945 a 1964 (%)	115
Gráfico 05. Competição Eleitoral para a Câmara dos Deputados na Região Sul, de 1945 a 1964 (%)	116
Gráfico 06. Evolução do PNS dos Principais Partidos, para a Câmara dos Deputados, de 1944 a 1964	121
Gráfico 07. Evolução do PNS dos Principais Partidos, para as Assembleias Estaduais, de 1944 a 1964	121
Gráfico 08. Competição Eleitoral para as Assembleias Estaduais na Região Norte, de 1947 a 1962 (%).....	123
Gráfico 09. Competição Eleitoral para as Assembleias Estaduais na Região Nordeste, de 1947 a 1962 (%).....	123
Gráfico 10. Competição Eleitoral para as Assembleias Estaduais na Região Centro-Oeste, de 1947 a 1962 (%).....	124
Gráfico 11. Competição Eleitoral para as Assembleias Estaduais na Região Sudeste, de 1947 a 1962 (%).....	124

Gráfico 12. Competição Eleitoral para as Assembleias Estaduais na Região Sudeste, de 1947 a 1962 (%)	125
Gráfico 13. Votação para a Câmara dos Deputados na Região Norte [1998-2014]	153
Gráfico 14. Votação para a Câmara dos Deputados na Região Nordeste [1998-2014]	153
Gráfico 15. Votação para a Câmara dos Deputados na Região Centro-Oeste [1998-2014]	154
Gráfico 16. Votação para a Câmara dos Deputados na Região Sudeste [1998-2014]	154
Gráfico 17. Votação para a Câmara dos Deputados na Região Sul [1998-2014]	155
Gráfico 18. Votação para as Assembleias Estaduais na Região Norte [1998-2014] ...	161
Gráfico 19. Votação para as Assembleias Estaduais na Região Nordeste [1998-2014]	161
Gráfico 20. Votação para as Assembleias Estaduais na Região Centro-Oeste [1998-2014]	162
Gráfico 21. Votação para as Assembleias Estaduais na Região Sudeste [1998-2014]	162
Gráfico 22. Votação para as Assembleias Estaduais na Região Sul [1998-2014].....	163
Figura 01. Grau de articulação dos partidos nos distritos.	97

LISTA DE SIGLAS – 1945-1982

PSD	Partido Social Democrático
UDN	União Democrática Nacional
PTB.....	Partido Trabalhista Brasileiro
PSP.....	Partido Social Progressista
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PR	Partido Republicano
PSB.....	Partido Socialista Brasileiro
PPS.....	Partido Popular Sindicalista
PDC	Partido Democrata Cristão
PRP.....	Partido de Representação Popular
PRProg	Partido Republicano Progressista
PL.....	Partido Libertador
PRD.....	Partido Republicano Democrático
PAN.....	Partido Agrário Nacional
PRT.....	Partido Republicano Trabalhista
POT.....	Partido Orientador Trabalhista
PST.....	Partido Social Trabalhista
MTR.....	Movimento Trabalhista Rural
PCB.....	Partido Comunista Brasileiro
ED.....	Esquerda Democrática

PPB..... Partido Proletário do Brasil

ARENA.Aliança Renovadora Nacional

MDB.Movimento Democrático Brasileiro

LISTA DE SIGLAS – 1986-2016

PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN.	Partido da Mobilização Nacional
PPB.....	Partido Progressista Brasileiro
PPS.....	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA.....	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRP.....	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB.....	Partido Socialista Brasileiro
PSC.....	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC Partido Social Democrata Cristão
PSL Partido Social Liberal
PSN Partido da Solidariedade Nacional
PST Partido Social Trabalhista
PSTU Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT Partido dos Trabalhadores
PT do B Partido Trabalhista do Brasil
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PTN Partido Trabalhista Nacional
PV Partido Verde
PHS Partido Humanista da Solidariedade
PP Partido Progressista
PRB Partido Republicano Brasileiro
PSOL Partido Socialismo e Liberdade
PTC Partido Trabalhista Cristão
DEM Democratas
PR Partido da República
PEN Partido Ecológico Nacional
PPL Partido Pátria Livre

PROS.....Partido Republicano da Ordem Social

SD.....Solidariedade

PMB.....Partido da Mulher Brasileira

REDE Rede Sustentabilidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: O DEBATE SOBRE A NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA	28
1.1. Nacionalização Partidária, Modernização e Desenvolvimento Político	28
1.1.1. <i>A abordagem administrativa ao desenvolvimento político</i>	30
1.1.2. <i>A abordagem sistêmica ao desenvolvimento político</i>	32
1.1.3. <i>A abordagem socioeconômica ao desenvolvimento político</i>	33
1.1.4. <i>A abordagem legal-formal do desenvolvimento político</i>	36
1.1.5. <i>A abordagem culturalista ao desenvolvimento político</i>	38
1.2. A Agenda de Pesquisas sobre a Nacionalização Partidária	41
1.2.1. <i>Nacionalização Partidária nos Estados Unidos</i>	42
1.2.2. <i>Nacionalização Partidária na Europa</i>	48
1.2.3. <i>Nacionalização Partidária no Canadá, no México e na América Central</i>	51
1.2.4. <i>Nacionalização Partidária na América do Sul.....</i>	56
1.2.5. <i>Nacionalização Partidária no Brasil</i>	66
CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	75
2.1. Fundamentos Conceituais.....	76
2.1.1. <i>Nacionalização versus Regionalismo</i>	76
2.1.2. <i>Nacionalização Partidária, das Políticas e da Política</i>	80
2.2. Nacionalização Partidária: Operacionalização Conceitual	81
2.3. Procedimentos de Mensuração	91
2.3.1. <i>Party Nationalization Score [PNS]</i>	91
2.3.2. <i>Precauções Metodológicas: desenho institucional e nacionalização sistêmica</i>	93
2.3.3. <i>Classificação dos Partidos de Acordo com o PNS</i>	100
2.3.4. <i>Fonte dos Dados.....</i>	102

CAPÍTULO 3 – NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1945-1964	104
3.1. Contexto Político	104
3.2. Nacionalização Partidária no Nível Federal	109
3.3. Nacionalização Partidária no Nível Estadual.....	116
CAPÍTULO 4 – NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1964-1978	126
4.1. Contexto Político	126
4.2. Nacionalização Partidária no nível federal	133
4.3. Nacionalização da ARENA e do MDB no nível estadual	136
CAPÍTULO 5 – NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1986-2014	141
5.1. Contexto Político	143
5.2. A Estrutura Organizativa dos Partidos	147
5.3. Nacionalização Partidária na Esfera Federal	151
5.4. Nacionalização Partidária na Esfera Estadual	160
CONCLUSÃO	167
BIBLIOGRAFIA	170
ANEXO	182

Las palabras desnudas derrotan a los números desnudos. Las palabras acompañadas de números derrotan a los números solos, y los números tienen sentido, o tienen más sentido, dentro de una teoría verbal.

Giovanni Sartori

INTRODUÇÃO

Recentemente, a literatura de política comparada que analisa as novas democracias passou a incluir no conjunto de indicadores de consolidação dos sistemas partidários o grau de nacionalização dos partidos. Isso porque, de acordo com os especialistas, a nacionalização partidária deve ser considerada o resultado da transição da política tradicional para a política moderna e, desse modo, ela é um dos sinais mais relevantes do desenvolvimento político de um país e da qualidade do regime democrático (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; MORGENSTERN, 2005). Na verdade, esse movimento significa a retomada de um problema relativamente antigo, mas em bases metodológicas mais acuradas. Pode-se dizer que a preocupação com a nacionalização da política e dos partidos remonta aos primórdios da profissionalização da disciplina de Ciência Política e ganhou maior relevância em meados do século XX. Alguns dos estudos pioneiros analisaram os sistemas partidários europeus e dos Estados Unidos, e recorreram a análises históricas da flutuação do voto e dos alinhamentos eleitorais nas eleições presidenciais e parlamentares (DUVERGER, 1970; SCHATTSCHNEIDER, 1960). Quase sempre, havia a orientação normativa de defesa da nacionalização enquanto um fator do desenvolvimento político (LIPSET e ROKKAN, 1967).

No caso do Brasil, o problema do regionalismo versus o nacionalismo da política e dos partidos é um dos temas centrais nos debates acadêmicos e nos estudos empíricos desde a proclamação da República (e.g.: OLIVEIRA VIANNA, 1927; LEAL, 1948; HOLANDA, 1936; HAGOPIAN, 1996; NUNES, 1997). Não obstante, até o momento, análises mais criteriosas sobre o grau de nacionalização dos partidos brasileiros são escassas (LIMA Jr, 1983; VASSELAI, 2015; BORGES, 2016; GUARNIERI, PERES e RICCI, 2017). Além disso, os poucos estudos empíricos sobre esse tema analisaram insuficientemente o fenômeno numa perspectiva processual e comparada, levando-se em conta a evolução dos três sistemas que se estabeleceram nesse período.

Ou seja, em que medida, apesar das interrupções de regime, houve continuidade na nacionalização dos partidos entre os diferentes sistemas.

Meu objetivo nesta tese é contribuir para o preenchimento dessa lacuna. Para tanto, analiso o grau de nacionalização partidária no Brasil em termos processuais e comparativos, considerando sua evolução desde 1945 até 2014, tendo como universo do estudo os sistemas partidários (a) da democracia de 1945-64, (b) do bipartidarismo do regime autoritário, de 1965-78, estabelecido pelo Ato Institucional Nº 2 e regulamentado pelo Ato Complementar Nº 4, e (c) do multipartidarismo implementado a partir de 1978 como componente do processo de abertura democrática.

Observa-se, entretanto, que o foco do estudo recai sobre as legendas, e não sobre os respectivos sistemas partidários, o que significa que a análise se concentra na nacionalização dos partidos, e não dos sistemas, pois isso implicaria outras formas de mensuração e outra unidade de análise. Para mensurar o grau de nacionalização partidária, recorro ao *Party Nationalization Score* [PNS], proposto por Jones e Mainwaring (2003). A base empírica do estudo provem das estatísticas eleitorais referentes à conquista de cadeiras da Câmara dos Deputados e das Assembleias Estaduais, além de informações documentais. Todos esses dados são oriundos do Tribunal Superior Eleitoral [TSE].

Duas conjecturas orientaram a condução da pesquisa que resultou nesta tese. A primeira delas supõe que não houve continuidade no processo de nacionalização considerando-se os sistemas de 1946-64 e de 1965-78, porque se tratou da ruptura de um regime democrático para se implementar um regime autoritário. A segunda supõe que entre os sistemas de 1965-78 e o atual houve uma continuidade na nacionalização partidária de algumas das principais legendas, nomeadamente PMDB, PSDB, PP e DEM, herdeiras diretas e indiretas do bipartidarismo anterior – MDB e ARENA. Isso porque a segunda transição de regime foi inversa à primeira, saindo-se do autoritarismo para a democracia.

Essas conjecturas apoiam-se nos seguintes fundamentos teóricos. Quando regimes autoritários substituem democracias, é de se esperar uma total ruptura em relação aos partidos pré-existentes. De fato, espera-se que regimes autoritários

impeçam a existência dos partidos, das eleições e até dos Parlamentos. Mas, o caso brasileiro discrepa dessa expectativa, uma vez que o regime inaugurado em 1964 manteve o processo eleitoral para o Parlamento e impôs, compulsoriamente, um sistema partidário para desempenhar, de maneira controlada, a função de representação política. Com efeito, apesar de acomodar as elites políticas anteriores, a implantação desse sistema bipartidário sobreveio à drástica desarticulação das organizações partidárias que atuavam na democracia que fora interrompida. Portanto, quando um regime autoritário se estabelece no lugar de uma democracia, há três cenários possíveis: (1) ou os partidos que existiam simplesmente deixam de existir sem que nada seja colocado em seu lugar, (2) ou, como nos mostra o caso brasileiro, eles deixam de existir para que sejam implantados novos partidos, que deverão abrigar, de maneira artificial, as antigas elites políticas, e, o mais importante, para que o novo regime mantenha uma fachada democrática capaz de encobrir seus casuísmos legais e o uso de controles formais e informais pelo governo autoritário sobre os políticos; (3) ou os partidos que existiam são mantidos, mas com perdas de liberdades civis.

Quando ocorre o contrário, ou seja, um regime autoritário é substituído pela democracia, os desdobramentos possíveis dependerão do tipo de regime autoritário precedente e do tipo de transição. Desse modo, se o regime autoritário tiver sido totalmente fechado, ou seja, sem partidos e eleições, provavelmente haverá partidos novos desconectados do sistema partidário que existia antes da ruptura democrática, não importa se a transição tenha sido brusca, como no caso português, ou gradual, como no caso brasileiro. Claramente, o tempo aqui exerce uma função incremental em todos os casos – quanto maior o tempo de duração do regime autoritário, menor a probabilidade de haver qualquer tipo de continuidade entre os partidos anteriores e os partidos criados desde o retorno da democracia. Não se trata de descartar totalmente a possibilidade de que partidos pré-existentes sejam retomados, mas, além de isso ser algo difícil de ocorrer, como aconteceu no Uruguai e no Chile, essa retomada poderá ser apenas da sigla e da sua tradição política, e talvez até de algumas das antigas lideranças, mas, na prática, tratar-se-á de uma nova organização com uma estrutura a ser montada, com novos membros, novos quadros e um novo investimento em sua nacionalização.

Agora, se o regime autoritário tiver sido do tipo parcialmente fechado, mantendo-se algumas eleições e, conseqüentemente, um quadro partidário em operação, é provável que essas legendas se mantenham de alguma forma no regime democrático depois da transição, tendo esta sido brusca ou gradual, embora pareça ser mais razoável supor que transições graduais sejam mais favoráveis à sobrevivência das estruturas organizacionais das legendas que atuavam no período autoritário. Nesse caso, é provável que o sistema partidário que se implantará no regime democrático que se instala abrigará legendas herdeiras dos partidos anteriores e partidos criados nesse novo contexto, mesmo que estes contenham lideranças políticas antigas e vinculadas anteriormente com as legendas anteriores.

Com base nessas suposições, a pesquisa que resultou nesta tese foi norteada por duas hipóteses aplicadas ao caso brasileiro: (1) a transição da democracia de 1945-64 para um regime autoritário levou à descontinuidade do sistema partidário anterior, mas (2) a transição do autoritarismo parcialmente fechado de 1964 para a democracia atual, possibilitou a continuidade do sistema bipartidário no multipartidarismo posterior, por meio herdeiros diretos e indiretos da ARENA e do MDB. Assim, o tipo de regime e de transição explicam a continuidade ou não dos partidos e, conseqüentemente, de sua nacionalização. O **Quadro 1**, mais abaixo, sintetiza o desenho da pesquisa e indica, pontualmente, suas hipóteses.

Os resultados da análise mostram que não houve continuidade no processo de nacionalização, restrita a poucos partidos, do sistema de 1946-64 para o sistema subsequente, de 1966-78, dada a descontinuidade das estruturas partidárias imposta pelo regime autoritário que se estabeleceu a partir de 1964. Porém, houve uma continuidade parcial e relevante na nacionalização partidária de 1966-78 no sistema partidário de 1978-2016. Portanto, alguns dos principais partidos do quadro atual são "herdeiros" do bipartidarismo do regime autoritário, dando continuidade ao processo de nacionalização iniciado do período anterior. Alguns partidos realmente novos também apresentam um elevado nível de nacionalização, distanciando-se da regionalização característica dos períodos iniciais.

Quadro 1. Síntese do Desenho da Pesquisa

Indicador	Dados	Dimensões	Períodos
Party Nationalization Score	Resultados Eleitorais [TSE]	Câmara dos Deputados	1945-2014
		Assembleias Legislativas	1945-2014

Hipóteses

Hipótese 1: A transição da democracia para o autoritarismo em 1964 explica a descontinuidade do sistema partidário e a interrupção da nacionalização das legendas até então vigentes

Hipótese 2: A transição do autoritarismo para a democracia, a partir de 1978, explica a continuidade de legendas e de sua nacionalização no sistema partidário vigente atualmente.

Fonte: Elaboração Própria

Para encaminhar essa análise, a exposição está organizada da seguinte forma. No Capítulo 1, contextualizo o problema de pesquisa por meio da análise crítica da literatura temática. Mostro a vinculação entre a teoria do desenvolvimento político e a agenda de investigação sobre a nacionalização partidária. Aponto, também, a relação que a literatura faz entre nacionalização e qualidade da democracia, pois prevalece uma visão normativa favorável à existência de partidos nacionalizados. Nesse contexto, partidos regionais são vistos como prejudiciais à consolidação democrática, uma vez que são indicadores da prevalência de práticas políticas tradicionais.

No Capítulo 2, apresento o enquadramento teórico e metodológico que subsidia e instrumentaliza a discussão. Aponto a necessidade de se superar o viés normativo da literatura, que supõe que toda política nacional é positiva e toda política regional é negativa. Com base nisso, indico que muitas vezes não é possível distinguir as políticas de interesse regional das que são de interesse nacional. Discuto as diferenças entre nacionalização partidária, nacionalização da política e nacionalização das políticas, geralmente confundidas. Em termos metodológicos, apresento mais pontualmente a definição conceitual de nacionalização partidária e justifico a adoção da perspectiva estática, que considera que a nacionalização dos partidos é indicada pela distribuição uniforme de suas votações nos distritos eleitorais do país. Procuo mostrar, ainda, que as demais dimensões estão, de uma forma ou de outra, subsumidas ao desempenho

eleitoral, por isso um fenômeno multidimensional como a nacionalização partidária, na prática, pode ser abordado por meio da análise da votação eleitoral dos partidos. Por fim, justifico a análise apenas da dimensão eleitoral no caso estudado e apresento a operacionalização empírica do conceito, recorrendo ao índice formulado por Jones e Mainwaring (2003).

Nos capítulos seguintes apresento a análise dos dados. Examinou dois aspectos dos períodos de 1945-1964, 1966-1978 e 1996-2014: o padrão de competição partidária e o índice de nacionalização partidária. Concluo indicando os principais achados, as contribuições e as questões que se abrem a partir desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: O DEBATE SOBRE A NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Meu objetivo neste capítulo é contextualizar a nacionalização partidária enquanto um problema de pesquisa relevante nos estudos de política comparada. Para tanto, analiso, em linhas gerais, a história do debate sobre o tema, cujo resultado foi a formação de uma agenda de investigação que vem sendo revitalizada nos últimos anos. Primeiramente, indico como a questão do desenvolvimento político, cuja emergência se deu nos anos 1960, impactou as discussões posteriores acerca da nacionalização dos partidos. Em segundo lugar, aponto como a nacionalização partidária, entendida como componente do desenvolvimento político, acabou se convertendo num dos indicadores de institucionalização e de qualidade da democracia. Finalmente, mostro como, no século XXI, essa temática vem ganhando relevância nos estudos de política comparada e de casos específicos, particularmente quando está sob o foco de investigação a funcionalidade da democracia e o nível de consolidação dos sistemas partidários.

1.1. Nacionalização Partidária, Modernização e Desenvolvimento Político

A teoria do desenvolvimento político erigiu-se sobre a clássica dicotomia da Sociologia Política, qual seja, a oposição “sociedades tradicionais” versus “sociedades modernas” (ALMOND, 1990). Em decorrência disso, sua premissa central é explicitamente normativa, uma vez que preconiza, às vezes de maneira tácita e outras vezes de maneira explícita, que a modernidade deve ser o objetivo último de qualquer sociedade que pretenda atingir níveis elevados de civilização (CHILCOTE, 1981). Tais níveis, conclui-se, somente serão alcançados na medida em que os países conseguirem

deixar para trás o seu perfil tradicional de comunidades agrárias, isoladas, centradas nas famílias e na autoridade religiosa (PYE, 1966; LIPSET, 1967; BEN-DOR, 1975). A modernidade, então, implica a conformação de uma sociedade urbana, industrial, com economia de mercado, Estado burocratizado, autoridade política laica e, liberdades individuais e participação nas decisões públicas.

Pye (1966), um dos principais teóricos dessa escola, propôs que o conceito de desenvolvimento político deve ser entendido como o ponto de convergência entre aspectos psicológicos [elementos da esfera microssocial] com aspectos socioeconômicos [elementos da esfera macrossocial]. Para ele, essas esferas interagem da seguinte maneira: mudanças na estrutura social e econômica [variáveis macro] promovem outra forma de sociabilidade, e esta, por sua vez, faz surgir novos valores e, conseqüentemente, uma nova visão de mundo [variáveis micro]. Em outras palavras, a vida rural, a dominação patriarcal, a autoridade da Igreja e a atividade agrícola em comunidades isoladas produzem atores sociais e consciências coletivas bastante diferentes daquelas que são produzidas no ambiente urbano, industrial, laico, burocrático, estatal e comunicacional da modernidade. Com efeito, quanto mais as sociedades se desenvolvem nas esferas micro e macro, mais próximas estarão da democracia e do capitalismo.

Desta forma, de maneira genérica, a passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas consiste no processo de mudança cultural e estrutural de organizações sociais simples para organizações sociais complexas (HAGOPIAN, 2000). Weber tratou disso por meio da dicotomia dominação tradicional/dominação racional-legal; Durkheim abordou essa questão pela dicotomia solidariedade mecânica/solidariedade orgânica; diversos outros sociólogos vislumbraram esse fenômeno por intermédio da dicotomia comunidade/sociedade (ALMOND, 1990). Assentadas nessas dicotomias, as análises de política comparada dos anos 1960 e 1970 miraram seu foco investigativo precisamente na difícil transição das sociedades tradicionais do terceiro mundo, consideradas subdesenvolvidas, para sociedades modernas (CHILCOTE, 1981). Essa transição foi percebida como um processo que devia transcorrer em dois eixos: (a) desenvolvimento socioeconômico e (b) desenvolvimento político. O desenvolvimento social e econômico, de acordo com essa literatura,

envolvia a urbanização e seus correlatos – tais como educação, acesso aos meios de comunicação e interação com diversos grupos sociais –, assim como a industrialização capitalista. Já o desenvolvimento político consistia na implantação e consolidação das instituições representativas, visando ao estabelecimento de processos democráticos estáveis. Com efeito, quanto maior os desenvolvimentos socioeconômico e político, mais moderna a sociedade (AKE, 1974).

Esquemáticamente, pode-se dizer que no interior dessa linha de investigação desenvolveram-se cinco abordagens (LERNER, 1958; DEUTSCH, 1961; PACKENHAM, 1964). Todas elas influenciaram, de algum modo, os estudos posteriores sobre a nacionalização partidária. São elas: 1) *a abordagem administrativa*, 2) *a abordagem sistêmica*, 3) *a abordagem socioeconômica*, 4) *a abordagem legal-formal* e 5) *a abordagem da cultura política*.

1.1.1. A Abordagem Administrativa ao Desenvolvimento Político

Em relação à *abordagem administrativa*, pode-se dizer que seu foco de investigação é voltado ao poder da burocracia estatal para o fortalecimento das instituições. Seu rigor no cumprimento das normas, sua neutralidade em relação aos interesses pessoais e à ênfase na racionalização dos procedimentos são vistos como fatores que contribuem sensivelmente para o desenvolvimento político. Obviamente, Max Weber é o teórico principal dessa abordagem (PACKENHAM, 1964), cuja premissa central estabelece que, para ser eficiente, o Estado moderno deve moldar-se à empresa capitalista no que se refere às atividades de direção e controle dos processos. A burocracia estatal, portanto, deve ser construída com base em critérios tais como hierarquia, impessoalidade, profissionalismo e respeito aos estatutos. A racionalização, portanto, é um processo que caracteriza e, ao mesmo tempo, promove a modernização, tanto na esfera da vida privada, da economia, como na esfera da vida pública, da política. Essa racionalização, enfim, é um sintoma de que o desenvolvimento político está em curso e em vias de consolidação (WEBER, 2004).

A disseminação da burocracia como forma de gestão eficiente da máquina pública, priorizando a técnica, decorre da extensão do sufrágio universal e da economia monetária (PACKENHAM, 1964). A ascensão do capital financeiro, no século XX, demandou uma administração das finanças mais eficiente para garantir que o funcionalismo fosse pago de forma a se evitar oscilações de valores, já que em outras épocas o pagamento do corpo burocrático era feito por meio de bens materiais. Conforme preconizou Weber (2004), desde então, a eficiência do aparato burocrático manteve sua importância em todos os tipos de regimes políticos. Paralelamente, a extensão do voto propiciou a ascensão dos partidos de massa, frente aos partidos de notáveis, que controlaram a competição eleitoral nos regimes democráticos nascentes. O aumento no tamanho do eleitorado acarretou maior profissionalização da vida partidária e o modelo partidário composto por quadros parlamentares perdeu espaço nessa conjuntura, devido a sua fraca organização interna, para os partidos de massa, de forte organização interna burocratizada (DUVERGER, 1970).

Esse partido burocratizado, profissional, é em si mesmo uma organização política da democracia liberal, é uma máquina especializada na captura de militantes, na conquista dos recursos e postos do Estado e no processo de governo. Assim como uma empresa, os partidos precisam de uma estrutura administrativa eficiente e de uma expansão crescente de sua atuação no mercado eleitoral. Os partidos que dominam esse mercado devem ser nacionais, devem transcender o espaço regional, devem defender políticas que dialoguem com uma amplitude maior de eleitores, devem tentar implementar políticas que agradem os eleitores de todo o território nacional, pois somente assim obterão maiores dividendos da atividade política. Como se pode perceber, também nesse tipo de abordagem a nacionalização partidária é identificada com o desenvolvimento político e, conseqüentemente, com a democracia consolidada.

1.1.2. A Abordagem Sistêmica ao Desenvolvimento Político

A *abordagem sistêmica*, também conhecida como Teoria de Sistemas, percebe a política como um sistema orgânico no qual cada parte desse organismo interage com as outras para produzir equilíbrio ou estabilidade (YOUNG, 1970). Por suposto, cada parte tem uma função autônoma e diferenciada, entretanto, todas elas estão conectadas umas às outras no desempenho de suas funções (ALMOND, 1965; EASTON, 1953, 1957, 1965^a, 1965^b). Essa relação interna do organismo, por sua vez, deve se articular com o ambiente externo [o sistema social, o sistema econômico, o sistema cultural, etc.], para regular-se às mudanças exógenas por meio de um processo denominado de homeostase (YOUNG, 1970). Desse modo, a funcionalidade interna do organismo e seus ajustes ao ambiente externo são imprescindíveis para o bom funcionamento da organização política, que devem evitar situações de instabilidade (PARSONS, 1964).

O maior representante e proponente dessa abordagem na Ciência Política foi David Easton, tendo como ponto de apoio Gabriel Almond, outro destacado pesquisador do período (YOUNG, 1970). De fato, a teoria da modernização é convergente tanto com a análise de sistemas como com as pesquisas sobre a cultura política, de modo que a política comparada dos anos 1950 aos anos 1970 consistiu justamente no estudo do desenvolvimento político dos países do terceiro mundo enquanto sistemas políticos que se tornavam complexos e que, para manterem sua estabilidade, precisavam de uma cultura política moderna. No amplamente conhecido “modelo de Easton”, a ênfase na dinâmica de *input* e *output* sobre o sistema político colocava em relevo precisamente a relação entre o ambiente interno dos sistemas políticos e seu ambiente externo, com o propósito de se detectar a capacidade desses sistemas complexos no que se refere ao processamento das políticas de maneira estável (EASTON, 1953, 1957, 1965^a, 1965^b).

Sistemas políticos complexos são aqueles em que a política é uma esfera autônoma das demais esferas da vida social, mas que, ainda assim, interage com todas as demais, de modo permanente e equilibrado (ALMOND, 1965; YOUNG, 1970). Aqui, não apenas a cultura política é central, dado que dela depende as atitudes e

sentimentos dos cidadãos para com o sistema político, mas também o sistema partidário enquanto uma componente ou um subsistema do sistema político. Os partidos são cruciais para garantir a funcionalidade do sistema político democrático, pois são eles que fazem sua comunicação com o sistema social, que traduzem as demandas em políticas, que garantem a legitimidade do regime (EASTON, 1953, 1957, 1965^a, 1965^b, ALMOND, 1965). Em sendo assim, um sistema político será tanto mais funcional na medida em que os partidos forem nacionais, pois representarão demandas mais amplas que podem contribuir para o equilíbrio entre *inputs* e *outputs* quando a política se torna nacional, ao invés de trazerem demandas locais e regionais que produzirão conflito e entropia sistêmica. Brigas entre comunidades e rivalidades locais prejudicam a “saúde” do sistema, por isso temáticas nacionais devem sobrepujar rivalidades étnicas, linguísticas, tribais, etc., para que o sistema social funcione em ordem. Os principais caminhos que conduzem a essa homogeneidade são a difusão dos meios de comunicação de massa e a via eleitoral.

1.1.3. A Abordagem Socioeconômica do Desenvolvimento Político

A *abordagem socioeconômica*, por sua vez, foi uma das mais difundidas e debatidas dessa área de investigação, chegando a ser considerada a formulação clássica da teoria da modernização (ALMOND, 1990). Lipset (1960) é o mais destacado representante dessa vertente, que se apoia em duas proposições básicas (PERES, 2004). A primeira consiste em supor que a modernização é um processo totalmente positivo e, portanto, deve ser almejado por todos os países do terceiro mundo. A segunda consiste em supor que o desenvolvimento socioeconômico conduz ao desenvolvimento político. Assim, se os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, quiserem investir na disseminação da democracia, considerada o ápice do desenvolvimento político, eles devem auxiliar tecnológica e financeiramente os países subdesenvolvidos a fim de que estes se tornem urbanos, industrializados, alfabetizados e dotados de meios de comunicação de massas. Sociedades social e economicamente desenvolvidas, supõem-se, teriam indivíduos mais bem preparados para o exercício da cidadania e, assim, para dar sustentabilidade à democracia.

Em decorrência dessa concepção, Lipset (1960) dedicou-se à análise dos processos de mudança em sociedades tradicionais, assim como das transformações já ocorridas em sociedades que atingiram a modernidade. De acordo com o autor, sociedades em transição enfrentam três crises de legitimidade: (a) a crise de integração, (b) a crise de participação e (c) a crise de redistribuição. A primeira crise seria fruto do impasse na aceitação da população à nova ordem política; a segunda seria derivada da inclusão de novos atores, anteriormente alheios, no poder; e a terceira seria motivada pela disputa em torno da alocação dos escassos recursos do Estado. Superada essas crises, que todo novo regime enfrenta no momento de virada de sistema político, o desenvolvimento econômico subsequente proporcionaria o fortalecimento da democracia, já que quanto mais rico um país, é mais provável que ele se torne democrático.

Num país desenvolvido politicamente, a democracia será um regime político estável, com partidos políticos nacionais que representam clivagens sociais também nacionais (LIPSET, 1960). O localismo, o regionalismo, próprios de sociedades tradicionais, terão se esvaído, dando lugar às políticas nacionais; as divisões políticas deixarão de ser territoriais e passarão a ser setoriais, envolvendo as posições de classe, as etnias e até mesmo as religiões (LIPSET e ROKKAN, 1967). Em sociedades altamente modernizadas, até mesmo as disputas étnicas e religiosas darão lugar às clivagens de classe, mais amplas e sintonizadas com a estrutura econômica (ALMOND, 1990). Os partidos políticos serão enraizados nessa estrutura de clivagens e, assim, serão os tradutores desses interesses no sistema político. Por essa perspectiva, os partidos políticos devem ser representantes das clivagens sociais, ter programas com clareza ideológica e defender políticas nacionais. Com isso, essa vertente da teoria da modernização também dá suporte à agenda de pesquisa sobre a nacionalização dos partidos, considerada um dos indicadores do desenvolvimento político (PERES, 2004).

Essa perspectiva perdurou bastante na Ciência Política, em virtude do relativo sucesso das economias do hemisfério norte em comparação com países periféricos durante o período de vigência do Estado de bem-estar social. O crescimento econômico promovia altos índices de riqueza, de escolaridade, de urbanização e de renda *per capita*, facilitando o processo de passagem da sociedade tradicional para a moderna

(HAGOPIAN, 2000). Essa visão econômica, em um primeiro momento, também sofreu fortes críticas devido ao seu viés etnocêntrico e ao seu caráter teleológico (CHILCOTE, 1981). No primeiro caso, criticava-se a visão de que a democracia ideal deveria se inspirar no modelo de sucesso financeiro dos EUA e dos países europeus industrializados. Assim, criticava-se a concepção de que, para se tornarem democráticas, as sociedades em desenvolvimento, sem exceção, deviam abandonar o padrão cultural tradicional em favor de um padrão cultural moderno que, na prática, é o ocidental (BADIE e HERMET, 1993). No segundo caso, criticava-se a concepção de que o desenvolvimento político era um caminho linear, idêntico ao dos países industrializados, cujo resultado indesviável seria a similitude institucional e social (CHILCOTE, 1981).

Ao longo do tempo, entretanto, a tese de que o desenvolvimento econômico conduz, necessariamente, à democracia teve que ser reformulada em face dos dados empíricos trazidos por diversas pesquisas que mostravam que países autoritários, por vezes, tinham mais sucesso econômico do que os países recentemente democratizados (BOIX, 2003). Até mesmo Lipset teve de modificar sua posição acerca da relação positiva entre desenvolvimento econômico e democracia. Em trabalho subsequente, o autor admitiu que particularidades internas de cada país têm influências na passagem de um regime autoritário para um regime democrático, assim como na própria configuração da nova institucionalidade (LIPSET; SEONG e TORRES, 1993). Esses achados foram complementados com o imenso estudo comparativo de 141 países, no período de 1950 a 1990, que refutou a relação causal entre desenvolvimento econômico e democracia, mostrando que o desenvolvimento econômico é antes de mais nada um forte indicador de permanência da democracia quando um país atinge um certo patamar de renda *per capita*, tornando improvável uma reversão autoritária (PRZEWORSKI; ALVAREZ; CHEIBUB e LIMONGI, 2000).

1.1.4. Abordagem Legal-Formal do Desenvolvimento Político

A *abordagem legal-formal* prioriza o desenho constitucional e as instituições partidárias como os alicerces para o desenvolvimento político (HUNTINGTON, 1965, 1968). A influência epistemológica dessa vertente está ancorada na tradição de pesquisas históricas monográficas do paradigma do Institucionalismo Antigo (PACKENHAM, 1964), que produziu trabalhos robustos sobre o arranjo constitucional dos governos do Reino Unido (BAGEHOT, 1867) e dos Estados Unidos (WILSON, 1908). Inclusive, os EUA, de um lado, e o Reino Unido, de outro, seriam exemplares de sucesso do desenvolvimento político em razão da solidez do funcionamento das suas instituições.

De fato, para Huntington (1965, 1968), um dos principais pensadores dessa vertente, o desenvolvimento político só acontece quando as instituições estão sólidas, quer dizer, quando possuem uma organização política estruturada e quando seus procedimentos estão institucionalizados. Diante disso, segundo o autor, as características necessárias à institucionalização das organizações políticas são estas:

- *Adaptabilidade.* Quanto mais susceptível a alterações na sua finalidade e renovadora em lideranças, a instituição for, mais ela será institucionalizada ao longo do tempo.
- *Complexidade.* Quanto mais hierarquias e subunidades organizacionais a instituição tiver, mais institucionalizada ela será.
- *Autonomia.* Quanto mais insulados em relação às entidades de interesse privado ou de segmentos da sociedade, mais os grupos políticos serão institucionalizados.
- *Coerência.* Quanto mais unificada, disciplinada e coerente uma organização, maior sua institucionalização.

Ocorre que, na maioria dos países do dito terceiro mundo, o processo de modernização das sociedades aconteceu antes da consolidação das instituições, o que provocou instabilidade política endêmica, resultando no assassinato de lideranças, em convulsão social e em golpes de Estado com consequentes rupturas democráticas

(HUNTINGTON, 1965; STEPAN, 1966; DIX, 1992). Em geral, esses Estados não tiveram recursos para atender às demandas intensas e variadas das sociedades que acabaram vindo à tona no ambiente democrático. Diante disso, a alternativa que os países em desenvolvimento tinham para aplacar a crise institucional era a adoção de regimes de partido único, fortes e autoritários, que conseguissem frear o processo de modernização, pois os malefícios de uma rápida transição são severos em sociedades onde as ofertas de serviços públicos são menores do que a demanda, e onde os Estado não dispõem de recursos para dar respostas satisfatórias às pressões sociais.

Portanto, em oposição frontal à perspectiva de Lipset (1960), Huntington (1965, 1968) não apenas rejeitava uma relação de causalidade na qual o desenvolvimento socioeconômico aparece como variável independente na interação com o desenvolvimento político ou a democracia, como ele apontava que, em muitos casos, essa relação podia ser negativa; ou seja, o desenvolvimento socioeconômico podia levar à violência política, a revoltas e ao autoritarismo.¹ Diante disso, o autor recomendou que a estabilidade institucional, seja qual for o regime político – democracia ou autoritarismo –, deve ser a meta prioritária do desenvolvimento político. Mais do que isso, para ele, o desenvolvimento político precede a modernização.² Por essa óptica, como os partidos são os principais meios de estabilidade das sociedades modernas, a nacionalização dos sistemas partidários acabou se tornando um indicador confiável de institucionalização política. Sistemas partidários nacionalizados, supôs-se, atuam como moderadores das demandas sociais, como integradores das diversidades regionais e como filtros dos interesses pessoais e clientelistas.

¹ Sobre as diferentes posições de Lipset e Huntington em sobre a relação entre modernização e desenvolvimento político e o desdobramento desse debate, conferir Peres (2004).

² Deve ser ressaltado, porém, que essa concepção foi contestada pelos defensores da teoria da modernização, já que, segundo eles, inexistem razões para supor que a modernização seja um processo que provoca desestabilização institucional, principalmente se for levado em conta o argumento da corrupção, central na análise de Huntington. De acordo com ele, a corrupção causa instabilidade política, mas ela tenderá a diminuir em decorrência da transição, devido à burocratização do Estado e à criação de leis que disciplinam os interesses privados (AKE, 1974).

1.1.5. A Abordagem Culturalista ao Desenvolvimento Político

Finalmente, temos a *abordagem da cultura política*. Seu foco é claramente o comportamento dos cidadãos, levando-se em conta variáveis sociológicas e psicológicas (ALMOND, 1990). De acordo com essa perspectiva, as atitudes e sentimentos em relação aos objetos políticos, além da personalidade dos cidadãos, são elementos centrais para o desenvolvimento político (ALMOND e VERBA, 1965). Com efeito, essa abordagem está interessada em determinar quais são as condições sociais e as predisposições psicológicas para a efetividade das instituições democráticas. Nesse sentido, o desenvolvimento político aparece como a solução para um problema que não é institucional, mas sim cultural, e que repousa na incapacidade de os cidadãos de países em desenvolvimento aceitarem padrões comportamentais condizentes com a lógica da democracia (PACKENHAM, 1964; CHILCOTE, 1981).

Os especialistas no estudo da cultura política procurarão então equacionar de maneira mais consistente o problema da relação entre modernização e democracia. Na verdade, a preocupação com a modernização, enquanto uma variável cultural, e o desenvolvimento político naquele período não era por acaso. Havia a convergência de dois fatores conjunturais bastante propícios para a retomada do interesse dos cientistas políticos norte-americanos em relação à questão da modernização. Por um lado, a consolidação da chamada revolução comportamentalista na Ciência Política, reivindicando análises empíricas de fenômenos sociais concretos, como os partidos, os eleitores, os parlamentares, os governos, os valores políticos e a cultura política, mediante o uso de abordagens multidisciplinares (PERES, 2008), o que favorecia a recuperação dos temas e conceitos sociológicos. De outro lado, o interesse do governo norte-americano em pesquisas que explicassem porquê o modelo institucional da democracia representativa não produzia os mesmos resultados obtidos na Europa e nos Estados Unidos quando aplicado em países do terceiro mundo. Essa curiosidade do governo norte-americano correspondia ao seu interesse de investir numa política externa mais eficiente para conter o avanço soviético sobre a África e, especialmente, a América Latina (CHILCOTE, 1981).

A análise comparada da cultura política surgiu, assim, como a resposta da Ciência Política para essa demanda, e pôde contar com generosos financiamentos das principais fundações privadas de apoio à pesquisa (HAUPTMANN, 2006). Diversos estudos com esse enfoque apontaram para a importância da cultura política adequada ao funcionamento eficaz das instituições democráticas (ALMOND, 1990). Sociedades tradicionais, segundo seus dados (ALMOND e VERBA, 1963), não produzem uma cultura cívica, essencial para a valorização da democracia, para a participação ativa dos cidadãos nos processos eleitorais e para o acompanhamento social das atividades de governo. Sociedades modernas, ao contrário, ensejam um padrão de sociabilidade cujo resultado é a formação de uma cultura política cívica, participativa, mais propícia ao desempenho adequado das instituições democráticas.

Mas, se a cultura política é a variável que garante o desenvolvimento político, favorecendo a consolidação da democracia, o que asseguraria a formação dessa cultura política? Em princípio, o desenvolvimento socioeconômico. Ao se desenvolver social e economicamente, a sociedade se transforma e desencadeia uma forma de sociabilidade que, por sua vez, estimula o civismo, favorecendo o exercício pleno da cidadania e, assim, o desenvolvimento político. De certo modo, a abordagem da cultura política converge com a suposição de Lipset (1960) acerca das bases sociais e econômicas do desenvolvimento político. Não obstante, os estudiosos da cultura política daquele período inovaram em relação à perspectiva socioeconômica, ao sugerirem que essa relação, na verdade, era interativa, pois o próprio desenvolvimento político, estimulado pelo desenvolvimento socioeconômico, favoreceria novos ciclos de desenvolvimento econômico ao garantir a vitalidade de um regime democrático estável (ALMOND e COLEMAN, 1960). É nesse sentido que, no âmbito dessa literatura, a modernidade se relaciona com o desenvolvimento político e este se relaciona com a democracia.

Várias críticas foram endereçadas à abordagem culturalista. Dentre as principais, destaca-se sua imprecisão conceitual. Não está claro o processo por meio do qual se pode obter uma cultura política democrática, tampouco quanto tempo levaria para se concluir esse processo, em particular quando se tratam de realidades tão distintas da europeia e da norte-americana. Ainda, em que medida é possível conceber

alguma engenharia institucional para acelerar a consolidação da democracia na América Latina, na África e mesmo no Oriente Médio? E existe ainda o problema de saber qual a relação de causa e efeito que envolve suas variáveis centrais, ou seja, se o comportamento social é afetado pelas instituições ou se são as instituições sociais que moldam o comportamento dos cidadãos. Se essa relação for interativa, qual variável dá início a esse processo?

Ademais, esses problemas teóricos fortalecem a impressão de que os países ditos "avançados" discriminam os países considerados "subdesenvolvidos" para impor-lhes padrões culturais dominantes (CHILCOTE, 1981). Em que medida não se trata de uma teoria que distorce tanto a realidade dos países democráticos como a realidade dos países que tentam adotar a democracia visando à sua dominação por meio de uma nova forma de colonialismo? Essa questão ganha relevo especialmente quando confrontamos essa literatura com estudos que apontam a persistência de valores tradicionais em sociedades que tiveram rápido desenvolvimento econômico (INGLEHART e BAKER, 2000), assim como o declínio de valores sociais em democracias estabelecidas como a norte-americana (PUTNAM, 2000).

De qualquer modo, na abordagem da cultura política, o desenvolvimento político depende da atuação de agências de socialização na formação de valores e atitudes propícios à vitalidade da democracia. Essas agências são especialmente a família, a escola, a Igreja, o sindicato e o partido político. Todas elas contribuem para a moldagem de comportamentos cívicos ou desinteressados. No caso dos partidos, quando mais regionalizados, menor a capacidade de indivíduos mais próximos de valores cívicos de atuarem politicamente em favor de projetos nacionais. A integração do país será menor e os conflitos internos poderão surgir. Na verdade, uma cultura política cívica altamente regionalizada pode produzir instabilidade política e induzir as lideranças a investirem em soluções autoritárias. Cidadãos participativos muito voltados à própria região tenderão a defender de modo radical seus interesses em detrimento dos interesses de outras regiões. Essa tensão pode culminar, em casos mais drásticos, em movimentos separatistas e guerras civis. Isso quer dizer que uma democracia vigorosa depende tanto de uma cultura política cívica como de partidos nacionais, capazes de promover a integração dos cidadãos num amplo projeto coletivo.

1.2. A Agenda de Pesquisas sobre a Nacionalização Partidária

A teoria do desenvolvimento político, em sua vertente culturalista, teve grande proeminência na segunda metade do século XX, até sofrer várias contestações em razão da sua interpretação ideológica da dualidade “tradição *versus* modernidade”, baseada unicamente na experiência europeia de sociedades industrializadas. Esse viés, dizem seus críticos, torna a teoria ineficaz como instrumento de predição das mudanças culturais em outros contextos (BENDIX, 1967). No limite, tratar-se-ia de uma teoria conservadora e até autoritária, ao afirmar o padrão industrial europeu como regra a ser copiada (SANDBROOK, 1976); seria uma teoria que caminha de braços dados com o imperialismo do Norte sobre o Sul (SMITH, 1979); significaria, enfim, a exportação de modelos institucionais ocidentais para realidades muito diferentes, complexas e, algumas vezes, de improvável aceitação de arranjos institucionais pluralistas (REMMER, 1997).

Não obstante essas críticas, atualmente, a teoria do desenvolvimento político vem sendo submetida a releituras que apontam para seus ganhos heurísticos, bem como a aplicabilidade desse tipo de abordagem mais voltadas para explicações pontuais das democracias contemporâneas (HAGOPIAN, 2000; CAMMACK, 2007; MELLO, 2011; FUKUYAMA, 2016). De fato, é nessa matriz heurística que se assentam os estudos recentes sobre nacionalização partidária, inclusive sua retomada desde o início do século XXI. Mesmo no caso dos estudos sobre institucionalização do sistema partidário, o desenvolvimento político se faz presente em pelos menos dois indicadores propostos por Scott Mainwaring – o enraizamento partidário e o índice de volatilidade eleitoral (MAINWARING e SCULLY, 1995; MAINWARING, 1999). O enraizamento dos partidos nos remete diretamente à Sociologia Política de Lipset (1960), focada na representação das clivagens sociais pelo sistema partidário. O índice de volatilidade eleitoral, por sua vez, ao ser proposto por Pedersen (1979), cumpria o propósito de se testar a validade da hipótese de Lipset e Rokkan (1967) sobre o congelamento dos sistemas partidários europeus, algo também vinculado à suposta relação entre clivagens sociais e partidos (PERES, 2005). Quando aplicou o índice às democracias recentes, Mainwaring supôs que sistemas representativos de clivagens sociais seriam mais estáveis e, com base nisso, fez um ranking dos sistemas partidários latino-

americanos no que se refere ao seu grau de institucionalização (MAIWARING e SCULLY, 1995) e uma análise exclusiva do caso brasileiro, considerado pelo autor um dos menos institucionalizados (MAIWARING, 1999).

No caso da nacionalização partidária, conforme indicado anteriormente, em todas as abordagens do desenvolvimento político, essa característica é considerada indicadora de uma democracia estável. Mesmo que não faça menção explícita, a literatura que investiga o processo de nacionalização da política e de nacionalização do sistema partidário, fenômenos correlatos, mas diferentes, manteve a perspectiva valorativa favorável à superação do regionalismo partidário, porque considera que as políticas nacionais são mais desejáveis e que estas somente são possíveis quando os partidos também são nacionais.

Tendo em vista essa vinculação, nesta seção discuto como se desenvolveu a agenda de pesquisa sobre a nacionalização partidária em diversos contextos. De modo geral, é possível dividir os estudos sobre a nacionalização partidária em duas frentes: *a)* Até meados do século XX, uma fase de pesquisas monográficas sobre a dispersão geográfica dos sufrágios dos eleitores com o foco em alguns partidos políticos, e *b)* no começo do século XXI, uma fase de pesquisas comparativas robustas sobre a nacionalização dos sistemas partidários europeus que deram o pontapé para análises em escala global.

1.2.1. Nacionalização Partidária nos Estados Unidos

A preocupação com a nacionalização da política, das eleições e dos partidos ganha maior relevo inicialmente nos Estados Unidos. Os trabalhos sobre o comportamento eleitoral nas campanhas presidenciais de meados da década de 1960 e da distribuição de suporte eleitoral do partido Democrata e do partido Republicano por todo o território norte-americano, tornaram-se matrizes dos estudos posteriores sobre o tema, inclusive das análises mais recentes. Pode-se dizer, portanto, que a investigação sobre esse problema no contexto norte-americano contribuiu consideravelmente para o renovado interesse na nacionalização partidária, assim como

para os inovadores modelos de reformulação conceitual e de mensuração do fenômeno.

Na trajetória política dos EUA, o Partido Republicano e o Partido Democrata tiveram seus crescimentos partidários ancorados em pautas sociais gerais como o incentivo ao capitalismo, o combate à escravidão, a promoção de direitos individuais, o combate ao racismo, etc., conseguindo, assim, estabelecer seu longo domínio na política norte-americana. A obra precursora para as explicações desse bipartidarismo foi o livro *"The Semisovereign People: a realist's view of democracy in America"*, de Elmer Schattschneider, publicado em 1960. Com ela, o autor lançou as bases de uma teorização acerca dos fatores que estendem o conflito político para a esfera social. Utilizando-se de um número abrangente de informações históricas e de dados empíricos sobre as eleições presidenciais, Schattschneider (1960) pôde explicitar como era desequilibrado o jogo de forças partidário no século XIX, e como, de maneira gradual, a competição eleitoral tornou-se parelha em decorrência da penetração territorial do conflito político.

De acordo com o autor, o conflito move as opções políticas do eleitorado. Portanto, o grupo político que consegue mobilizar a multidão tenderá a vencer qualquer disputa. Todavia, identificar qual clivagem social é dominante tem sido uma tarefa difícil para a classe política – em cada localidade podem existir clivagens predominantes diferentes, e isso restringe o campo de atuação discursiva do político que precisa conquistar votos em diversos locais. Dessa forma, determinar o grau e a extensão do conflito político é de suma importância para o sucesso nas eleições. Nesse contexto, porém, a coexistência de diferentes clivagens predominantes em locais diferentes acaba favorecendo a divisão territorial dos sufrágios entre vários partidos locais. Esse protagonismo da política local, por sua vez, seria prejudicial à consolidação dos sistemas partidários nacionais. No decorrer dos anos, cada partido predominante em cada região imporá, sem barreiras, suas vontades ao eleitorado, oprimindo os grupos minoritários de cada comunidade. As ações governamentais do partido predominante seriam clientelistas, voltadas sempre ao eleitorado que o elegeu. Decorrências igualmente negativas dessa situação seriam a ausência de debates, a

opressão das minorias e uma elevada fragmentação partidária nacional inflada por inúmeros partidos regionais.

A solução para os vícios da política local residiria, aos olhos do autor, na extensão territorial do conflito político – ou seja, a nacionalização da política. Essa nacionalização combateria o número exacerbado de possíveis clivagens locais, restringindo-as a um conjunto de questões mais amplas e essenciais. Isso significa uma certa homogeneização do conflito por todo o território e a redução do escopo desse conflito político. Assim, quanto menos conflitos existirem, mais estável a sociedade, desde que, é claro, essa redução não atinja um grau tão mínimo que resultaria na drástica situação de autoritarismo ou mesmo de totalitarismo.³ Um benefício adicional da nacionalização do conflito seria eliminar os monopólios locais de certos indivíduos e promover a maior competitividade partidária ao tornar obrigatória a organização das siglas por todo o país, a fim de disputarem os cargos públicos. Em resumo, a nacionalização da política é mais democrática do que a regionalização, além de estimular a competição eleitoral entre os partidos políticos (SCHATTSCHEIDER, 1960). Nessa desigualdade de valoração dos conflitos, os assuntos nacionais antecedem os conflitos locais como prioritários na agenda governamental.

Para ilustrar seu argumento, Schattschneider (1960) explora como exemplo o confronto histórico entre os partidos Republicano e Democrata nos EUA. Até a eleição presidencial norte-americana de 1896, a competição partidária entre democratas e republicanos era equilibrada tanto no Norte como no Sul do país, sem que isso resultasse em campanhas presidenciais com conteúdo político declaradamente nacional. O estopim para um desequilíbrio nessa balança de poder foi o acirramento dos embates agrários, que tiveram início alguns anos antes da eleição de 1896, e que reviveu as animosidades do período da sangrenta Guerra Civil (1861-1865). Para o autor, esse foi o estímulo para a colocação de uma discussão que pôde influenciar todo

³ Na perspectiva de Claude Lefort (1983), a eliminação do conflito conduziria, no limite, ao totalitarismo, que seria a unificação coletiva do povo em bases tanto materiais quanto ideológicas, visando à eliminação de qualquer dissidência. Um líder ou um partido teria o controle desse processo de unidade popular por meio da violência estatal. Ao longo do tempo, a população unificada se acostumaría com esse *status* indiferenciado de corpo coletivo e a possibilidade de ser diferente desapareceria aos poucos, pois não se admitiria discordância em relação ao modo de vida da maioria. Esse processo resultaria numa servidão voluntária.

o eleitorado nacional. Além disso, a inclusão dos radicais do movimento populista de cunho agrário no partido Democrata provocou uma reação pesada do partido Republicano contra os sulistas. Os democratas, por sua vez, mobilizaram a população conservadora sulista para reagir às alterações na política econômica da Presidência. Assim, o ressurgimento das antigas tensões históricas ganhou força, alastrando-se para o Norte do país, fazendo com que nas eleições subsequentes dois fenômenos ganhassem maior amplitude – a solidificação, nos entes federativos, de sistemas unipartidários com nítido e eficiente predomínio republicano e o afastamento do eleitorado liberal-progressista das urnas, em razão das escassas alternativas partidárias viáveis de sobrepujar o poderio do Partido Republicano.

O monopólio dos republicanos, entretanto, ruiu desde a eleição presidencial de 1932. Nessa época, os EUA entravam em uma forte recessão econômica, gerada pela quebra da bolsa de valores norte-americana, em 1929, e que resultou no colapso econômico mundial. Anteriormente, o discurso do Partido Democrata diferia pouco da plataforma política do Partido Republicano, mas nessa disputa presidencial o candidato e futuro presidente Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) colocou em pauta uma nova agenda de políticas públicas – *New Deal* – para recuperar a economia, conseguindo, assim, uma forte adesão popular. Em termos práticos, essa mudança dos alinhamentos partidários aumentou a competitividade dos partidos em todos os estados, ao mesmo tempo em que nacionalizou o debate político. A grande consequência disso foi trazer a imprevisibilidade à disputa eleitoral, na medida em que os partidos tinham plataformas políticas dessemelhantes em relação às questões nacionais. Isso promoveria alternâncias efetivas entre projetos políticos na Presidência da República, protagonizadas pelos dois partidos. Estruturalmente, o impulso à nacionalização desde os anos de 1930 foi favorecido pelo bipartidarismo (SCHATTSCHEIDER, 1960).

Em suma, uma das diferenças mais significativas que a nacionalização provoca na configuração dos partidos é a alteração de seu quadro organizacional e da estrutura da competição eleitoral. A regionalização política estimula a permanência do partido dentro de um território mais circunscrito por longos ciclos eleitorais, de modo que suas lideranças ficam apartadas de uma interlocução com a diretoria nacional, e isso quando há uma direção nacional, pois, muitas vezes toda a estrutura do partido é restrita à

região. Além disso, essas lideranças se preocupam apenas com os interesses da clientela local e disputa de cargos eletivos regionais (SCHATTSCHEIDER, 1960).

Essa obra pioneira sobre a história da nacionalização do eleitorado norte-americano sofreu críticas as mais diversas nos anos posteriores. A principal delas consistiu na discordância em relação à tendência de nacionalização do conflito político evidenciada exclusivamente pelos resultados eleitorais presidenciais (CLAGGETT, FLANIGAN e ZINGALE, 1984; VERTZ, FRENDEIS e GIBSON, 1987; LAWSON, 1992). Conforme demonstraram Claggett, Flanigan e Zingale (1984), a homogeneidade dos votos dos congressistas diminuiu pouco ao longo dos anos, mostrando que incentivos personalistas ou locais dominam a política de algumas regiões norte-americanas já que existem partidos estaduais naquele país. Portanto, para o eleitorado, o fator local teria mais impacto na escolha dos candidatos para o Congresso do que fatores nacionais, que exercem maior influência nas eleições presidenciais (CLAGGETT, FLANIGAN e ZINGALE, 1984). Ainda, a tese de que o sistema partidário dos EUA seria nacionalizado devido à solidez do bipartidarismo pode ter desestimulado pesquisas mais sistemáticas, em outros contextos eleitorais, especialmente de sistemas multipartidários.

As falhas na versão canônica da nacionalização partidária norte-americana são desveladas, também, na sua falta de rigor teórico-metodológico. Em termos teóricos, há uma confusão entre o significado de nacionalização e a forma como o fenômeno é mensurado. Em sua obra, Schattschneider (1960) utiliza os termos nacionalização e competição como sinônimos, quando, de acordo com Claggett, Flanigan e Zingale (1984), ambos os conceitos devem ser separados na análise, já que enquanto a nacionalização mede a homogeneidade de votos, a competição eleitoral mede o grau de conflito partidário. Desse modo, embora a competição seja um indicador confiável de nacionalização, ela está longe de ser a tradução exata da homogeneização do conflito, uma vez que os partidos podem ter votações estáveis e, ainda assim, apresentar disparidades no suporte de eleitores.

Esse estudo de Claggett, Flanigan e Zingale (1984) provocou uma renovação na análise da nacionalização, sugerindo caminhos heurísticos e metodológicos

alternativos. Não obstante, os dados congressuais, apresentados em seu estudo, não mostraram claramente a composição de forças das bancadas congressistas nos EUA. Ou seja, faltou a consideração do número efetivo de partidos para refutarem a prevalência do dualismo partidário – se o Partido Democrata e o Partido Republicano ocuparam, de maneira estável e por quase um século, a maioria das cadeiras do Congresso, temos aí um claro indício de nacionalização do eleitorado norte-americano nos moldes bipartidários. Vertz, Fernandes e Gibson (1987) tentaram equacionar esse problema ao avaliar diferentes tipos de dados eleitorais para medir as diferenças na nacionalização partidária. Seu estudo, mais robusto, reforçou as conclusões antecedentes, mostrando que enquanto as eleições presidenciais favorecem a nacionalização do sistema partidário norte-americano, as eleições para o Congresso possuem maior influência local do que nacional. Portanto, a urbanização e a ampliação da informação, em especial o aumento do número de aparelhos televisivos, fracassaram em capturar o eleitorado por completo na direção de questões nacionais.

Ademais, o sistema eleitoral federativo dos EUA é um fator redutor de apoio para os principais partidos. De um lado, a Constituição⁴ norte-americana concede ampla liberdade aos estados para a formulação de leis que regulem a organização partidária; de outro lado, as regras eleitorais de seleção da classe dirigente, as primárias, são outro conjunto de medidas que desfavoreceram a nacionalização partidária. Tal conjuntura permite que candidatos de pequenos partidos reduzam o percentual de apoio eleitoral dos principais partidos. As primárias impossibilitam o controle do membro partidário pela direção nacional, que precisa incluir um candidato por vezes *outsider* em relação aos princípios e diretrizes da sigla.

Com efeito, a redução da capacidade de nacionalização dos partidos Republicano e Democrata é mais acentuada no nível municipal. Segundo estimativas, 75% dos postos públicos nas localidades norte-americanas são ocupados por representantes sem filiação partidária, em razão das proibições das leis estaduais de que esses representantes tenham filiação partidária (LAWSON, 1992). Inclusive, na concepção dos moradores das pequenas cidades, os interesses de cada cidadão devem

⁴ A décima emenda da Constituição dos EUA garante que: “Os poderes não delegados aos Estados Unidos pela Constituição, nem por ela negados aos Estados, são reservados aos Estados ou ao povo”.

sobrepujar os interesses dos partidos. Nas palavras de Lawson (1992, p.826. tradução própria): “na maior parte das cidades dos Estados Unidos, os partidos não têm o direito de nomear os candidatos para as eleições municipais e os candidatos não podem se apresentar como democratas ou republicanos”.⁵

A montagem de uma estrutura logística para recrutamento de filiados, comitês partidários, equipes de campanha, especialistas em sondagens, profissionais de *marketing* político, etc., em cada município é muito dispendiosa; por isso, os partidos organizados há mais tempo estão na dianteira desse processo, especialmente nas cidades do interior. A estruturação de um partido seja no nível municipal ou no nível estadual é algo complicadíssimo com as regras que cada estado possui para normatizar as campanhas, o que dificulta a existência de outros partidos nacionais. Os dados atuais da nacionalização partidária nos EUA indicam que seu sistema partidário possui uma nacionalização intermediária no contexto das Américas (JONES e MAINWARING, 2003; ALEMÁN e KELLAM, 2008).

1.2.2. Nacionalização Partidária na Europa

A virada do século XX para o século XXI trouxe para a Ciência Política a renovação das pesquisas que levam em conta a penetração territorial dos partidos na esfera eleitoral. Essa área de investigação, inicialmente, concentrou-se na análise comparativa da nacionalização partidária no continente europeu, devido aos rumos semelhantes nas trajetórias nacionais de consolidação dos partidos após a expansão do sufrágio no começo do século XX, o que possibilitou a profissionalização das organizações partidárias (KIRCHHEIMER, 2012). A obra reconhecidamente inaugural dessa retomada teórico-metodológica é, sem dúvida, “*Nationalization of Politics*”, de Daniele Caramani, na qual o autor sistematiza as principais preocupações dessa nova agenda de pesquisa.

⁵ No original: “Dans la plupart des villes des Etats-Unis, les partis n’ont plus le droit de nommer les candidats pour les élections municipales et les candidats ne peuvent pas se présenter comme démocrates ou républicains”.

A primeira preocupação metodológica foi com o viés histórico. Para Caramani (2004), a nacionalização da política deve ser entendida como um macroprocesso que abrange a nacionalização das instituições sociais e das instituições políticas. No continente europeu, a nacionalização da política foi-se estabilizando gradativamente, no decorrer dos anos, de modo que a contenda política puramente local, que configurou um período arcaico e precário de estrutura da competição partidária, foi cedendo espaço para um período moderno e profissionalizado da competição eleitoral. Por essa ótica, a democracia representativa só funciona de maneira plena quando a nacionalização da política está completa, pois os partidos só se tornam realmente estruturados quando possuem bases estáveis de votação em todo o território. Por isso a necessidade, apontada em seu estudo, da verificação longitudinal da formação do eleitorado e da consolidação dos partidos em cada país.

A segunda preocupação metodológica foi com o viés comparativo. Os trabalhos anteriores tinham que lidar com uma considerável variedade de sistemas eleitorais dos países europeus, além da falta de padronização dos dados, algo que desencorajava as pesquisas comparativas. Nas últimas décadas, entretanto, o continente europeu convive com elevada estabilidade democrática na maioria dos países – alguns tiveram a democracia interrompida em dados períodos do século XX –, o que propiciou o acúmulo de um acervo de dados empíricos eleitorais padronizáveis para a comparação sistemática. Assim, Caramani (2004) cobriu cerca de 150 anos de história eleitoral em 17 países europeus⁶ – a intenção do autor ao adotar esse largo marco temporal foi mostrar como a nacionalização partidária está relacionada com a fixação de diferentes clivagens em cada território, sendo a oposição entre esquerda e direita a clivagem chave para a estruturação destes sistemas partidários.

Dentre os principais achados dessa pesquisa destaca-se o alto grau de nacionalização dos sistemas partidários da Europa ocidental. Sobre isso, Caramani (2004) observou que esse processo se concluiu cedo nesse conjunto de nações, logo após a efetivação de suas democracias. De fato, a nacionalização daqueles sistemas se estabeleceu mesmo diante de fatores disjuntivos, como a ampliação do sufrágio

⁶ Os países analisados foram: Suíça, Bélgica, Finlândia, Espanha, Alemanha, Itália, Grã-Bretanha, Portugal, Holanda, Islândia, Noruega, França, Irlanda, Grécia, Dinamarca, Áustria, Suécia.

universal, a permissividade dos desenhos constitucionais, as revoltas agrárias, o processo de secularização, as transformações na estrutura organizativa dos partidos, o avanço dos meios de comunicação de massa e o avanço do estado de bem-estar social que emergiu ao final da Segunda Guerra Mundial. Portanto, as clivagens estruturantes no período de nascimento dos principais partidos foram capazes de sobreviver em meio a tais fatores disjuntivos, o que impediu que novos conflitos surgissem como os balizadores da disputa política. Dessa forma, os partidos tradicionais obtiveram o controle da política na Europa ocidental, confirmando a hipótese “congelamento” dos sistemas partidários europeus anteriores, de Lipset e Rokkan (1967).

Uma vez que Caramani (2004) deu esse ponto de partida, análises subsequentes tentaram ampliar suas descobertas acerca da nacionalização dos sistemas partidários europeus, ampliando o universo de análise para outras regiões do mundo, aumentando o número de casos e propondo definições mais rigorosas do conceito e novos indicadores para sua mensuração (CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; BOCHSLER, 2005; 2006; 2009; MOENIUS e KASUYA, 2004; KASUYA e MOENIUS, 2008; GOLOSOV, 2014; MEDZIHORSKY, 2015). Lago-Peñas e Lago-Peñas (2010), por exemplo, utilizaram um escopo temporal de 1945 até 1998, cobrindo o mesmo conjunto de países europeus abordados por Caramani (2004) para testar os efeitos da descentralização política e do controle fiscal na nacionalização desses sistemas partidários. Os resultados encontrados fortaleceram o argumento prévio de que os desenhos constitucionais, sejam mais abertos ou fechados, não contribuíram para um decréscimo na nacionalização dos sistemas partidários. Na verdade, os resultados indicaram pouca correlação entre descentralização e queda na nacionalização dos partidos.

Bochsler (2005), por sua vez, realizou um estudo até então inédito da nacionalização partidária dos países do Leste Europeu.⁷ Sua análise se apoiou em dados eleitorais da competição para o Legislativo, de 1990 até 2004, e indicou que a nacionalização partidária é um fator crucial para a consolidação daqueles sistemas

⁷ Os países analisados foram: Albânia, Bósnia, Bulgária, Croácia, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Macedônia, Moldávia, Polônia, Romênia, Rússia, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, Ucrânia.

partidários. As características nacionais dos partidos da região, de forte heterogeneidade étnica, influenciam a redução do número efetivo de partidos, ou seja, quanto maior a nacionalização, menor o número efetivo de partidos efetivos, e vice-versa. Dessa forma, conclui o autor, os sistemas partidários do Leste Europeu ganharam solidez partidária, mas, para isso, pagaram o custo da proporcionalidade da representação.

1.2.3. Nacionalização Partidária no Canadá, no México e na América Central

Há vários estudos sobre a nacionalização partidária no Canadá, México e América Central. De acordo com as pesquisas, o Canadá possui um sistema partidário relativamente estável no nível nacional, com a alternância no poder, desde 1867, quando foi instaurado o parlamentarismo, entre duas legendas, a saber: o Partido Conservador e o Partido Liberal. Esse bipartidarismo forte deve-se, principalmente, à adoção de um modelo similar ao do parlamentarismo britânico,⁸ o que favorece a configuração dualista de forças partidárias (LIJPHART, 2003). Todavia, o desenho constitucional canadense incentiva o aparecimento de terceiras forças partidárias em razão da descentralização administrativa na forma de regiões autônomas. Esses terceiros partidos possuem maior apelo local do que nacional (CROISAT, 1970).

A centralização política do Parlamento na vida partidária federal, com congressistas disciplinados e mandatários dos partidos tradicionais, conflita com a descentralização organizativa no nível local. Esse desenho institucional corresponde à heterogeneidade social do Canadá, que requer abertura política para que cada localidade adote formas de seleção de candidatos como convier a cada uma delas. Além disso, esses candidatos ficam submetidos a um financiamento de campanhas eleitorais dependente da verba privada em razão da fraqueza de financiamento individual.

⁸ Dentre as características do modelo britânico, também conhecido como modelo Westminster, estão: 1) Concentração do Poder Executivo em gabinetes unipartidários e de maioria mínima; 2) Gabinete dominante em relação à legislatura; 3) Sistema bipartidário; 4) Sistema de eleições majoritário e desproporcional; 5) Pluralismo de grupos de interesse; 6) Governo unitário e centralizado; 7) Concentração do poder legislativo numa legislatura unicameral; 8) Flexibilidade Constitucional; 9) Ausência de revisão judicial; e 10) Um banco central controlado pelo Poder Executivo (LIJPHART, 2003).

Conforme observa Croisat (1970), essa situação permanece inalterada, desde 1867, de modo que o desenho constitucional e o sistema eleitoral são barreiras à plena nacionalização dos principais partidos. Ainda assim, os dados da nacionalização partidária no Canadá indicam que seu sistema partidário se situa entre os mais nacionalizados do continente americano (JONES e MAINWARING, 2003; ALEMÁN e KELLAM, 2008).

O mesmo não ocorre no México. O vizinho latino dos EUA teve reduzida a nacionalização da sua principal legenda, o Partido Revolucionário Institucional [PRI], após uma reforma constitucional que limitou os poderes do Presidente da República. Cantú e Desposato (2012) analisam a nacionalização partidária do México tendo como parâmetros o federalismo e a descentralização de recursos públicos. Para os autores, por décadas o PRI dominou a política mexicana através do controle dos recursos públicos, aliado aos fatores institucionais do desenho constitucional que centralizava tudo no cargo presidencial. Por quase todo o século XX, a disciplina partidária do PRI nas votações no Legislativo, somada aos poderes constitucionais do Presidente e à submissão das lideranças locais à direção nacional do PRI, contribuíram para a centralização do sistema político do país na esfera nacional. Nesse contexto, a descentralização administrativa em favor dos entes subnacionais somente poderia interferir na vida política nacional se os governadores estaduais fossem mais atuantes, o que não ocorre. Isso porque as chances de ascensão política dos governadores mexicanos estavam atreladas à sua subserviência aos ditames da direção nacional do PRI. Ou seja, o avanço na carreira política era determinado pela lealdade dos governadores ao Presidente da República.

Apenas na década de 1990 o sistema partidário de partido dominante mexicano começou a ceder espaço para um sistema mais competitivo. A reforma constitucional promovida nessa década retirou poderes do Presidente da República, aumentando progressivamente a competitividade partidária na disputa pelos assentos no Legislativo. Em 2000, a era do sistema unipartidário no México teve um ponto final com a saída do PRI do poder, mediante as eleições sucessivas dos oponentes do PAN, Vicente Fox (2000-2006) e Felipe Calderón (2006-2012). O PRI só retomou a Presidência recentemente, com a eleição de Enrique Peña Nieto (2012-2018).

Atualmente, os três principais partidos mexicanos são (CANTÚ e DESPOSATO, 2012): o Partido Revolucionário Institucional [PRI]; o Partido Ação Nacional [PAN]; e o Partido da Revolução Democrática [PRD].

A mudança na Constituição mexicana, todavia, trouxe dificuldades para o partido governista formar maiorias estáveis, em razão do já citado aumento da competição eleitoral e, também, do enfraquecimento dos atores políticos nacionais, devido à ascensão de novas lideranças subnacionais. Por esses motivos, o México é um caso fora da curva nos estudos sobre a nacionalização partidária, pois o principal partido nacionalizado impedia a competição e o crescimento eleitoral de seus rivais. Esta só aumentou a partir de reformas constitucionais que, de outro lado, erodiu o eleitorado dos políticos nacionais do PRI, cujas carreiras foram ameaçadas pelos políticos em ascensão. Hoje em dia, o México é descrito como um sistema partidário que passou da fase de nacionalização completa para intermediária, assim como os EUA (JONES e MAINWARING, 2003).

As pesquisas sobre nacionalização partidária na região centro-americana são cada vez mais sistemáticas e comparativas (JONES e MAINWARING, 2003). A América Central é formada por pequenos países, em vários casos ilhas, que, ao contrário dos países da América do Norte, conviveram com vários tipos de regimes políticos ao longo de suas histórias. Sem dúvida, o ponto de inflexão para a formação dos sistemas partidários na América Central foi a terceira onda de democratização,⁹ que conduziu várias nações para a insurgência revolucionária contra os respectivos regimes autoritários. A crise dos regimes autoritários na América Central, na década de 1970, foi provocada pela instabilidade dos preços dos principais produtos de exportação [algodão, açúcar e alimentos]. As insatisfações dos camponeses abriram espaço para revoltas populares, mesmo com a repressão brutal das ditaduras a qualquer reivindicação por democracia (TORRES-RIVAS, 2005).

⁹ A expressão consagrada nas teorias de transição democrática salienta a grande passagem de regimes autoritários para regimes democráticos, em um período determinado de tempo, que são resultado de uma maior liberalização do sistema político. Contudo, as ondas não significam que os regimes serão democráticos de forma instantânea. Na verdade, ainda restam resquícios autoritários dentro desses países que transitaram de regime nos primeiros anos democráticos. Mais detalhes em: HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

De modo geral, de acordo com Torres-Rivas (2005), antes da estabilização das eleições como forma procedimental de acesso ao poder, a América Central apresentou duas variações de regimes democráticos: as 1) *Proto-Democracias*, nas quais os líderes da revolução tiveram que lidar com persistentes guerras civis e a população manifestou pouco interesse na via democrática, já que os novos ocupantes do Estado mantiveram a repressão da oposição [Nicarágua¹⁰, El Salvador¹¹, Guatemala¹²]; e as 2) *Semi-Democracias*, nas quais os novos líderes mantiveram o antagonismo do antigo regime, apesar da ausência de conflito bélico [Honduras¹³, Panamá¹⁴ e Costa Rica¹⁵]. Apesar dos percalços sócio-políticos, nenhum desses países retornou à condição de autoritarismo.

Com relação aos estudos sobre nacionalização partidária, os países componentes da América Central podem ser agrupados em dois conjuntos: a) o grupo com fronteiras territoriais acima de um país [Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá] e b) o grupo de países, pequenas ilhas, com apenas uma fronteira terrestre [Cuba, Haiti, República Dominicana, Jamaica, Bahamas, São Cristóvão & Névis, Antígua & Barbuda, Dominica, Barbados, São Vicente & Granadinas, Granada, Santa Lúcia e Trinidad & Tobago]. O maior volume de estudos sobre a nacionalização partidária na região incide sobre o conjunto de países do primeiro grupo, porque os analistas consideram que eles possuem sistemas partidários mais desenvolvidos do que os do segundo grupo. Em decorrência disso, as análises sobre a nacionalização partidária no segundo grupo são mais pontuais e monográficas, focadas principalmente no caso da República Dominicana. Os dados dos outros países são mais

¹⁰ Na Nicarágua, a guerrilha militar sandinista pôs um fim na ditadura do general Somoza (1934-1979).

¹¹ Em El Salvador, as lutas sociais por participação no final da década de 1970 culminaram em vários anos de guerra civil com armistício apenas no começo da década de 1990.

¹² Na Guatemala, a luta de guerrilha também esteve presente contra um Estado altamente repressor e assassino que matou milhares de indígenas e opositores, só sendo deposto por golpes de facções militares contra a cúpula na década de 1980.

¹³ Conforme Torres-Rivas (2005), os principais partidos de Honduras possuíam existência desde o século XIX. O regime militar da década de 1970 controlou qualquer tipo de revoltas populares através de uma política de reformas agrárias visando à exportação de bananas, principal produto de exportação do país. A ausência de violência no caso hondurenho, comparada com os países vizinhos, permitiu que os partidos tradicionais retomassem o controle político de forma pacífica, após o fracasso da guerra com El Salvador no início da década de 1980.

¹⁴ A situação no Panamá foi de autoritarismo civil. Partidos com larga existência dominaram a política nacional de maneira oligárquica e com participação política controlada. A intervenção dos EUA, na década de 1990, disciplinou a democracia panamenha para conter os abusos de poder.

¹⁵ Dentre os países analisados, a Costa Rica foi quem teve a democratização mais acelerada iniciando no ano de 1949.

escassos, sem contar que alguns deles não possuem regimes considerados democráticos, como é o caso de Cuba. Não obstante, na República Dominicana foram identificadas as mesmas circunstâncias detectadas nos demais países centro-americanos, ou seja, a formação dos partidos esteve condicionada à mudança de regime político.

Com efeito, a República Dominicana saiu da ditadura militar, comandada pelo general Rafael Trujillo (1930-1961), para a democracia no começo da década de 1970. Conforme Gúzman y Ramírez (2010), o sistema partidário dominicano apresentou um satisfatório grau de nacionalização – na designação dos autores, a nomenclatura seria taxas de congruência – nas eleições presidenciais e municipais no intervalo de 1994 a 2008. Na verdade, o seu índice é um dos melhores do continente americano, e isso se deve à estratégia dos principais partidos – Partido Revolucionário Dominicano [PRD], Partido de la Liberación Dominicana [PLD] e Partido Reformista Social Cristiano [PRSC] – fazerem coligações eleitorais com os partidos regionais em todos os municípios. Assim, os principais partidos reforçaram sua predominância no nível local ao patamar aproximado do seu domínio nas eleições presidenciais.

Em relação aos países do primeiro grupo, excetuando a ausência de estudos sobre a situação partidária no Belize, foram analisados dados sobre a nacionalização dos partidos na Costa Rica¹⁶, El Salvador¹⁷, Guatemala¹⁸, Honduras¹⁹, Nicarágua²⁰ e Panamá²¹. Com base nos resultados encontrados, seus sistemas partidários podem ser enquadrados de acordo com três tipos (ALFARO-REDONDO 2010): a) Nacionalização Baixa [Guatemala e El Salvador]; b) Nacionalização Intermediária [Nicarágua, Costa Rica e Panamá] e c) Nacionalização Alta [Honduras]. Grosso modo, a situação encontrada nesses casos se aproxima dos resultados obtidos nos estudos sobre a

¹⁶ Partido Liberación Nacional (PLN); Partido Unidad Social Cristiana (PUSC); Partido Acción Ciudadana (PAC); Partido Movimiento Libertario (PML).

¹⁷ Alianza Republicana Nacionalista (ARENA); Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN); Partido de Conciliación Nacional (PCN).

¹⁸ Frente Republicano Guatemalteco (FRG); Partido de Avanzada Nacional (PAN); Unidad Nacional de la Esperanza (UNE).

¹⁹ Partido Liberal de Honduras (PLH); Partido Nacional de Honduras (PNH).

²⁰ Partido Liberal Constitucionalista (PLC); Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN).

²¹ Partido Revolucionario Democrático (PRD); Partido Arnulfista (ANR); Movimiento Liberal Republicano Nacionalista (Molirena); Partido Cambio Democrático (PCD).

América do Norte e, em alguma medida, da América do Sul – os países com sistemas partidários mais antigos tiveram melhores índices de nacionalização (ACHARD e GONZÁLEZ, 2005). Isso ocorreu com os principais partidos cuja data de criação remete ao final do século XIX [Honduras] ou que surgiram anteriormente às ondas de democratização do século XX [Nicarágua, Costa Rica, República Dominicana e Panamá].

Alguns dos traços mais marcantes desses sistemas partidários são (a) o reduzido número efetivo de partidos (NEP), ao redor de três, em boa parte da década de 1990, (b) o presidencialismo como a forma de governo – presidentes com fracos poderes constitucionais, mas com forte capacidade de impor sua agenda de governo – e (c) eleições periódicas consideradas limpas e justas pela opinião pública. Essa institucionalização dos sistemas partidários no século XXI contrasta, entretanto, com o período de transição do autoritarismo para o regime democrático, que não resultou de maneira imediata em sistemas representativos estáveis (ACHARD e GONZÁLEZ, 2005). Do ponto de vista das abordagens do fenômeno, os estudos focados na América Central basearam-se análises estáticas da nacionalização, ou seja, voltadas apenas à mensuração da homogeneidade das votações dos partidos pelo território dos países.

1.2.4. Nacionalização Partidária na América do Sul

Na América do Sul, a agenda de pesquisas sobre a nacionalização partidária ainda está em processo de formação. Provavelmente, a instabilidade política na região, vivenciada durante nos anos de 1960 a 1980, desviou o foco dos pesquisadores para outros aspectos dos processos partidários e eleitorais. Mas, desde a terceira onda de democratização, os países sul-americanos desenvolveram ou retomaram seus sistemas partidários e a própria competição eleitoral tornou-se mais efetiva. Da mesma forma, a disciplina de Ciência Política na região cresceu e ampliou seu escopo de investigação, abrangendo os mais variados aspectos da política, tais como a transição democrática, a cultura política, o comportamento eleitoral, o desenho constitucional, o processo

legislativo, as políticas públicas e as organizações partidárias. Entretanto, persistia até há pouco tempo um *déficit* de estudos acerca da nacionalização partidária, especialmente no que se refere à homogeneidade territorial do desempenho eleitoral das legendas, tanto na perspectiva diacrônica como na perspectiva sincrônica.

No geral, os poucos estudos sobre o tema foram realizados por pesquisadores estrangeiros interessados em ampliar o número de casos de suas análises comparadas e, assim, dar mais subsídios empíricos às generalizações dos modelos teóricos construídos com base nos casos europeus. Em que pese discordâncias sobre o grau de nacionalização em alguns países, os sistemas partidários latino-americanos foram classificados do seguinte modo (JONES e MAINWARING, 2003; MORGENSTERN, 2005; ALEMÁN e KELLAM, 2008): a) nacionalização alta [Chile, Uruguai]; b) nacionalização intermediária [Colômbia, Venezuela] e c) nacionalização baixa [Brasil, Equador, Peru, Paraguai, Argentina e Bolívia]. Outros países sul-americanos [Guiana e Suriname] não foram cobertos pela literatura possivelmente por causa da dificuldade de acesso aos seus dados eleitorais.

Os sistemas partidários altamente nacionalizados – Chile e do Uruguai – têm em comum a longevidade de seus principais partidos políticos. Nesses casos, a despeito da interferência nociva de regimes militares, os partidos tradicionais mantiveram suficiente atividade organizativa, lideranças políticas ativas e seus ideais no imaginário do eleitorado (JONES e MAINWARING, 2003). No Chile, da mesma forma que no caso uruguaio, a competitividade partidária permaneceu duradoura até a derrubada da democracia em 1973. Até então, as instituições funcionavam sem sobressaltos e com alternância no poder entre as forças políticas de direita e de esquerda. Segundo Riz (1989), o sistema partidário chileno foi construído em gerações. Na primeira, a partir do século XIX, os partidos tinham caráter mais classista, destacando-se o Partido Conservador [PC] e o Partido Liberal [PL]. O Partido Radical [PR], também fundado na metade do século XIX, representava a esquerda burocrática, urbanizada e apoiada por contingentes de obreiros ligados a mineração. Na segunda geração, por volta da década de 1930, surgiram os partidos de esquerda operários – o Movimento de Izquierda Revolucionário [MIR], o Partido Comunista [PC] e o Partido Socialista (PS). Na terceira geração, na metade do século XX, nasceram os partidos centristas, sendo

seu maior expoente o Partido Democrático Cristiano [PDC], que conquistou o eleitorado camponês.

Da mesma forma que ocorreria nos demais países da região, a grande depressão econômica de 1930 contribuiu para a crise de legitimidade dos partidos chilenos (DE RIZ, 1989). Essa crise no mercado financeiro gerou desconfiança na classe política e demandou maiores negociações para que as demandas societárias pudessem ser processadas pelo sistema político. É dessa época a criação da Frente Popular (1938-1947), que articulou os principais partidos de esquerda [PR, PS, PC e MIR] num vínculo programático comum. No entanto, a extrapolação do conflito político, característica da época da Guerra Fria, acirrou os ânimos de opositoristas ao governo de Salvador Allende (1970-1973), conduzindo-os à solução autoritária para o conflito político do país. A ditadura militar que se seguiu, de Augusto Pinochet (1973-1989), foi uma das mais sangrentas da América Latina. Após um longo intervalo sem atividade partidária o formato multipartidário retornou ao país redemocratizado.

Qual teria sido o fator do ressurgimento do multipartidarismo chileno? De acordo com Epiácio (2015), a imposição do sistema binominal para a ocupação dos assentos legislativos impediu a formação de maiorias no Legislativo chileno. O sistema binominal consiste na divisão territorial em distritos, nos quais as duas vagas em disputa só são ocupadas pelo mesmo partido se algum deles atingir mais do que o dobro de votos obtidos por qualquer concorrente. Caso isso não ocorra, as vagas são divididas entre dois partidos. Esse sistema dificulta o monopólio partidário, que requer grande votação para ocupar as cadeiras parlamentares. Desse modo, o sistema eleitoral binominal pode ser um fator predominante para a manutenção do eleitorado antecedente dos grandes partidos, resultando na elevada nacionalização do sistema partidário.

No Uruguai, a rivalidade do bipartidarismo entre o Partido Nacional [Blanco] e do Partido Colorado remete ao século XIX. A divisão social, derivada do antagonismo entre o interior e a capital, propiciou que essas duas agremiações controlassem a política nacional (RIAL, 1989). Esse clima belicoso do caudilhismo uruguaio também impregnou a disputa pelas lideranças internas desses partidos. Contudo, essa

heterogeneidade de posições políticas não resultou em dissolução ou defecção partidária; os conflitos foram administrados em virtude de uma regra da Justiça Eleitoral que estimulou o lançamento de candidaturas de novas lideranças sem sua desvinculação dos partidos tradicionais. “A instituição do lema (a lei dos Lemas) assegurou a sobrevivência dos dois grandes partidos ao impulsionar o fraccionalismo como meio para ampliar o território de caça do partido e bloquear a emergência de um sistema multipartidário” (DE RIZ, 1989, p. 53).²²

Essa regra instituía que os sufrágios dos candidatos que tivessem uma sublegenda associada aos partidos tradicionais nos distritos seriam computados às duas maiores forças. O estável controle político de brancos e de colorados decorre dessas intervenções do sistema eleitoral, além de ser reforçado pela postura patrimonialista da distribuição das benesses estatais. Nos termos de Rial (1989), o clientelismo estatal prevaleceu por causa da debilidade de mobilização da sociedade civil uruguaia. Ao serem alijados do controle estatal, por meio da ditadura militar (1973-1984), os dois partidos tradicionais não desapareceram porque eram reconhecidos pela população como os mediadores da relação entre a sociedade civil e o Estado. Estava implícito na sociedade uruguaia que a cidadania só podia ser alcançada através da atuação da classe política, sendo ela a protagonista deste processo. A reabertura política retomou a antiga balança de poder dos partidos tradicionais. A alta nacionalização partidária no Uruguai, encontrada nos estudos do começo dos anos 2000, deriva desse equilíbrio de forças. Talvez novas pesquisas possam refutar essa elevada nacionalização dos partidos tradicionais, devido à ascensão da Frente Ampla²³ como terceira força política nos últimos anos.

Os sistemas partidários com nacionalização intermediária – Colômbia e Venezuela -- são exemplos da redução de votações das principais forças políticas quando o sistema é alterado por reformas constitucionais (ALEMÁN e KELLAM, 2008).

²² Tradução do Autor. No original: “La institución del lema (la ley de Lemas) aseguró la sobrevivencia de los dos grandes partidos al impulsar el fraccionalismo como medio para ampliar el territorio de caza del partido y bloquear la emergencia de un sistema multipartidario.”.

²³ A Frente Ampla é uma coalizão de partidos de esquerda que conseguiu ocupar a Presidência da República nos três últimos mandatos com Tabaré Vasquez, Pepe Mujica, e, novamente, Tabaré Vasquez. Mais detalhes da sua ascensão em: LANZARO, Jorge. Os partidos uruguaios: a transição na transição. **Opinião Pública**. Vol. IX, Nº 2, pp. 46-72, 2003.

No caso colombiano, a instabilidade eleitoral dos principais partidos após as reformas constitucionais de 1991 e de 2003 ainda é reforçada pela luta armada entre o governo e uma facção paramilitar – as controversas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia [FARC]. Na Venezuela, alterações em regras constitucionais, em 1993, restringiu o poder do Legislativo, enfraquecendo os principais partidos e resultando na ascensão ao Executivo de um líder carismático avesso aos partidos tradicionais, no final da década de 1990. Já em 1999, esse mesmo líder carismático conseguiu aprovar uma nova Constituição que ampliou os poderes do Presidente da República, debilitando, em contrapartida, os outros Poderes (SÁEZ e FREINDENBERG, 2002; RAMOS, 2002; BLEIER e ARÉVALO, 2004; KORNBLITH, 2004; VILLA, 2005).

A rota seguida pelos partidos colombianos manteve o roteiro dos demais sistemas partidários sul-americanos, alternando bons e maus momentos de competição eleitoral regular. Da fundação das principais legendas no século XIX – o Partido Conservador Colombiano [PCC] e o Partido Liberal Colombiano [PLC] – até 1958, a Colômbia viveu uma fase violenta de guerra civil permanente. A solução encontrada para resolver o conflito armado foi abrigar na mesma coalizão governativa os partidos políticos. Isso ficou conhecido como a Frente Nacional (1958-1974), a qual contribuiu para a consolidação do bipartidarismo colombiano (BLEIER e ARÉVALO, 2004). Mas esse pacto entre o PCC e o PLC terminou em 1974, em decorrência das mobilizações de grupos opositores, contrários ao acordo de coexistência da classe política tradicional, além das brigas internas à coalizão (BLEIER e ARÉVALO 2004). No entanto, quando do final da Frente Nacional, o domínio eleitoral das duas siglas já era massivo. A disputa estável entre o PCC e o PLC durou até a década de 1990, quando alterações na Constituição nacional [1991 e 2003] enfraqueceram o bipartidarismo, propiciando o crescimento de novos partidos. Por fim, o atual multipartidarismo, aliado às constantes hostilidades entre o governo, a sociedade civil e as FARC, colocou empecilhos à nacionalização mais elevada do sistema partidário colombiano.

Na Venezuela, de forma semelhante ao que aconteceu na Colômbia, houve uma inversão de expectativas em relação à nacionalização dos seus partidos, já que a democracia iniciada em 1958, após a queda do regime autoritário de Marcos Peres Jiménez (1952-1958), era uma das mais estáveis do continente (RAMOS, 2002). Em

realidade, durante 30 anos o bipartidarismo da Ação Democrática [AD] e do Comitê de Organização Política Eleitoral [COPEI] foi preponderante, devido especialmente às poucas diferenciações ideológicas entre essas siglas (KORNBLITH, 2004; VILLA, 2005). Não obstante, vários fatores sustentaram esse bipartidarismo, como a disciplina partidária e o clientelismo estatal.

De fato, a elevada disciplina partidária da AD e do COPEI facilitou o apoio aos governos presidenciais e, em compensação, favoreceu as trocas clientelistas dos parlamentares. Aliás, o clientelismo estatal tinha sido outro fator que ajudou na sustentação da democracia venezuelana – o Estado reservava um amontoado de cargos e recursos para serem negociados com múltiplas fatias da sociedade venezuelana. Esse clientelismo estatal pôde se sustentar em virtude do elevado preço do petróleo, a principal fonte de recursos do país. Mas, a crise petrolífera da década de 1980 interrompeu a harmonia social e a estabilidade do sistema partidário venezuelano. Entre 1989 e 1993, durante o governo neoliberal de Carlos Andrés Pérez [AD], que desmontou a estrutura clientelista do Estado, a Venezuela enfrentou protestos sociais e repressão estatal violenta. A situação era tão caótica que até houve uma malsucedida tentativa de golpe militar, em 1992, conduzida pelo futuro presidente Hugo Chávez (VILLA, 2005).

A crise de representatividade enfrentada pelos partidos tradicionais na Venezuela teve como resposta uma reforma constitucional, em 1993, com o intuito de tornar seu sistema partidário mais plural. Essa mudança nas regras eleitorais propiciou a ascensão do grupo político criado por Hugo Chávez, o Movimento Quinta República, a partir da vitória presidencial em 1998. O discurso bolivariano de integração com as raízes históricas do país, o combate aos políticos tradicionais e defesa de políticas sociais para os mais pobres alçou o presidente Chávez à condição de principal força política do país. Apesar da sua imensa popularidade, Chávez não conseguiu reproduzir a estabilidade institucional vivenciada no período de 1958 a 1988, nem renovar o sistema partidário do país (KORNBLITH, 2004).

Os sistemas partidários fracamente nacionalizados de Brasil – que será descrito em pormenores mais adiante –, da Argentina, do Equador, do Paraguai, do

Peru e da Bolívia assemelham-se quanto à dificuldade de estabilização dos principais partidos políticos (JONES e MAINWARING, 2003; ALEMÁN e KELLAM, 2008). De acordo com a literatura, algumas das variáveis que explicam esse contexto caótico de assimetrias no apoio eleitoral aos partidos nesses países são: (a) o desenho constitucional (b) as crises econômicas e (c) as crises sociais. Essas dificuldades e a baixa nacionalização partidária, por sua vez, impedem a consolidação das instituições democráticas ou, pelo menos, comprometem sua qualidade.

A Argentina compartilha com o Brasil uma trajetória instável do sistema partidário no decorrer do século XX. A diferença, no caso argentino, reside na ausência do desmantelamento das agremiações partidárias após as sucessivas crises no sistema político. Os partidos originados no século XIX – Partido Radical [PR], Partido Autonomista Nacional [PAN], Unión Cívica Radical [UCR] –, em conjunto com os partidários do peronismo, mantiveram-se, uns mais outros menos, como protagonistas da política argentina durante os esparsos períodos democráticos do século XX (CAVAROZZI, 1989). Talvez, o principal motivo da debilidade do sistema partidário argentino sejam as manipulações que o partido da situação sempre faz nas regras do jogo para se favorecer. Trata-se de uma estratégia que, deliberadamente, visa a impedir o crescimento das oposições e, no limite, liquidar as dissidências. Diante disso, nada restava às oposições senão a conspiração com as Forças Armadas para conduzir um golpe de Estado como caminho para a conquista do poder (CAVAROZZI, 1989).

O Peronismo, por sua vez, criou dificuldades para a nacionalização do sistema partidário ao se colocar acima dos partidos. Em alguma medida, o peronismo foi positivo ao estimular uma maior participação política da sociedade argentina, mas, também em alguma medida, esse movimento foi negativo ao aprofundar a debilidade do sistema político. Ao longo de cerca de 30 anos – desde a deposição de Perón pelos militares, em 1955, até o governo democrático de Raul Alfonsín, em 1985 –, a Argentina assistiu seu sistema partidário entrar em colapso. Atualmente, a nacionalização de seu sistema partidário apresenta resultados insatisfatórios, a batalha entre opções políticas que reivindicam a herança do Peronismo [Partido Justicialista] e aquelas que se colocam contra seu legado [Proposta Republicana].

No Equador, as constantes reformas constitucionais sobre o funcionamento das eleições e dos partidos, desde 1983, terminaram por criar um desenho constitucional prejudicial à estabilidade democrática à competição eleitoral. O problema se agravou depois do plebiscito de 1997, quando se decidiu adotar a representação proporcional com voto personalizado de lista aberta para a ocupação de cadeiras no Congresso. Esse sistema eleitoral incentivou a criação de novas legendas que impediram que qualquer partido atingisse a metade das cadeiras parlamentares, assim como impediu também que os partidos formassem maiorias governativas para dar suporte ao Presidente da República (PACHANO, 2004). Além disso, o sistema multipartidário que emergiu registra altos índices de volatilidade eleitoral, inclusive dos principais partidos – a Izquierda Democrática [ID], o Partido Social Cristiano [PSC], o Partido Roldosista Ecuatoriano [PRE] e a Democracia Popular [DP]. Essa volatilidade eleitoral parece indicar a baixa consolidação do sistema partidário equatoriano, caracterizado por um claro perfil regionalista.

No Paraguai, o amplo domínio da Ação Nacional Republicana – de 1947 a 2008 –, também conhecida como Partido Colorado, foi marcado pelas constantes fraudes eleitorais até a reforma constitucional de 1993, que estimulou o surgimento de novos partidos (SÁEZ y FREIDENBERG, 2002). Mas, o monopólio dos colorados só foi interrompido com a eleição de Fernando Lugo para a Presidência da República. Apoiado pela *Alianza Patriótica para el cambio* [APC], essa vitória presidencial representou um primeiro confronto de classes na política paraguaia (BOURSCHEID, 2015). Entretanto, em seguida o país entrou em ebulição quando da deposição do Presidente Lugo, em 2012. Esse processo de *impeachment* presidencial foi marcado pela suspeita de golpe institucional, já que o tempo de julgamento foi apressado, quase sem chances de Lugo defender-se das acusações. Essa situação de ruptura institucional ascendeu o sinal de alerta nas democracias latino-americanas, mostrando que os mandatos presidenciais podiam ser interrompidos a qualquer momento, sem a necessidade de tanques e militares nas ruas. De fato, a interrupção de mandatos presidenciais acabou se tornando um evento frequente na região (PÉRES-LIÑAN, 2007). Tal crise, por sua vez, reflete-se nos baixos níveis de nacionalização dos demais partidos paraguaios.

No caso do Peru, pode-se dizer que seu sistema partidário é altamente fragmentado, volátil e com pouca inserção geográfica pelo território nacional (TANAKA, 2004). Essa situação agravou-se ainda mais com o autogolpe imposto pelo presidente Alberto Fujimori (1990-2000), em 1992. Tal período foi marcado pelo autoritarismo, com o fechamento dos outros Poderes, tanto o Judiciário como o Legislativo, e por uma demarcada crise de legitimidade. Depois, dois fatores concorreram para dificultar a nacionalização partidária – o personalismo de Fujimori, que impediu a consolidação dos partidos após a abertura política, e o desenho constitucional permissivo, que favoreceu a proliferação de partidos.²⁴ Manteve-se, assim, a instabilidade do sistema partidário mesmo depois da saída de Fujimori, em 2000 – há dados que mostram que os maiores índices de volatilidade eleitoral são encontrados no sistema partidário peruano (TANAKA, 2004). Paralelamente, a Constituição de 1993 ficou aquém das expectativas da população no que se refere a tornar a democracia do país mais participativa. Na verdade, apesar de ter ampliado os poderes presidenciais, ela pulverizou a representação parlamentar, dificultando a governabilidade. O sistema eleitoral adotado para ocupação das 120 cadeiras no Congresso investiu na representação proporcional com voto personalizado em distritos plurinominais, tornando a representação parlamentar personalista (TANAKA, 2004).

Até o início dos anos 2000, a Bolívia representava o melhor caso de estabilidade da região andina (MAYORGA, 2004). A queda do presidente Sánchez de Lozada, em 2003, alterou tudo isso. A insatisfação e um clima antipartidário tomou conta do país, de maneira semelhante ao que ocorreu nos demais da região sul-americana. Essa situação de crise de representação coincidiu com a ascensão dos partidos de esquerda às Presidências de vários países da região – Argentina, Brasil, Venezuela, Equador, Paraguai, Uruguai.

O regime democrático, iniciado em 1985, sustentava-se sobre três partidos principais: o Movimiento Nacionalista Revolucionario [MNR], o Movimiento Izquierda

²⁴ Em torno de 8 a 10 partidos são os mais representativos do país. Alguns deles: Perú Posible (PP), Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), Unidad Nacional (UN), Somos Perú (SP), Frente Independiente Moralizador (FIM), Unión por el Perú (UPP), Solidariedad Nacional (SN) e Partido Popular Cristiano (PPC).

Revolucionaria [MIR] e a Acción Democrática Nacionalista [ADN]. Estes conseguiram reduzir a força dos partidos radicais, mas depois dessa fase de coalizões governativas envolvendo esses partidos, surgiram novos atores²⁵ focados no atendimento de interesses de parcelas da população que não se sentiam representadas por aquelas legendas moderadas ou centristas.

Daí emergiu o movimento campesino que alçou Evo Morales à Presidência da República, em 2005. O ineditismo de um Presidente de origem indígena embaralhou a dinâmica competitiva dos partidos bolivianos. Soma-se a isso o fato de que a norma proporcional para ocupação dos assentos na Câmara dos Deputados ser dependente dos resultados obtidos na eleição presidencial acarretou na descaracterização do sistema partidário anterior ao século XXI – como evidenciado pela alta volatilidade eleitoral. Essas mudanças políticas ocasionadas pelo conflito entre as classes sociais, devido à desigual distribuição da riqueza, foram as principais causas da baixa nacionalização do sistema partidário boliviano.

Em linhas gerais, pode-se dizer que os resultados da nacionalização partidária na América Latina se aproximam dos observados na América Central. Vale repetir, os países com partidos formados há mais tempo são mais nacionalizados. Além disso, os países com sistemas partidários menos nacionalizados, além de terem partidos mais recentes, possuem desenhos constitucionais com regras que tanto favorecem a representatividade de minorias como estimulam a criação de novos partidos. A volátil oferta de partidos no mercado político cria um ambiente favorável à volatilidade eleitoral e, assim, impede que os maiores partidos obtenham votações estáveis e mais homogêneas no território nacional. Por isso, a própria nacionalização partidária, de modo geral, é reduzida.

²⁵ Os partidos que assumiram as bandeiras dos segmentos aliados de representação dentro dos partidos tradicionais foram: o Movimiento al Socialismo (MÁS), a Consciencia de Patria (CONDEPA) e a Unidad Cívica Solidaridad (UCS).

1.2.5. Nacionalização Partidária no Brasil

O sistema partidário brasileiro é marcado por interrupções (LAMOUNIER e MENEGUELLO 1986; KINZO, 1993). Essa pode ser uma das explicações de porquê o estudo da nacionalização partidária mobilizou poucos pesquisadores no país (LIMA JR, 1983, 1997; MAINWARING 1999; ROMA e BRAGA, 2002; KRAUSE, 2005; BORGES, 2015 e 2017; VASSELAI, 2015; GUARNIERI, PERES e RICCI, 2018). Não obstante, o tema do regionalismo político, incluindo-se o partidário, de uma forma ou de outra, sempre esteve presente nos estudos e debates sobre o país. Em realidade, essa temática remete às relações políticas de subserviência das elites políticas no regime monárquico (1822-1889), passando pelo fortalecimento das oligarquias regionais em face da Constituição descentralizada de 1981, na Primeira República (1889-1930), a eliminação da atividade partidária legalizada no Estado Novo (1937-1945, a democracia de 1946-64, o período autoritário que se seguiu e o momento atual.

No Império, os partidos conservador e liberal tinham características que permitem sua classificação de acordo com a tipologia de Duverger (1970) – ambos eram partidos de quadros. Em um contexto de exclusão da maioria da população da vida política, os indivíduos mais abastados se encarregavam das grandes decisões nas províncias e, assim, influenciavam o que era decidido no âmbito do território como um todo. Esse foi o período de fortalecimento das oligarquias locais, notadamente das regiões mais ricas, as quais iriam se sobressair na condução do país na Primeira República. Os antagonismos políticos entre os representantes dos partidos conservador e liberal eram amenizados e controlados pelo Imperador, por meio da rotatividade nos principais cargos ministeriais – cada grupo político recebia destaque ao ocupar, periodicamente, uma vaga importante no governo. Além de garantir o apoio de ambos os partidos, o Imperador conseguia contentar a população que exigia mudanças políticas sempre que alguns postos ministeriais sofriam desgaste. Desse modo, a política era mais feita de acordos com o Dom Pedro II, que gozava de alta popularidade, do que de conflitos aberto entre os partidos. Ambos os partidos, porém, eram muito apegados aos valores monárquicos, o que levou à sua extinção gradativa diante da emergência de ideais e grupos políticos republicanos, no final do Século XIX.

Assim, essas agremiações foram expurgadas da política nacional juntamente com a deposição do velho monarca, em 1889 (MELO, 2007).

A promulgação da Constituição republicana de 1891 estabeleceu não apenas a República presidencialista, mas também o federalismo. Foram então concedidas prerrogativas para que cada ente federativo tivesse plena autonomia administrativa na arrecadação de impostos (SOARES, 2001). Com isso, as agendas dos executivos estaduais foram fortalecidas, em especial os governos dos estados mais desenvolvidos economicamente – São Paulo e de Minas Gerais. Somada à autonomia administrativa, a autorização para a formação de efetivos militares – as Forças Públicas. Um dos resultados disso foi o notório poderio militar do estado do Rio Grande do Sul – a proximidade do estado gaúcho com as fronteiras do Uruguai e da Argentina levou o governo estadual a investir na ampliação dos gastos com efetivo militar, a fim de se proteger os limites territoriais do país.

Ao garantir maior arrecadação de impostos, as oligarquias estaduais negociavam com o governo federal de maneira paritária, já que o capital político-econômico de alguns estados rivalizava com a capacidade do governo nacional (SOARES, 2001). A “política dos Governadores”, por sua vez, ao mesmo tempo em que assegurava alguma governabilidade ao Presidente, estimulava o predomínio de determinadas oligarquias em suas regiões, assim como seu foco de interesse na política local. Havia, portanto, uma “divisão do trabalho” implícita na política dos governadores, qual seja, o Presidente cuida dos assuntos nacionais e, em troca de apoio dos presidentes dos estados e de suas bancadas parlamentares, deixa que os assuntos locais sejam resolvidos pelos políticos dessas regiões. De certo modo, essa lógica pode ser considerada o embrião do que Lima Jr. (1983, 1997) identificará no caso dos partidos brasileiros – a coexistência de um sistema partidário nacional e de diversos sistemas partidários subnacionais. Dessa forma, os partidos na Primeira República eram organizações estaduais voltadas quase exclusivamente aos assuntos de interesse regionais (NICOLAU, 2012).

Todavia, a alternância na Presidência da República entre mineiros e paulistas – a chamada política café-com-leite – acirrou as rivalidades estaduais, uma vez que essa

aliança pouco beneficiava os estados mais pobres. O cenário de crise econômica mundial, na década de 1930, pôs em crise o liberalismo e suas promessas de garantir o progresso e o bem-estar social da população. O rompimento entre as elites estaduais paulistas e mineiras, em 1930, simbolizou a contenção parcial da regionalização, abrindo espaço para o controle vertical e mais centralizado da política nacional. Tinha início a denominada Era Vargas.

Após a deposição das antigas elites regionais dos governos dos estados, substituídas por interventores, seguiu-se um período de governo provisório até a Constituição de 1934. Depois de uma guerra civil entre São Paulo e as forças federais, em 1932, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e havia a expectativa de que uma nova institucionalidade seria construída, aos moldes da divisão dos Poderes e do arranjo federativo. Não obstante, a nova Constituição praticamente não entrou em operação, já que o governo Vargas estabeleceu logo em seguida a situação de estado de sítio, alegando haver o perigo de conspirações comunistas no país – o que foi reforçado pelo levante comunista de 1935. Em 1937, aproveitando-se do obscuro episódio do Plano Cohen, impõe-se de maneira explícita um governo autoritário, dando início ao Estado Novo. Diante das repressões, da censura, da propaganda oficial, do terrorismo sobre uma suposta ameaça comunista e do claro sentimento antipartidário do país, nenhuma dificuldade foi enfrentada para se estabelecer um governo altamente centralizado e ditatorial (CAMPELLO DE SOUZA, 1990).

De fato, vários setores da sociedade civil estavam descontentes com a ideia de sociedade individualista e competitiva preconizada pelo liberalismo. Havia Desconfianças em relação à necessidade de existirem partidos para resolver problemas políticos que poderiam ser solucionados com maior eficiência por um corpo burocrático. A lista de insatisfeitos, coletada em documentos oficiais e jornais da época por Campello de Souza (1990), incluía desde políticos alçados ao poder por Vargas, até os tenentes apoiadores da deposição das oligarquias estaduais na República Velha, assim como intelectuais e parte da opinião pública. A saída autoritária era bem recebida pela sociedade brasileira, já que no mundo havia um clima de apoio ao controle estatal e burocrático da política.

No Estado Novo, regime de concentração de forças no Estado e na figura de Vargas, foi implantada uma nova Constituição,²⁶ em 1937, que determinou a extinção dos partidos políticos, o que interrompeu qualquer perspectiva de um novo realinhamento político que voltasse a priorizar a esfera regional frente aos interesses nacionais. Mas, sem partidos, tampouco haveria a formação de organizações partidárias nacionalizadas. Acontecia aqui a nacionalização da política, por intermédio do Estado centralizado, mas não a nacionalização partidária, dado que os partidos foram descartados nesse cenário autoritário.

A tese de regimes fortes, muito em voga na década de 1930 em razão da ascensão do nazismo na Alemanha, do fascismo na Itália e do comunismo na União Soviética, servia de protótipo para o que viria a ser instaurado no país em 1937. Para os setores nacionalistas, “ordem e progresso” somente estariam garantidos pelo controle da política nas mãos de um chefe de Estado poderoso, ao invés da competição partidária, vista como responsável pela desordem social. Assim, a clandestinidade tornou-se a única opção para alguns grupos políticos manterem-se em atividade em face das perseguições ideológicas do regime ditatorial.

A deposição de Vargas em 1945 inaugurou um novo período institucional no país, abrindo espaço para nossa primeira experiência democrática (LAVAREDA, 1991). A Constituição de 1946 fez retornar o presidencialismo federativo, as eleições e os partidos políticos, assim como a representação proporcional para deputados e vereadores. Exigia-se, agora, que os partidos tivessem um caráter nacional, o que poderia contribuir para a superação do regionalismo partidário que havia se arraigado no país desde a Primeira República. Esse período de 1946-64 foi especialmente instável do ponto de vista institucional – houve o suicídio de Vargas, a contestação da eleição de JK, a renúncia de Jânio Quadros, a resistência à posse de João Goulart, a mudança de presidencialismo para parlamentarismo e depois o retorno ao presidencialismo e, finalmente, um golpe de Estado que impôs um novo regime autoritário. Mesmo assim,

²⁶ **Artigo 178** - São dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais. As eleições ao Parlamento nacional serão marcadas pelo Presidente da República, depois de realizado o plebiscito a que se refere o art. 187. *Texto Constitucional de 1937.*

do ponto de vista eleitoral, a participação política aumentou consideravelmente e os três principais partidos – PTB, PSD e UDN – estruturavam as preferências dos eleitores e se tornavam nacionais (CAMPELLO DE SOUZA, 1990; LAVAREDA, 1991). Além disso, a influência de Getúlio Vargas, mesmo após sua retirada do poder, continuou sendo decisiva para as elites, já que, por um lado, levou à criação de duas das principais legendas da época – PSD e PTB –, e, por outro, motivou vários políticos à disputa do legado varguista (BENEVIDES, 1981; HIPOLITO, 1985; CAMPELLO DE SOUZA, 1990; D'ARAUJO, 1996; SOARES, 2001).

A experiência democrática inaugurada em 1946 foi drasticamente interrompida pelo Golpe civil-militar de 1964. Os partidos foram extintos e a repressão com centralização política radical foram impostos. Não obstante, o regime autoritário que se instalou no país naquele momento não foi totalmente fechado, como havia ocorrido no Estado Novo. Tratou-se de um autoritarismo parcialmente fechado, pois o jogo eleitoral para o Parlamento Nacional foi admitido, mas de maneira controlada, mediante o uso casuístico das regras eleitorais e da imposição de um bipartidarismo oficial. MDB e ARENA viriam a ser organizações partidárias nacionais, com o monopólio das candidaturas em todo o território. Apesar de ser um sistema partidário controlado pelo regime, a dinâmica eleitoral assentada em dois partidos contribuiu para que essas legendas criassem estrutura organizacional em todas as regiões e obtivessem votações com um grau mais elevado de distribuição homogênea nos diversos distritos.

Quando o multipartidarismo voltou a ser permitido, em 1978, e quando se exigiu a extinção dos dois partidos que atuaram durante o regime autoritário, o que acabou ocorrendo foi a extinção de suas siglas, mas não de sua estrutura organizacional e seu capital eleitoral, construídos anteriormente. Aliás, no caso do MDB, sequer houve o completo abandono da sigla tão emblemática na luta das oposições contra a ditadura, pois o novo partido seria denominado de PMDB. A ARENA se converte no PDS, um herdeiro direto de sua estrutura organizacional, de seu capital eleitoral e de seu apoio social. Mais adiante, num processo de cisão, o PDS leva à formação de outro partido, o PFL. O PMDB, por sua vez, também por um processo de cisão, dá ensejo à criação do PSDB. Assim, nos primeiros anos do multipartidarismo democrático do atual período,

surgiram quatro grandes partidos, os principais àquela altura, como herdeiros da ARENA e do MDB.

Dessa forma, o atual sistema multipartidário brasileiro surgiu depois de um processo de transição gradual de um regime autoritário parcialmente fechado para o regime democrático. Os partidos que o compõem são de dois tipos – os herdeiros da ARENA e do MDB e os que foram criados nesse contexto, sem vínculos diretos com as legendas do período anterior. Pode-se dizer que o centro e a direita ficaram sob o domínio dos partidos herdeiros – PMDB, PSDB, PDS e PFL –, enquanto a esquerda foi dominada por partidos novos – PT e PDT. O PDT trazia a mítica do trabalhismo do antigo PTB, tendo como sua liderança Leonel Brizola. Mas, apesar disso, sua estrutura partidária e seu capital eleitoral tiveram que ser construídos em torno dessa nova legenda. O PT, embora abrigasse grupos políticos que atuaram no jogo institucional do regime autoritário e até alguns que atuaram na clandestinidade, foi uma inovação organizacional cuja estrutura também teve de ser construída depois da abertura. O PDS sofreria diversas cisões e fusões, mudanças de siglas e perderia terreno para seu herdeiro direto, o PFL. Este, por sua vez, também mudaria de sigla e enfrentaria dificuldades depois da eleição de Lula à Presidência da República. Grande parte de suas lideranças migraria para o PTB e, depois, para o PSD. Mas, de um modo ou de outro, PMDB e PDS foram uma espécie de ponto inicial de um *big-bang* partidário ao longo dos anos. Portanto, o sistema partidário brasileiro deste atual período democrático é bastante fragmentado, abriga partidos herdeiros da ARENA e do MDB, assim como partidos herdeiros desses herdeiros. Abriga também partidos novos, criados desde a abertura do regime autoritário.

Em grande medida, a literatura costuma atribuir ao desenho constitucional a responsabilidade pela elevada fragmentação partidária e pelo supostamente reduzido grau de nacionalização das legendas no país, em especial o federalismo, a legislação partidária e o sistema eleitoral (AMES 2001; MAINWARING 1999). Jones e Mainwaring (2003), por exemplo, concluíram que os partidos e o sistema partidário brasileiro podem ser enquadrados no conjunto dos menos nacionalizados das Américas. Para eles, os principais partidos brasileiros enfrentam obstáculos institucionais para construir uma

organização administrativa com bases políticas nacionais e, assim, para obterem votações estáveis e homogêneas em todo o território.

Procurando relativizar tais conclusões com base numa abordagem de escopo mais ampliado, Vassalai (2015) sugeriu mensurar a nacionalização partidária em quatro dimensões: 1) organização, 2) oferta de candidatos, 3) demanda eleitoral e 4) desempenho eleitoral. Seu estudo abrangeu as eleições parlamentares federais e estaduais de 1945 até 2014, e mostrou que, no geral, os partidos brasileiros são nacionalizados em algumas dimensões e regionalizados em outras. Mais especificamente, seus dados mostraram que a nacionalização partidária é maior na dimensão da estrutura organizativa.

Quando se trata do padrão das coligações eleitorais, considerando-se níveis de disputa e regiões, os resultados encontrados por Krause (2005) indicam baixa nacionalização. Quando se trata da estrutura organizacional, analisando-se a quantidade de diretórios permanentes vis-à-vis as comissões provisórias, Guarnieri, Peres e Ricci (2018) concluíram que todos os partidos investem, em graus variados, mas relevantes, em direções locais provisórias, mostrando que as direções nacionais dispõem de um instrumento eficaz para controlar as elites partidárias locais e enquadrá-las, quando necessário, de acordo com as diretrizes da direção nacional. Ou seja, o regionalismo e o nacionalismo são estratégias organizacionais utilizadas pelos partidos, mas desde sua base nacional. Isso mostra que mesmo o regionalismo partidário é parte de uma estratégia de nacionalização dessas organizações, principalmente dos grandes partidos.

Outros estudos, seguindo os parâmetros do debate sobre a nacionalização partidária nos Estados Unidos, conforme discutido anteriormente, investiram no estudo desse fenômeno no caso brasileiro com base nas eleições presidenciais e parlamentares, o que permitiu-lhes detectar que se tratam de processos distintos de nacionalização (LIMA Jr., 1999) – social e institucional. Em análise recente, Borges (2015) seguiu caminho parecido ao investigar a nacionalização partidária com base no impacto das eleições majoritárias sobre as eleições para a Câmara dos Deputados. Com esse propósito, ele testou a premissa dos efeitos nacionalizantes da eleição presidencial

sobre as demais, uma vez que a competição para Presidente, além de ter o distrito de competição nacional, tem apenas uma cadeira em disputa, o que provocaria a redução dos competidores a um dualismo de forças políticas. Assim, supõe-se, os dois partidos que conseguem alcançar votação nacionalizada na corrida presidencial induziriam os restantes a entrarem nessa competição por meio de das coligações, e não por intermédio de candidaturas próprias, já que isso ou seria inviável ou não traria dividendos.

Ao testar o caso brasileiro, essa expectativa teórica pareceu estar parcialmente correta, pois é notória a polarização PSDB/PT nas eleições para Presidente desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. “Dentro dessa lógica,” concluiu Borges (2015, p. 652), “partidos competitivos nas eleições estaduais, mas incapazes de disputar a Presidência, acabariam perdendo espaço para os partidos predominantes na arena presidencial”. Mas como ele próprio observou, os dividendos dos partidos alheios da corrida presidencial podem ser obtidos na arena estadual, em razão da descentralização federativa brasileira. Ocupar uma chefia de governo estadual traz tantos benefícios para a sobrevivência partidária quanto ser competitivo na arena presidencial. Dessa maneira, os resultados encontrados pelo autor evidenciavam a tendência de gradativa nacionalização do sistema partidário nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1989 até 2010.²⁷

De modo geral, as poucas análises sobre a nacionalização partidária brasileira são discrepantes. Há estudos que mostram existir dois sistemas partidários, um nacional e outro subnacional (LIMA Jr. 1983, 1997). Na verdade, vários subsistemas estaduais, pois em cada estado há lógicas de disputa e de alianças diferentes. Há estudo que mostra que mesmo a coordenação eleitoral nacional não foi capaz de impor um padrão de coligações nas diversas regiões, o que significa que o regionalismo tem força suficiente para resistir aos incentivos à nacionalização advindos das competições nacionais (KRAUSE, 2005). Há análise indicando que a competição polarizada no PT e

²⁷ Deve ser destacado, no entanto, que o autor utilizou a média dos valores de nacionalização partidária, algo que, como mencionado na seção anterior, ignora as diferenças de magnitude dos distritos brasileiros. Outro problema é que os valores de nacionalização partidária só foram calculados para os quatro maiores partidos [DEM, PSDB, PMDB e PT], excluindo-se os demais. Isso faz com que os resultados observados sejam incompletos.

no PSDB para Presidente exerce efeito atrativo sobre os demais partidos e disputas, gerando incentivos à nacionalização (BORGES, 2015). Também há análise indicado que, do ponto de vista organizacional, o regionalismo é parte da estratégia das lideranças nacionais, o que indica que a nacionalização partidária é elevada. Ainda, há pesquisas que colocam o Brasil entre os países latino-americanos com os menores graus de nacionalização partidária, considerando-se a uniformidade das votações para a Câmara dos Deputados (MAINWARING e JONES, 2003), e estudos que mostram que os principais partidos brasileiros são nacionalizados em algumas dimensões, em especial, a organizacional (VASSELAI, 2015).

Para tentar dirimir as controvérsias desse debate, a proposta desta tese é ampliar o máximo possível o escopo da análise. Para isso, a nacionalização partidária será abordada numa perspectiva diacrônica mais alargada, considerando-se os três sistemas partidários que se sucederam depois do Estado Novo. Ou seja, os três sistemas partidários do período republicano que deviam, normativamente, ter caráter nacional – 1945-64, 1965-1978 e 1982-2014. Será analisada também a nacionalização partidária na perspectiva sincrônica, que dará destaque à dinâmica política recente nos níveis federal e estadual.

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Embora tenha raízes na teoria do desenvolvimento político e nos estudos sobre a nacionalização partidária nos Estados Unidos, ambos movimentos acadêmicos dos anos 1960, o estudo metodologicamente mais rigoroso da nacionalização partidária vem se consolidando há poucos anos. A preocupação, entretanto, é a mesma de sempre, ou seja, a oposição entre regionalismo e nacionalismo partidário, considerando-se que a nacionalização é um indicador de qualidade das instituições democráticas (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; MORGENSTERN, 2005). Mas, o tratamento dos dados é consideravelmente diferente, envolvendo a aplicação de índices matemáticos para a aferição mais precisa do fenômeno. Com efeito, o debate conceitual e metodológico se desenvolveu em duas frentes, quais sejam, a busca de uma operacionalização empírica adequada do conceito, abrangendo as dimensões de sua manifestação, e a maneira mais apurada para sua mensuração com base em dados eleitorais. Neste último caso, duas perspectivas foram desenvolvidas – uma dinâmica e outra estática. Recentemente, a perspectiva estática vem se tornando predominante, ao mesmo tempo em que se admite que a nacionalização partidária é um fenômeno multidimensional que deve ser abordado por intermédio de diversos indicadores.

Neste capítulo, discuto esses aspectos teóricos e metodológicos da agenda de pesquisas sobre nacionalização partidária, com a finalidade de indicar a perspectiva analítica adotada na presente análise do caso brasileiro. Conforme será indicado, abordo o problema pela perspectiva sincrônica, que entende a nacionalização partidária como a obtenção de votação homogênea pelos distritos eleitorais numa dada eleição. Em virtude disso, a mensuração empírica da nacionalização partidária recorre ao índice desenvolvido por Jones e Mainwaring (2003), voltado à captura do

grau dessa homogeneidade no desempenho eleitoral dos partidos. Como também será indicado, apesar de convergir com a posição atual da literatura especializada com relação à multidimensionalidade do fenômeno, a análise realizada nesta tese aborda a nacionalização partidária pela ótica do desempenho eleitoral, não apenas por uma questão de parcimônia e de viabilidade da pesquisa, mas também porque a votação dos partidos condensa as demais dimensões desse processo, tais como a oferta de candidaturas e a conquista de cadeiras parlamentares.

2.1. Fundamentos Conceituais

O problema da nacionalização partidária, inevitavelmente, envolve seu correlato contrário – o regionalismo partidário. A literatura especializada nesse tema se posicionou de maneira valorativa em relação a essa dualidade: nacionalização é algo positivo e regionalismo é algo negativo. Como procuro mostrar aqui, esse viés tem seus problemas e deve ser evitado. Além disso, outro aspecto a ser evitado é a indistinção, que muitas vezes provoca certa confusão, entre três fenômenos próximos, mas distintos – nacionalização partidária, nacionalização da política [debates] e nacionalização das políticas [públicas]. O que defendo e procuro justificar nesta discussão é que a nacionalização partidária não implica, necessariamente, na nacionalização completa do debate político e das políticas públicas. Esse tipo de ligação deve ser descartado. Defendo, ainda, que o estudo da nacionalização partidária deve abandonar o caráter normativo que defende a nacionalização e condena o regionalismo. Somente assim será possível compreender um fenômeno desse tipo, complexo e dependente de cada contexto social e institucional.

2.1.1. Nacionalismo versus Regionalismo

Conforme já destacado anteriormente, segundo a literatura, o regionalismo corresponderia a uma etapa arcaica e precária da competição partidária, pois estaria assentada em interesses paroquiais e seria estruturalmente dependente da troca

clientelista entre representantes e representados (ALMOND, 1990; ALMOND e COLEMAN, 1960). A nacionalização, inversamente, corresponderia à etapa moderna e profissional das disputas entre grupos políticos sobre assuntos pertinentes à população como um todo (HAGOPIAN, 2000; LIPSET e ROKKAN, 1967). Nesse contexto, os partidos teriam papel fundamental no que se refere à disseminação dos valores públicos, principalmente no período de campanhas presidenciais, quando a visibilidade da agenda nacional aparece com mais vigor na mídia (SCHATTSCHEIDER, 1960). Dessa forma, teríamos um antagonismo explícito entre a validade das querelas locais [tradição] sobre os interesses públicos [modernidade] para o fortalecimento da democracia (CARAMANI, 2004).

Para os especialistas, a configuração moderna do conflito político envolve dois processos intercambiáveis de difusão territorial das questões nacionais no eleitorado (cf. CARAMANI, 2004). Em primeiro lugar, um processo horizontal de homogeneização de comportamento social voltado à institucionalização do conflito por meio de eleições; em segundo lugar, um processo vertical da passagem de temáticas locais para temáticas nacionais. Assim, a democracia só funcionaria quando a nacionalização partidária fosse elevada, pois isso significaria que os principais partidos estariam estruturados em todos os distritos, departamentos, estados, províncias, cantões etc., contribuindo para a cidadania e a integração na sociedade.

Do ponto de vista eleitoral, a nacionalização da política depende de alguns fatores relacionados com a própria construção do Estado Nação e do nacionalismo popular (CARAMANI, 2004). Destacam-se, nesse caso, a construção de fronteiras territoriais e a estruturação de instituições políticas espraiadas por esse território. Embora sejam simbólicas, as fronteiras delimitam o espaço de ação do indivíduo, assim como sua forma de exercer a cidadania nos espaços públicos, cujas regras são impostas e devem ser acatadas. Com efeito, abandonar a pátria não é tarefa fácil, pois isso implica a necessária adoção de outra nacionalidade e, conseqüentemente, de outros códigos de conduta e de novos valores culturais. Portanto, a fronteira territorial é, simultaneamente, uma fronteira social no que se refere ao reconhecimento dos cidadãos. Em muitos países federativos pode ocorrer de se manifestarem diferenças dessa natureza, de acordo com a unidade geográfica, o que pode dificultar o processo

de nacionalização, inclusive em decorrência dos acentuados laços de pertencimento à comunidade local. Há países em que essas diferenças são internas e devem-se às clivagens étnicas que, por vezes, resultam em conflito (LIJPHART, 1977).²⁸

Portanto, o pertencimento à determinada nacionalidade é, muitas vezes, um quebra-cabeças a ser solucionado pelo desenho constitucional (LIJPHART, 2008). Além dos diferentes interesses regionais que podem levar a tensões entre indivíduos que se sentem inseridos na mesma nacionalidade, e vivem num mesmo país, há interesses setoriais divergentes, que transcendem a localidade geográfica, envolvendo grupos sociais diferentes de um mesmo país e uma mesma nacionalidade. De outro lado, há ainda casos de indivíduos de etnias diferentes, com valores e línguas próprias, que convivem num mesmo país e defendem interesses que podem ser não apenas diferentes, mas até antagônicos. Assim, o nacionalismo e o regionalismo – além do multiculturalismo – são elementos centrais dos arranjos institucionais.

Em democracias representativas, uma das componentes centrais desse arranjo para a estabilidade social em contextos de tanta diversidade de interesses e valores, é o sistema partidário. Em outras palavras, a nacionalização implica a natureza e a perenidade do relacionamento entre o eleitorado e os partidos políticos – seu enraizamento social (LIPSET e ROKKAN, 1967). Então, a nacionalização, segundo a literatura temática, também é processo educativo mútuo, tanto para o eleitorado como para os partidos, de forma que, ao longo do tempo, venham a predominar os interesses mais gerais do país, acima das regiões (CHHIBBER e KOLLMAN, 2004).

Acima de tudo, a visão negativa da literatura em relação ao regionalismo partidário não decorre tanto da possibilidade de conflito entre políticas regionais e nacionais, mas da concepção de que a corrupção é uma característica endêmica da política local. Isso porque, como também já foi mencionado anteriormente, a política local é o espaço próprio e um indicador do tradicionalismo e a sociedade tradicional é um obstáculo, em diversos sentidos, à modernidade. A política local, de acordo com essa visão, está sujeita, sempre, ao clientelismo, familismo, patrimonialismo, compra

²⁸ Apenas a título de ilustração poderíamos pensar as sociedades multiculturais da Suíça e do Canadá, além dos conflitos separatistas na região da Catalunha na Espanha.

de votos, fisiologismo, patronagem e violência. A política local seria a base da corrupção sistêmica dos agentes públicos. Por isso, para os especialistas, superar o regionalismo político e partidário seria benéfico em dois sentidos (BORGES, 2016).

De um lado, para os partidos, pois é essencial a nacionalização do conflito para que sua inserção eleitoral em áreas afastadas do centro industrial das cidades metropolitanas seja incrementada. De outro lado, para o eleitorado, uma vez que favoreceria a construção de laços simbólicos entre os cidadãos de estados distantes, além de configurar uma relação menos particularista entre representante e representados.

Não obstante, essa posição normativa favorável à nacionalização deve ser colocada numa perspectiva mais crítica. Em primeiro lugar, todos os fenômenos de distorção do processo político, identificados com o regionalismo, são igualmente encontrados na política nacional. A corrupção transcende o local, não se relaciona com a geografia, não distingue regiões, setores sociais, agentes políticos. Ou seja, nem toda política local é corrupta, clientelista, patrimonialista e fisiológica, assim como nem toda política nacional é plenamente virtuosa e corresponde ao interesse público.

Aliás, a própria identificação do que seria o interesse público é uma tarefa longe de ser trivial, e talvez sequer seja viável. Há interesses diversos, locais, regionais, setoriais e todos eles competem pelos recursos escassos do governo. Muitas vezes alguns desses interesses se aliam conjuntamente, outras vezes entram em conflito. Quase sempre, prevalece o interesse da maioria, que pode ser uma aliança entre diversas minorias. Nesse cenário, as políticas regionais são tão legítimas como as nacionais, e pode até haver casos em que políticas regionais ou setoriais sejam consideradas mais legítimas do que políticas que supostamente atende ao abstrato interesse nacional – basta citar aqui como exemplo as questões envolvendo as populações indígenas e seu conflito com o modelo de desenvolvimento econômico dos países, como o Brasil.

2.1.2. Nacionalização Partidária, das Políticas e da Política

Três termos costumam aparecer de maneira intercambiável nos estudos sobre nacionalização dos partidos: nacionalização partidária, nacionalização da política [debates] e nacionalização das políticas [públicas]. Contudo, esses termos devem ser diferenciados porque retratam fenômenos específicos. A nacionalização da política, que é a nacionalização do debate a respeito de temas que mobilizam os interesses diversos de um país num dado momento, assim como a nacionalização das políticas, que é a formulação e realização de políticas públicas que atingem o território nacional, seja de maneira geral ou de maneira setorial, não são a mesma coisa que nacionalização dos partidos. A nacionalização dos partidos é a disseminação da presença partidária, de modo equilibrado, em todo o país. De maneira mais direta, e a redundância é inevitável, a nacionalização partidária é a estruturação organizacional e a conquista de apoio eleitoral em todo o território nacional pelas legendas (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; MORGENSTERN, 2005; MORGENSTERN e SWINDLE, 2005; MORGENSTERN, SWINDLE e CASTAGNOLA, 2009).

Separando esses três processos, podemos perceber que um partido nacional não necessariamente defenderá apenas políticas nacionais, da mesma forma que um partido regional não necessariamente defenderá apenas políticas regionais. Ainda, um partido regional e um partido nacional podem tanto debater temas políticos nacionais – nacionalização da política – como temas políticos locais – regionalismo da política. Em termos práticos, é de se esperar que partidos nacionais e regionais debatam, em graus variados, temas regionais e nacionais, que defendam, também em graus variados, políticas regionais e nacionais.

Sendo assim, devemos ter o máximo cuidado para não seguirmos, acriticamente e de maneira automática, a posição consolidada na literatura temática a respeito da relação direta e necessária entre nacionalização dos partidos e nacionalização da política e das políticas. De maneira semelhante, devemos proceder com cautela ao lidar com a suposta relação direta entre regionalismo político e sociedade tradicional, e entre sociedade tradicional e corrupção ou distorção do

processo político. O contrário também é verdadeiro – temos que ter precaução em relação à associação considerada necessariamente positiva entre nacionalização partidária, modernidade e processo político virtuoso e eficiente. Por isso, a abordagem da nacionalização partidária na análise do caso brasileiro, realizada nesta tese, parte da premissa teórica de que devemos abandonar o viés normativo difundido pela literatura temática em favor da nacionalização partidária como solução para os problemas políticos das democracias recentes. Ao invés disso, a abordagem será descritiva, voltada à detecção e análise do fato, com base nos indicadores empíricos.

Isso significa que a nacionalização, despida de seu caráter prescritivo, deixa de ter relevância enquanto um problema de pesquisa e um objeto de análise? Não. O estudo da nacionalização partidária, enquanto parte do processo político, é relevante para a detecção do formato que o sistema partidário vai assumindo ao longo do tempo, considerando-se que há uma relação entre fragmentação partidária e partidos regionais (VASSELLAI, 2015), e que há uma relação entre fragmentação partidária, grau de nacionalismo, volatilidade eleitoral e coalizões de governo. Essas relações não são estudadas na tese, elas são admitidas como existentes e relevantes em decorrência dos dados já levantados pela literatura. A tese se concentra na mensuração da nacionalização partidária, o primeiro passo para a busca de aprofundamentos explicativos voltados à associação entre essas variáveis. Acima de tudo, a análise se concentra na ampliação do escopo comparativo tendo o próprio caso brasileiro como parâmetro – o foco aqui é avaliar a evolução da nacionalização partidária ao longo de três períodos de formação de partidos de caráter nacional no país, entre 1945 e 2014. Ou seja, como o perfil dos regimes políticos anteriores e o processo de transição de regime favoreceram a completa interrupção dos partidos pré-existentes ou sua continuidade no período posterior.

2.2. Nacionalização Partidária: Operacionalização Conceitual

O estudo da nacionalização partidária levou ao desenvolvimento de um debate conceitual e metodológico bastante intenso a respeito do que se deve entender por nacionalização dos partidos, quais suas dimensões e seus indicadores. Inicialmente,

inspirados pela perspectiva de Stokes (1967), um dos pioneiros na análise empírica mais rigorosa desse objeto, um conjunto de pesquisadores procurou apreender o processo de nacionalização dos partidos pelo exame da variação em seus desempenhos eleitorais em eleições sucessivas. Tratava-se do que Morgenstern et al. (2009) vieram a chamar de *mensuração dinâmica da nacionalização*, que consistia em se aferir o quanto a oscilação dos votos dos partidos apresentava variações homogêneas nos diversos distritos numa determinada série histórica de eleições. Então, quanto mais homogêneas as variações nos votos recebidos entre duas eleições, considerando-se todos os distritos eleitorais, mais nacionalizados são os partidos. A unidade de análise aqui não corresponde aos votos propriamente, mas às diferenças nas votações obtidas em eleições subsequentes.

Conforme observado por Vasselai (2015), essa lógica de apreensão do processo de nacionalização tornou-se amplamente aceita e foi aplicada em diversas pesquisas sobre o tema até recentemente (MORGENSTERN et al. 2009; ALEMÁN e KELLAM, 2008; BAWIN et al. 1999; KAWATO, 1987; CLAGETT, FLANIGAN e ZINGALE, 1984; BUTLER e STOKES, 1974; CONVERSE, 1969; STOKES, 1967).²⁹ Porém, como notaram Clagett, Flanigan and Zingale (1984), há outra forma de se perceber esse fenômeno, focada não na homogeneidade das diferenças da votação numa sequência eleitoral, mas sim na homogeneidade dos votos recebidos nos distritos numa única eleição. Morgenstern et al. (2009) denominaram essa forma de aferição de *mensuração estática da nacionalização*, que, nos termos de Kawato (1987), apreende as diferenças distritais ou regionais da votação dos partidos numa dada eleição. Nesse caso, a unidade de análise corresponde estritamente aos votos recebidos pelos partidos, e não às diferenças nas votações entre eleições.

Na verdade, a perspectiva estática retoma a noção de nacionalização partidária desenvolvida por Schattschneider (1960), que se preocupava, sobretudo, com a detecção da homogeneidade da votação dos partidos nos distritos do país em cada eleição específica. Jones e Maiwaring (2003) se encarregaram de difundir essa perspectiva, bem como de propor uma fórmula matemática para sua mensuração, que,

²⁹ Para uma análise mais detalhada dessa literatura e desse debate, consultar Vasselai (2015).

como destacou Vasselai (2015), atualmente vem se tornando predominante nessa linha de pesquisa (BOSCHSLER, 2010; CHHIBER e KOLLMAN, 2004, 1998; CARAMANI, 2004; JONES e MAINWARING, 2003). Isso porque a crítica que esses autores apresentaram à perspectiva dinâmica da nacionalização convenceu diversos pesquisadores a respeito de sua inadequação para capturar o fenômeno. De acordo com eles, a *mensuração dinâmica*, na verdade, apreende a nacionalização dos padrões de volatilidade eleitoral, uma vez que sua unidade de análise é a variação nas votações dos partidos. Já a *mensuração estática*, por se concentrar na análise da homogeneidade das votações partidárias nos distritos em determinada eleição, de fato captura a efetiva uniformidade da presença dos partidos no território nacional. Isso significa que apenas a *mensuração estática* é a indicada para o estudo da nacionalização partidária pelo viés da inserção eleitoral das legendas.

Ao constatar que, independentemente da perspectiva – se dinâmica ou estática –, a literatura costuma recorrer a apenas um tipo de indicador para mensurar um fenômeno que, na prática, é multidimensional, e desse modo pode se manifestar de maneira variada em cada indicador que venha a compor um conjunto de indicadores, Vasselai (2015) considerou ser necessária a ampliação do escopo analítico para a abordagem mais acurada do problema. Realmente, conforme ele observou, há pesquisadores que se concentraram na análise da difusão territorial da estrutura organizacional (CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; MAIR, 1987; SCHATTSCHEIDER, 1960); da homogeneidade do eleitorado (LIPSET e ROKKAN, 1967), da oferta de candidatos (COX, 1999; SCHATTSCHEIDER, 1960) e do desempenho eleitoral (CARAMANI, 2004; KAWATO, 1987; CLAGETT, FLANIGAN e ZINGALE, 1984), mas inexistem estudos que juntem esses indicadores num único modelo para a análise de todas essas dimensões.

Diante disso, Vasselai (2015) propôs uma inovação tanto conceitual como operacional para a análise desse tema – a consideração de quatro dimensões de manifestação do processo de nacionalização das legendas. A primeira é *organizacional*, que busca apreender a uniformidade da presença da estrutura organizacional dos partidos no território nacional. A segunda é a *oferta de candidatos*, cuja lógica é contabilizar o montante e a uniformidade na apresentação de candidaturas pelos

partidos na competição para a Câmara dos Deputados em todos os distritos eleitorais. A terceira é a *demanda eleitoral*, ou seja, a votação recebida pelos partidos, que, para indicar nacionalização, deve ser a mais homogênea possível em todos os distritos. A quarta corresponde ao *retorno eleitoral*, que significa a proporção de cadeiras legislativas conquistadas pelos partidos, que também deverão ser uniformemente distribuídas nos distritos.

Os resultados da análise de Vassalai (2015) mostraram que, do ponto de vista da *mensuração estática* – a mais indicada para a abordagem da nacionalização partidária – e por esse prisma multidimensional, surge um panorama diferente daquele encontrado na análise comparada de Jones and Mainwaring (2003), por exemplo, na qual nosso sistema partidário foi classificado como um dos menos nacionalizados da América Latina. Como se trata de um fenômeno complexo, conclusões taxativas com base em análises simplificadas podem ser enganadoras, e os dados de Vassalai (2015) mostraram isso. A depender da dimensão considerada, os partidos brasileiros apresentam uma nacionalização baixa ou uma nacionalização relativamente elevada – como já mencionado anteriormente, no que se refere à estrutura organizacional, os principais partidos do país apresentam um elevado grau de nacionalização. Como se trata de um país federativo, com incentivos à criação de novos partidos, até de legendas pequenas e claramente regionais, nosso sistema partidário é bastante fragmentado e, necessariamente, abrigará partidos grandes, médios e pequenos, partidos antigos e novos, assim como partidos mais nacionais e partidos mais regionais. O mais relevante, nesse caso, é que os partidos grandes e mais antigos possuem estruturas organizacionais consideravelmente nacionalizadas – esses achados foram confirmados recentemente por Guarnieri, Peres e Ricci (2018).

No que se refere à definição conceitual de nacionalização partidária e à sua operacionalização empírica, a pesquisa de Vassalai (2015) trouxe relevante contribuição. Embora isso já tivesse sido apontado anteriormente por outros autores (CARAMANI, 2004; KRAUSE, 2005), sua ênfase na necessidade de se considerar tratar-se de um fenômeno com múltiplas dimensões e que, portanto, este deve ser abordado empiricamente enquanto tal trouxeram subsídios indispensáveis ao debate. Do mesmo modo, sua tentativa de aglutinar aspectos até então estudados de forma mais ou

menos isolada num mesmo modelo conceitual e metodológico constituem inegável contributo à agenda de investigações sobre um objeto cuja abordagem é difícil e sempre está sujeita a polémicas.

Sem dúvida, um dos maiores problemas dessa área de investigação reside na imprecisão de definição conceitual acerca do que devemos entender por nacionalização partidária e, por extensão, da sua operacionalização empírica. Como é de praxe em qualquer desenho de pesquisa, ao se definir um conceito, já se atrelam a ele as variáveis específicas que devem ser observadas, bem como os indicadores empíricos dessas variáveis. Ocorre que sua complexidade exige a adoção de critérios de seleção das dimensões e de suas respectivas variáveis e indicadores que muitas vezes não estão muito claros e nem justificados de forma convincente. Como vimos, a nacionalização partidária já foi percebida a partir do desempenho eleitoral, da oferta de candidaturas, da estrutura organização, seja de maneira unidimensional [apenas um desses aspectos] ou multidimensional [todos esses aspectos juntos]. Mas há outros aspectos, tanto gerais como pontuais, que poderiam ser igualmente considerados, o que significa que mesmo uma abordagem multidimensional implica uma seleção com a indicação dos critérios justificados para essa escolha.

O que então deve ser feito diante da constatação de que a nacionalização partidária abrange diversos aspectos ainda não considerados? Para onde olhar? O que observar? Como observar? Como tratar os dados da observação? Por exemplo, um partido pode ser nacionalizado do ponto de vista de suas *lideranças*. Mas, é razoável supor que um partido tenha lideranças nacionais e regionais ao mesmo tempo. O que fazer nesse caso? Para ser considerado nacional, esse partido deve ter lideranças nacionais, mesmo que ele também possua lideranças regionais? Se for assim, quantos líderes nacionais, *vis-à-vis* lideranças regionais, são necessários para que esse partido seja considerado nacional? Como fazer essa mensuração? Como mensurar o grau de nacionalismo de suas lideranças?

Outro exemplo: um partido também pode ser considerado nacional ou regional do ponto de vista de suas *políticas*, previstas no seu programa e/ou defendidas por ele nas instâncias de governo. Mas, na prática, podemos esperar que um partido que

defenda políticas nacionais também defenda, simultaneamente, algumas políticas regionais. Sendo assim, ele ainda poderá ser considerado nacional? Ou ele deverá defender mais políticas nacionais do que regionais para ser considerado nacional? Se for esse o caso, qual a proporção ideal de política nacionais em relação às regionais para se considerar que tal partido é nacional? E tudo isso sem contar a dificuldade de se definir o que é uma política nacional; e, também, de se considerar que toda política regional, necessariamente, está em confronto com as políticas nacionais, e que políticas nacionais nunca conflitam com interesses regionais, igualmente legítimos.

Um exemplo final: um partido pode ser avaliado em relação ao seu grau de nacionalização tomando-se como indicador o comportamento de seus parlamentares no Legislativo. Parlamentares que seguem a orientação da liderança nacional e votam de maneira coesa mesmo quando está em questão uma política que contraria os interesses de seu estado, podem indicar que não apenas a direção nacional tem poder de agenda e disciplina seus parlamentares, mas que o comportamento coletivo do partido na arena legislativa nacional é nacionalizado. Mas como identificar claramente qual projeto é nacional sem que corresponda a interesses de determinadas regiões? Como não confundir projeto de interesse nacional com projetos que são do interesse de setores sociais que estão difusos no território e que, portanto, transcendem regiões geográficas? Em que medida o que se está captando é a nacionalização do partido ou um “jogo oculto” envolvendo diversas arenas de negociação entre interesses mais gerais e interesses regionais?

Como se pode perceber, além de possuir dimensões, tanto mais amplas como mais restritas, a nacionalização partidária também envolve gradações em seus indicadores. Por exemplo, se considerarmos que, para ser nacional, um partido deve ter uma organização espalhada de maneira uniforme pelo país, apoio eleitoral homogeneamente distribuído pelos distritos, defender políticas nacionais e, ainda, ter lideranças de projeção nacional, como lidar com as diferentes gradações que porventura serão encontradas em cada um dos indicadores? A composição desses indicadores num índice demandará a indicação de critérios de difícil justificação, especialmente em decorrência das diversas combinações possíveis de valores dos indicadores. Esse problema se agrava ainda mais quando a análise transcende um único

partido e abarca diversas legendas, cada qual com gradações diferentes em cada indicador. Diante disso, como tirar alguma conclusão segura acerca do conjunto de partidos? Se concluir algo a respeito de um único partido já será uma tarefa difícil, mais difícil ainda será inferir qualquer coisa para todos os partidos. Uma alternativa seria avaliar como cada partido se posiciona em cada indicador, mostrando que ele é mais nacional por um lado e menos nacional por outro, por exemplo. Mas isso não ajudaria a resolver a questão de se decidir se um partido é ou não nacional afinal de contas.

A pesquisa de Vasselai (2015) propõe a abordagem multidimensional da nacionalização partidária, mas descarta a construção de um índice que sintetize os valores gradativos de cada indicador. Sua conclusão, por isso, aponta para o fato de que os partidos são nacionalizados em algumas dimensões e regionais em outras. Partindo da premissa de que esse é um fenômeno complexo, seu estudo confirma que se trata mesmo de algo complexo e, assim, chega a um resultado circular e condicional – a nacionalização é maior ou menor dependendo do partido e da dimensão considerada e, dado que o fenômeno é complexo, temos resultados que mostram que ele é complexo. Não devemos, entretanto, subestimar essa conclusão, porque realmente se trata de um fenômeno complexo e seus dados mostram que devemos aborda-lo com a máxima cautela. Porém, ao mesmo tempo, esse tipo de abordagem nos deixa sem uma resposta mais substantiva acerca do problema central: o quanto os partidos são nacionais?

Isso ocorre porque, em termos metodológicos, há um impasse que deve ser superado. Por um lado, a análise do fenômeno pelo exame de apenas uma ou duas de suas dimensões desconsidera sua complexidade e, assim, pode deixar escapar alguns de seus aspectos relevantes. Por outro lado, se abordado em todas as suas dimensões, o caminho da análise desse problema se bifurca em dois becos aparentemente sem saída. Num deles, temos de lidar com a intratabilidade da gradação de valores das diversas variáveis visando à sintetização das informações num único indicador. No outro, a fim de se evitar essa situação, resta-nos a alternativa de se analisar cada índice isoladamente, sem procurar qualquer síntese dos dados, mas daí ficamos distantes de um diagnóstico conclusivo mais geral.

Para superar essa dificuldade metodológica, que também é teórica, minha proposta é que se deve articular as duas formas de análise, ou seja, admitir a multidimensionalidade do fenômeno e, ao mesmo tempo, manter sua análise circunscrita às duas dimensões tradicionais: a organização partidária e a votação recebida nos distritos. Isso pode parecer contraditório, à primeira vista, mas, na verdade, isso é possível porque, nesse caso, é viável capturar analiticamente a multidimensionalidade da nacionalização partidária naquelas duas dimensões. Na prática, as demais variáveis indicadas pela literatura (cf. VASELAI, 2015) – oferta de candidatos, conquista de cadeiras e desempenho eleitoral homogêneos – são desdobramentos do desempenho eleitoral dos partidos e, por isso, a mensuração da homogeneidade dos votos recebidos por eles nos distritos já é um indicador suficiente das suas presenças. Obviamente, se o partido conquistou cadeiras é porque ofertou candidatos e eles receberam votos. Em outras palavras, receber votos é a condição necessária para se conquistar cadeiras e, por sua vez, ofertar candidaturas é a condição necessária para se obter votação.

Portanto, essas três variáveis – votos, candidatos e cadeiras – são circulares e medem a mesma coisa, qual seja, o desempenho eleitoral do partido. Ademais, no caso da conquista de cadeiras, há uma variável interveniente que reduz a acuidade da mensuração, que é o sistema eleitoral. Com efeito, as distorções provocadas pelas regras da alocação das cadeiras legislativas contaminam qualquer conclusão sobre a nacionalização partidária no que se refere à obtenção de vagas no Parlamento. Isso significa que os resultados da competição não configuram um indicador adequado para o que se quer capturar na análise. O que sobra, a oferta de candidatos, como vimos, só faz sentido como indicador se produzir resultados eficientes, o que quer dizer angariar apoio eleitoral. Então, na prática, a análise da votação dos partidos visando à aferição da homogeneidade de sua distribuição nos distritos é um indicador que comporta os demais indicadores que correspondem às dimensões relativas à arena eleitoral.

A estrutura organizacional, por sua vez, traz outras implicações, pois ela pode indicar o tipo de presença do partido em cada localidade, se efetiva ou provisória, assim como a quantidade de filiados, entre outras. Ainda assim, é possível dizer que, mesmo no caso da organização partidária, há alguma vinculação potencial com o desempenho

eleitoral. Se o partido obteve votos nos distritos é porque lançou candidatos e se lançou candidatos é porque tem alguma estrutura organizacional instalada nesses locais. É claro que o partido pode ter estrutura organizacional e não lançar candidatos, ou lançar candidatos e não obter um desempenho eleitoral satisfatório. Por isso mensurar a difusão da organização partidária pelo território do país é relevante e essa dimensão não deve ser desconsiderada. Mas, no longo prazo, não faz sentido que o partido mantenha sua organização em locais cuja votação seja tão reduzida que esse investimento não se traduza em cadeiras representativas. Não faz sentido continuar apresentando candidaturas se estas não encontram posição no mercado eleitoral. Então, se o partido decide continuar investindo na difusão territorial de sua organização e, ainda, mantém essa estrutura ao longo do tempo, é porque esse investimento traz dividendos eleitorais. Dito de outra forma, no longo prazo, as dimensões da organização e do desempenho eleitoral acabam convergindo.

Em relação a outras dimensões que são menos mencionadas, como o teor das políticas defendidas pelos partidos e seu grau de coesão nas votações de grandes questões nacionais, o que temos é uma confusão conceitual entre nacionalização partidária e nacionalização das políticas, como destacado anteriormente. As políticas defendidas pelos partidos e seu comportamento nas votações legislativas são variáveis aspectos relacionadas com as políticas, e não propriamente com a nacionalização dos partidos. Aqui vale repetir, partidos regionais podem defender políticas nacionais, caso elas convirjam com seus interesses locais, assim como partidos nacionais podem defender políticas regionais sempre que estas lhe interessem de algum modo. Portanto, analiticamente, nacionalização da política e das políticas [públicas] é um processo que deve ser separado de nacionalização partidária, assim como a mensuração de cada um desses fenômenos envolve indicadores específicos.

Outra observação nesse sentido é indispensável. A análise da nacionalização partidária, da forma como proposta aqui, não deve ser confundida com uma análise da nacionalização do sistema partidário. Parcela da literatura tem abordado esse processo indiscriminadamente, sem perceber as sutis distinções que há entre partidos nacionalizados e sistemas partidários nacionalizados (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; MORGENSTERN, 2005;

MORGENSTERN e SWINDLE, 2005; MORGENSTERN, SWINDLE e CASTAGNOLA, 2009). É presumível que partidos nacionalizados não necessariamente indiquem se tratar de um sistema partidário nacionalizado. Isso por duas razões. Em primeiro lugar, tratam-se de unidades de análises distintas, de modo que qualquer mensuração a respeito do sistema partidário tem que ser igualmente sistêmica. O índice de nacionalização partidária de Jones e Mainwaring (2003), utilizado neste estudo, é uma medida que toma os partidos como unidade de análise. O resultado global até permite alguma inferência para o conjunto de partidos, mas não para o sistema de partidos. Em segundo lugar porque os partidos de um sistema normalmente apresentam índices variados de nacionalização, de modo que alguns serão mais nacionais e outros menos nacionais. Inclusive, há níveis variados se mudamos a escala de verificação do fenômeno – por exemplo, partidos nacionalizados na esfera nacional podem ter sua intensidade mantida ou elevada nas dimensões subnacionais (BORGES, 2015). Isso, indubitavelmente, não permite qualquer conclusão segura a respeito do sistema partidário.

Diante disso, este estudo considera que o exame do grau de homogeneidade na distribuição dos votos dos partidos pelo território do país é uma medida de nacionalização que engloba as demais e, por isso, essa é a variável exclusiva de interesse na presente análise do caso brasileiro. A difusão da estrutura organizacional também é considerada uma dimensão relevante, porém, em virtude da inexistência de dados confiáveis para todos os partidos dos três períodos analisados, essa variável não é incluída no estudo – mas, para o período atual pesquisas recentes demonstraram que há um grau elevado de nacionalização das legendas grandes e médias (VASSELAI, 2015), abrangendo organizações tanto permanentes como provisórias (GUARNIERI, PERES e RICCI, 2018; GUARNIERI, 2015). Em resumo, em termos de operacionalização conceitual, este estudo considera que partidos nacionalizados são aqueles que conseguem obter apoio eleitoral o mais homogêneo possível nas sucessivas eleições nos distritos eleitorais. Em termos analíticos, o grau de homogeneidade das votações

será examinado com base nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Estaduais.³⁰

Por fim, as delimitações teóricas-metodológicas utilizadas nesta tese já foram testadas em outros casos com resultados significativos para a nacionalização partidária no caso europeu. Nada mais coerente do que aplicar critérios metodológicos similares, já usados tanto em países europeus quanto em países latino-americanos, em um caso visto por vários pesquisadores de difícil concretização da democracia e da governabilidade (ABRANCHES, 1988; AMES, 2003; MAINWARING, 2001).

2.3. Procedimentos de Mensuração

2.3.1. Party Nationalization Score [PNS]

Como destacado na discussão anterior, a nacionalização partidária pode ser compreendida em duas dimensões. A primeira é a difusão homogênea da estrutura organizacional e a segunda é a uniformidade do apoio eleitoral pelos diversos distritos. A análise apresentada nos próximos capítulos enfoca a segunda dimensão, pelas razões já salientadas. Para tanto, como também já mencionado, recorro ao índice de nacionalização partidária proposto por Jones and Mainwaring (2003) – o *Party Nationalization Score* (PNS).

O PNS é uma adaptação do Coeficiente de Gini para sua aplicação na análise de dados eleitorais. O coeficiente de Gini, criado pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912, é um índice largamente utilizado em estudos relacionados à distribuição de renda, grau de pobreza, desigualdade social e de desenvolvimento econômico dos países pelo mundo, pois se trata de uma medida de dispersão/concentração. Isso significa que sua lógica pode ser aplicada a estudos que envolvam quaisquer problemas envolvendo distribuição irregular de valores. Na aplicação de Jones e Mainwaring

³⁰ É necessária uma ressalva. As eleições majoritárias não são analisadas, devido à participação irregular de partidos nesses pleitos, e, também, por causa das coligações, que impactam na oferta de candidatos ao posto do Executivo. Além disso, as eleições majoritárias tendem a reduzir o número de competidores, impedindo a observação do apoio eleitoral de todos os partidos. As eleições parlamentares não possuem essa limitação. Porém, também não serão analisadas as eleições para o Senado.

(2003), o índice de Gini foi adaptado para mensurar o percentual de votos desiguais recebidos pelos partidos numa mesma eleição, considerando-se as diferentes circunscrições eleitorais do território nacional. Desse modo, para se calcular a pontuação de cada partido é necessário ponderar de maneira igual os distritos. Sua fórmula é a seguinte:

$$G_i = \sum_{i=1}^n (X_i Y_{i+1}) - \sum_{i=1}^n (X_{i+1} Y_i)$$

Em que:

X_i = é a proporção acumulada representada pelo percentual de votos válidos ganhos pelo Partido X no estado i dividido pela soma das percentagens vencida pelo Partido X em todos os estados;

Y_i = é a proporção cumulativa que qualquer estado representa no número total de estados ou outra subunidade política.

Valores que se aproximem de 1 indicam alta nacionalização partidária. Isso em razão do *Party Nationalization Score* ser o resultado do cálculo do coeficiente de Gini subtraído por 1, já que o interesse principal é medir a dispersão dos sufrágios, no caso, homogeneidade de apoio partidário. Abaixo, sua expressão matemática. Ao final da tese, no anexo, apresento um exemplo hipotético de aplicação do índice PNS para os partidos políticos, sugerido por Jones e Mainwaring (2003).

$$PNS = 1 - G_i$$

Vários trabalhos subsequentes utilizaram essa metodologia para analisar os países que da América do Sul (JONES e MAINWARING, 2003), da América do Norte e da Ásia (CHHIBBER e KOLLMAN, 2004) e das Europas Central e Oriental (BOCHSLER, 2005). Desses trabalhos, podemos depreender que o PNS é um índice confiável, pois segue critérios rigorosos (GOLOSOV, 2014): a) utiliza dados primários, b) os dados /podem ser decompostos em unidades, c) usa uma normatização que varia entre 0 e 1 ou 100%, d) possui escala de invariância frente a outros fatores e) tem facilidade de medição computacional.

2.3.2. Precauções Metodológicas: Desenho Institucional e Nacionalização Sistêmica

Nesta altura, cabem duas notas de precaução na utilização desse índice. Em primeiro lugar, devemos ter atenção redobrada no caso da sua utilização em estudos comparativos (BOCHSLER, 2006 e 2009). Nessa situação, os resultados do PNS podem sofrer distorções em decorrência da variabilidade encontrada em diversos países no que se refere a três variáveis: 1) o desenho constitucional, as 2) clivagens étnicas e 3) o sistema eleitoral. Quanto ao desenho constitucional, alega-se que os países com arranjos institucionais descentralizados, principalmente os estados federativos, possuem desincentivos para a nacionalização, uma vez que suas “regras do jogo” estimulam *accountabilities* separadas por esfera de governo – regional ou nacional (RODDEN e WIBBELS, 2010). As clivagens étnicas seriam outro impeditivo, dado que elas dificultam a coesão da população como um todo em torno de questões nacionais (LIPSET e ROKKAN, 1967). E, por último, a forma de escrutínio, pois supõe-se que a representação proporcional incentiva a fragmentação eleitoral (DUVERGER, 1970; SARTORI, 2005), geralmente associada ao regionalismo partidário. Algo inverso ocorreria com a representação majoritária. Dessa forma, comparar países com sistemas eleitorais diferentes pode levar a inferências inadequadas.

Em princípio, a combinação desses fatores reduziria os índices de nacionalização partidária, já que vários países possuem desenhos constitucionais que fogem do modelo mais favorável à nacionalização – estado centralizado, de sistema eleitoral majoritário e com homogeneidade étnica. A combinação de fatores menos propícios a esse processo estimularia os partidos a se concentrarem em apenas algumas regiões do país, devido às afinidades linguísticas, econômicas, sociais, etc., o que resultaria no estabelecimento de poucos vínculos com o eleitorado nacional (BOCHSLER, 2006 e 2009). Num modelo multivariado, uma análise comparativa de países com diferenças significativas em seu desenho constitucional e na sua estrutura social, é possível testar o peso dessas variáveis explicativas no grau de nacionalização dos partidos, o que é analiticamente positivo. Contudo, não se pode esperar que em países com elevada fragmentação partidária, alta divisão étnica e arranjo federativo – variáveis muitas vezes correlacionadas – não existam diversos partidos regionais.

É presumível que a existência de partidos nacionalizados não necessariamente seja um indicativo de que o sistema partidário também seja nacionalizado, e isso por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, tratam-se de unidades de análises distintas, de modo que qualquer mensuração a respeito do sistema partidário tem que ser igualmente sistêmica. O índice de nacionalização partidária de Jones e Mainwaring (2003), utilizado neste estudo, é uma medida que toma os partidos como unidade de análise. O resultado global até permite alguma inferência para o conjunto de partidos, mas não para o sistema de partidos. Em segundo lugar, porque os partidos de um sistema normalmente apresentarão índices variados de nacionalização, de modo que alguns serão mais nacionais e outros menos nacionais. Inclusive, há níveis variados se mudamos a escala de verificação do fenômeno – por exemplo, partidos nacionalizados na esfera nacional podem ter sua intensidade mantida ou elevada nas dimensões subnacionais (BORGES, 2015). Isso, indubitavelmente, não permite qualquer conclusão segura a respeito do sistema partidário.

Na verdade, a própria mensuração sistêmica da nacionalização pelo coeficiente de Gini enfrenta problemas metodológicos (BOCHSLER, 2006; 2009). Ou seja, se a aplicação do PNS é satisfatória na abordagem dos partidos individualmente, sem distorções significativas, quando a unidade de análise é sistêmica, surgem os problemas de se ter que lidar com escalas desiguais de comparação. Nas palavras de Boschler (2006, p. 31):

O coeficiente de Gini especifica o valor 0 para distribuições perfeitamente iguais (um partido tem exatamente a mesma proporção de votos em todas as unidades territoriais) e o valor 1 para distribuições perfeitamente desiguais (todos os votos do partido estão concentrados em um único ponto do país). Jones e Mainwaring invertem esta escala para o seu "Pontuação da Nacionalização Partidária" (PNS = 1 - coeficiente de Gini). Sua pontuação é calculada em um primeiro passo para cada partido político, e depois calculada em média para todo o sistema partidário. No entanto, quanto maior o número de unidades territoriais em que um país está dividido, menor o valor do escore PNS. Assim, se tivermos dados mais detalhados para um país, seu sistema partidário pareceria ser mais heterogêneo do que se tomasse apenas unidades maiores como base para o cálculo. Em consequência, o PNS só pode ser comparado entre países com o mesmo número de unidades territoriais. Essa é uma restrição incontornável, uma vez que em alguns países temos dados muito finos e em outros apenas dados de meia dúzia de unidades. É por isso que proponho uma normalização do indicador pelo número de unidades territoriais, a fim de transformar o indicador num formato comparável. Eu uso o número de 10 unidades como um padrão para a comparação. Eu suponho (e mostro

empiricamente) que o indicador PNS aumenta exponencialmente com o logaritmo do número de unidades tomadas em conta.³¹

Ou seja, o indicador utilizado por Jones e Mainwaring (2003) anula os efeitos da magnitude dos distritos na contabilidade do índice PNS. Dessa forma, a tarefa de usar o índice de maneira comparativa torna-se impraticável, já que os países possuem números diferentes de distritos. O indicador utilizado por Daniel Bochsler (2006; 2009) enquadra todos os casos analisados na mesma escala de dez distritos analisados com a predominância dos grandes distritos em detrimento dos distritos menos populosos. O motivo é que os maiores distritos, às vezes, comportam quase a soma de votos de eleitores de outros distritos combinados. A fórmula passaria então a ser esta:

$$sPNS = PNS (\log_{10}/\log \text{unit})$$

Essa padronização das quantidades de unidades de análise, tendo como objetivo a comparação de países, não garante que a escolha dos distritos que serão incluídos na análise não interfira nos resultados observados da nacionalização do sistema partidário. Além disso, seria difícil justificar a exclusão de determinados distritos do estudo, uma vez que não haveria critérios analíticos justificáveis para sua eliminação, a não ser a contestável alegação de que possuem baixa densidade populacional. Ainda, se por acaso, de forma hipotética, aparecerem como opções para o pesquisador 15 distritos de grande magnitude, ideais para serem analisados, qual será o critério para excluir uns e incluir outros? O pesquisador deverá sortear? Adotar um

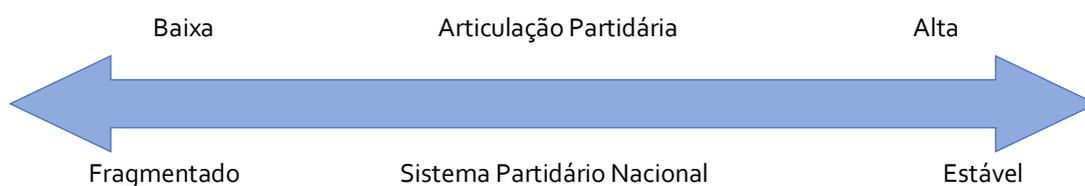
³¹ Tradução própria do original: "The Gini coefficient takes the value 0 for perfectly equal distributions (a party has exactly the same vote share across all territorial units) and the value 1 for perfectly unequal distributions (all the party's votes are concentrated in one single point of the country). Jones and Mainwaring invert this scale for their 'Party Nationalization Score' (PNS = 1 – Gini-coefficient). Their score is calculated in a first step for each single political party, and afterwards averaged for the whole party system. However, the larger the number of territorial units a country is divided into, the lower the values of the PNS score. Thus, if we have more detailed data for a country, its party system would seem to be more heterogeneous than if it took only larger units as a basis for the calculation. In consequence, the PNS can only be compared across countries with the same number of territorial units. This is an impractical restriction, since in some countries we have very fine-grained data and in others only data from half a dozen units. This is why I propose a standardization of the indicator by the number of territorial units, in order to transform the indicator a comparable format. I use the number of 10 units as a standard for the comparison. I suppose (and show empirically) that the PNS indicator increases exponentially with the logarithm of the number of units taken into account."

critério econômico para deixar de fora algum distrito? Deve-se considerar também que, em estudos de caso, a exclusão de distritos não pode ser um procedimento válido, pois a inclusão de todos os distritos gera mais ganhos analíticos.

Na tentativa de escapar dessas dificuldades metodológicas na abordagem sistêmica da nacionalização, alguns autores propuseram analisar o grau de regionalismo/nacionalismo do sistema partidário por meio do índice de inflação partidária – *inflation index* (MOENIUS e KASUYA, 2004; KASUYA e MOENIUS, 2008). Esse índice captura a uniformidade de votos ganhos pelos subsistemas partidários, referentes aos distritos eleitorais, com o objetivo de mensurar o quanto isso afeta o número efetivo de partidos em âmbito nacional. Sua lógica estabelece que uma baixa uniformidade de votos partidários nos distritos resultaria em maior inflação do número efetivo de partidos no nível nacional. O que se pretende, nesse caso, é detectar a natureza da fragmentação partidária.

Com essa perspectiva, Moenius and Kasuya (2004) adaptam o conceito de articulação partidária [*party linkage*], utilizando-o apenas como elemento do processo eleitoral de formação do sistema partidário. Assim, eles desconsideram o processo anterior, de difícil apuração, desenvolvido por Cox (1997), qual seja, a coordenação eleitoral entre os partidos nos diversos distritos e níveis de competição. Com isso, os autores dão atenção exclusiva ao comportamento dos partidos em cada distrito para avaliá-los em conjunto. Desse modo, caso os partidos tenham obtido votações uniformes pelos distritos, considera-se que o sistema partidário nacional está em simetria com os sistemas partidários subnacionais; em caso contrário, ou seja, se as votações dos partidos forem desuniformes, o sistema partidário nacional é altamente fragmentado em função do regionalismo das legendas. A Figura 01 ilustra essa lógica de análise.

Figura 01. Grau de articulação dos partidos nos distritos



Fonte: Adaptação do modelo de Kasuya e Moenius (2004).

Destarte, a menor uniformidade de votos nos distritos gera maior inflação no número efetivo de partidos no nível nacional, o que também significa uma fragmentação partidária elevada. A oferta elevada de legendas no mercado político, portanto, pode ser prejudicial à difusão territorial dos grandes partidos, pois, provavelmente, eles terão de defrontar-se com máquinas clientelistas, clãs e famílias políticas que dominam os governos locais. Já a manifestação de baixos níveis de inflação partidária podem ser indicativos da estabilidade dos competidores que comandam o processo político, tanto no nível local como no nível nacional. No próprio estudo de Moenius e Kasuya (2004), a similitude da competição nos subsistemas partidários é refletida no plano nacional como sinal de coordenação eleitoral eficiente. Noutro extremo, se cada subsistema partidário tem uma configuração diferenciada isso afetará a conjuntura do sistema partidário federal, devido ao aumento do número de partidos. Dessa maneira, a coordenação eleitoral indica, de forma complementar, quando há falhas organizativas nos principais partidos e se eles não conseguem controlar as disputas nos distritos.

Com base nesse raciocínio, o índice de inflação partidária [IIP] identifica o nível de regionalismo/nacionalismo de cada sistema partidário, levando-se em conta a relação entre os subsistemas estaduais com o sistema nacional. Esse índice considera também as variações nas magnitudes dos distritos, algo relevante para estudos comparados, uma vez que os países possuem magnitudes diferentes e isso poderia gerar resultados distorcidos. Dessa forma, o índice de inflação partidária é aplicável tanto em países com magnitudes distritais diversas como aqueles em que elas são semelhantes. Isso porque seu cálculo faz uma média ponderada do número efetivo de

partidos no nível distrital para se detectar o peso variação encontrada em cada distrito no sistema partidário nacional (MOENIUS e KASUYA, 2004). A fórmula do IIP é a seguinte:

$$Iw = \left[\frac{VOTn \times NEPn}{\sum NEPi \times VOTi} - 1 \right] \times 100$$

Em que:

$NEPn$ = o número efetivo de partidos no nível nacional

$NEPi$ = o número efetivo de partidos no nível estadual

$VOTn$ = número de votos totais válidos no nível nacional

$VOTi$ = número de votos válidos em um distrito qualquer

Pode-se dizer que o cálculo ponderado pelas magnitudes dos distritos é a principal vantagem do índice de inflação partidária [IIP] em comparação com outros indicadores focados no nível sistêmico da nacionalização partidária, como, por exemplo, o índice PSNS (*Party System Nationalization Score*), de Jones e Mainwaring (2003), que não avalia o peso da magnitude de cada distrito na configuração da nacionalização dos sistemas partidários. Nesse sentido, o caso brasileiro seria adequado para um estudo com base nesse indicador. Dos 513 deputados federais, os estados fornecem um número de parlamentares que varia de 8, no mínimo, a 70, no máximo.³² Nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores ocorrem variações semelhantes.³³ A título de ilustração, o Quadro 2 traz as magnitudes dos distritos para o cargo de deputado.

³² **Artigo 45:** A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território, e no Distrito Federal.

^{1º} O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.**

³³ **Artigo 27:** O número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.**

Quadro 2. Magnitudes dos Distritos para o Cargo de Deputado no Brasil

Estado	Câmara dos Deputados	Assembleia Estadual
Acre	8	24
Alagoas	9	27
Amazonas	8	24
Amapá	8	24
Bahia	39	63
Ceará	22	46
Distrito Federal	8	24
Espírito Santo	10	30
Goiás	17	41
Maranhão	18	42
Minas Gerais	53	77
Mato Grosso do Sul	8	24
Mato Grosso	8	24
Pará	17	41
Paraíba	12	36
Pernambuco	25	49
Piauí	10	30
Paraná	30	54
Rio de Janeiro	46	70
Rio Grande do Norte	8	24
Rondônia	8	24
Roraima	8	24
Rio Grande do Sul	31	55
Santa Catarina	16	40
Sergipe	8	24
São Paulo	70	94
Tocantins	8	24

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Apesar dessas vantagens, o IIP não está isento de problemas. Esse índice é falho no que se refere à identificação de quais partidos exatamente afetam a balança do sistema partidário nacional. Esse problema reside no tipo de dados que são tomados como subsídios para seu cálculo – o número efetivo de partidos [NEP]. Nicolau (1996) já alertava que o uso do NEP, criado por Laakso e Taagepera, é válido para se identificar quantos partidos concentram a votação nas disputas parlamentares, mas, em

compensação, ele não permite que se identifique que partidos são esses. Em sendo assim, quando há falhas de coordenação nos subsistemas partidários *vis-à-vis* o sistema partidário nacional, é impossível determinar quais são os partidos que prejudicam a réplica da configuração da esfera federal nos estados. Diante disso, o analista não teria como inferir de maneira segura que tais partidos regionais são os responsáveis pela inflação partidária na arena nacional.

Obviamente, todo e qualquer instrumento metodológico permite algumas coisas e são limitados em relação a outras. Estar atento para as vantagens e desvantagens é crucial para que qualquer conclusão com base nos resultados da pesquisa não seja espúria ou extrapole o alcance dos dados e da técnica utilizada em sua análise. A análise da nacionalização partidária, seja a nível individual ou sistêmico, não é uma exceção. A proposta desta tese é analisar a nacionalização partidária, e não a nacionalização do sistema partidário. Não é tema de interesse deste estudo o exame da influência do regionalismo partidário na configuração do sistema partidário nacional, que é o que se averigua quando se aplica o índice de inflação partidária. O objeto desta investigação é a evolução dos partidos num de seus eixos de manifestação – sua difusão eleitoral pelo território do país. Por isso, é necessário separar a nacionalização dos partidos da nacionalização do sistema partidário.

2.3.3. *Classificação dos Partidos de Acordo com o PNS*

Para classificar os partidos de acordo com os valores obtidos no PNS, recorro à classificação de Morgenstern (2005), que enquadra as legendas como a) *partidos nacionalizados*, que são aqueles que conseguem atingir padrões elevados de homogeneidade em suas votações eleitoral por todo o território; b) *partidos desnivelados*, que são as legendas que atingem parcialmente esses padrões; c) *partidos em fluxo*, que são aqueles que possuem baixa inserção; e d) *partidos localizados*, que são os que possuem forte apoio eleitoral em poucas unidades territoriais.

Os intervalos para a classificação de acordo com esses quatro tipos são apresentados no Quadro 3. A escolha por escalas menos rigorosas para enquadrar a nacionalização deve-se à dificuldade de se enquadrar os valores quando a nota de corte é posta acima de 0,85. Portanto, a redução do limite permite a observação mais nuançada do PNS ao longo do tempo e, ainda, permite dar relevo às siglas mais relevantes no quadro político brasileiro de cada período analisado. Isso é relevante porque a presente análise intenciona abordar a evolução histórica dos partidos brasileiros no que se refere à nacionalização de sua força política pelos estados ao longo de dois períodos que envolveram três regimes políticos – democracia, autoritarismo e democracia – e duas transições de regime – da democracia para o autoritarismo [1945-64] e do autoritarismo para a democracia [1964-1978].

Os resultados obtidos ajudarão a enquadrar os partidos como (a) nacionalizados, (b) desnivelados, (c) em fluxo e (d) localizados. Basicamente, os partidos que apresentam forte nacionalização na esfera federal serão, paralelamente, nacionalizados de forma consistente nas esferas estadual e municipal, embora esse último nível não seja alvo de investigação nesta pesquisa. Isso porque os constrangimentos institucionais para que um partido consiga apoio do eleitorado são maiores na esfera nacional do que nas arenas subnacionais. Os custos de transação de apoio são maiores a cada nível que o partido sobe na hierarquia federativa. A expectativa é que a nacionalização partidária atinja mais partidos no nível estadual e menos no nível federal.

Quadro 3. Critérios de Mensuração da Nacionalização Partidária

Tipo de Nacionalização Partidária	Pontuação
Partido Nacionalizado	De 0,70 a 1
Partido Desnivelado	De 0,50 a 0,69
Partido em Fluxo	De 0,30 a 0,49
Partido Localizado	De 0 a 0,29

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Morgenstern (2005).

2.3.4. Fonte dos Dados

Conforme já salientado algumas vezes, a nacionalização partidária busca compreender o quanto os partidos estão organizados, de forma consistente, por todo o território, e o quanto o apoio do eleitorado está distribuído de maneira homogênea pelos distritos (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; MORGENSTERN, 2005). No que se refere aos dados organizativos, as informações derivam do *FiliaWEB*³⁴, do TSE, que permite uma verificação exaustiva do número de estruturas organizativas dos partidos, somado a fontes secundárias.

Os dados eleitorais, por sua vez, são oriundos de três fontes: a) o repositório³⁵ do TSE, que cobre as eleições brasileiras de 1945 até os dias atuais, b) os dados eleitorais da Câmara dos Deputados do período de 1945-1964, retificados por Nicolau (2004), e c) os dados recolhidos pelo sistema *electionsBR*³⁶, referentes ao período de 1998 a 2014. O repositório de dados eleitorais possibilita acesso a parte substancial da informação sobre as eleições brasileiras. Contudo, em razão do passado de precário arquivamento de dados, uma parte delas está incompleto, notadamente as informações anteriores às eleições gerais de 1994. A coleta de novas estatísticas mais precisas das votações dos partidos da Segunda República, realizada por Nicolau (2004), permite uma visualização satisfatória daquele sistema partidário, já que em torno de 90% das informações acerca dos votos para a Câmara dos Deputados pôde ser recuperada (NICOLAU, 2004).

Os dados mais recentes sobre as eleições no Brasil foram capturados por intermédio do *software package electionsBR*, do ambiente de programação R. Segundo os desenvolvedores dessa ferramenta, esse pacote “oferece um conjunto de funções que permitem baixar, remover erros e agregar milhares de informações eleitorais” (MEIRELES, SILVA e COSTA, 2016, p.02). Ao extrair informações diretamente do banco

³⁴ Para acesso utilizar esse link: < <http://filiaweb.tse.jus.br/filiaweb/>>.

³⁵ Para acesso utilizar esse link: < <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>.

³⁶ Para acesso ao download desse software e consulta dos tutoriais para uso dos códigos utilizar esse link: < <http://electionsbr.com/index.html>>.

de dados do TSE, porém refinando-as, essa ferramenta trouxe maior exatidão no uso dos dados empíricos das eleições brasileiras.

Tanto nesta tese como em artigo anterior, testando a fraca relação do populismo na nacionalização deste sistema partidário (CONCEIÇÃO, 2017), utilizei os dados eleitorais de 1945-64 coletados e depurados por Nicolau (2004).³⁷ Esse novo conjunto de informações gerou um debate teórico-metodológico intenso entre Nicolau (2004) e Santos (2004). Apesar da polêmica envolvendo a refutação de teses clássicas sobre o sistema partidário daquele período,³⁸ essa base de dados é relevante como fonte de informações eleitorais e sobre os partidos nessa primeira experiência democrática brasileira.

³⁷ Em seu artigo Nicolau (2004) destaca o árduo processo de identificação de cada candidato e de sua legenda. As informações do TSE sobre aquele período eram falhas e inexistente para alguns estados. Esse novo conjunto de informações permitiu testar teses clássicas que demandavam dados empíricos consistentes. Primeiro Nicolau (2004) testou e confirmou a hipótese do declínio dos partidos de direita, sugerida por Soares (2001). Aliás, a oscilação eleitoral de alguns partidos fez crer que o populismo afetou a flutuação do apoio partidário, o que não ocorreu, pois, os partidos tiveram aumento de suas votações nas Assembleias Estaduais mesmo com a presença de líderes populistas (CONCEIÇÃO, 2017). Em segundo lugar, Nicolau (2004) confirmou a tendência de nacionalização partidária somente dos principais partidos [PSD, UDN e PTB]. Mais adiante, pela análise do índice PNS, mostrarei que a nacionalização partidária elevada só aconteceu, de fato, com o PSD. Em terceiro lugar, Nicolau (2004) refutou a tese da fragmentação partidária, sugerida por Santos (2004). Seus dados mostraram que, na metade do período, o número efetivo de partidos se estabilizou em torno de 5 legendas.

³⁸ Os achados extraídos desse novo conjunto de informações, de acordo com a crítica de Santos (2004), não invalidavam as teses clássicas; pelo contrário, reforçavam a validade das inferências dos pesquisadores na década de 1980. Para ele, o PTB realmente aumentou sua votação, mas isso não quer dizer que tenha sido em razão da ausência do PCB. Ainda, as conclusões sobre o PSD permaneceram válidas, pois, nas palavras de Santos (2004, p. 736), “as razões que explicariam o declínio relativo do PSD e o crescimento do PTB continuam por serem descobertas”. No caso da nacionalização partidária, Santos (2004) aponta inconsistências lógicas nos fundamentos do índice utilizado por Nicolau (2004), rejeitando sua validade.

CAPÍTULO 3

NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1945-1964

O objetivo deste capítulo é analisar a nacionalização partidária do período de 1945-64, com base no PNS, de Jones e Mainwaring (2003). Para tanto, faço um breve retrospecto do contexto político da época, procurando situar os partidos nesse cenário. Também analiso o padrão de competição que se estabeleceu naquele momento, quando vieram a predominar no mercado eleitoral três grandes legendas – PTB, PSD e UDN. Os dados mostrarão que se tratava de um sistema partidário moderadamente fragmentado e bastante competitivo. A nacionalização estava em curso no caso dos três principais partidos.

3.1. Contexto Político

A democracia de 1946-64 propiciou uma nova configuração dos partidos no Brasil. Em linhas gerais eles deixaram de ser organizações estritamente estaduais, como na Primeira República, e tiveram que investir numa estrutura de caráter nacional, conforme estabelecido no decreto-lei nº7.586, conhecido como Lei Agamenon. Além de regular os procedimentos eleitorais do pleito de 1945, essa lei modificou o escopo de atuação dos partidos em dois sentidos (NICOLAU, 2012; CAMPELLO DE SOUZA, 1976) – primeiramente, eles precisavam se registrar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para serem reconhecidos como viáveis a participar da disputa;³⁹ em segundo lugar, eles deviam ter capilaridade nacional para terem garantidos os seus registros. Havia, também, uma restrição importante em relação à legalidade dos partidos, em

³⁹ "Os partidos precisavam obter o apoio de 10 mil eleitores distribuídos por pelo menos cinco circunscrições eleitorais (estados e Distrito Federal). Em 1950, uma nova lei tornou mais rigorosos os critérios para a organização de partidos: 50 mil eleitores distribuídos por pelo menos cinco circunscrições, com, no mínimo, mil eleitores em cada uma. Apenas vinte partidos participaram das eleições entre 1945 e 1962" (NICOLAU, 2012, p.89).

decorrência da suposta ameaça comunista, que atingiu o PCB, cujo registro foi cassado. Ademais, era disseminado na população um sentimento antipartidário (CAMPELLO DE SOUZA, 1976).

Aliado a esse contexto, algumas componentes do desenho institucional adotado no período viriam a dificultar a nacionalização partidária. A Constituição de 1946 concedia considerável autonomia administrativa aos entes federativos, estaduais e municipais; no entanto, essa liberdade não era estendida à competição eleitoral. A Carta Constitucional embaralhava a competição partidária ao proibir, por exemplo, a reeleição⁴⁰ para os cargos majoritários. O modelo de 1891 era mais flexível nesse sentido, pois facultava aos estados o direito de estabelecer critérios próprios para a concorrência eleitoral conforme lhes conviesse, permitindo, portanto, a coexistência de diferentes formatos de regramento das eleições, tais como o tempo de duração dos mandatos, ciclos eleitorais não concomitantes e a possibilidade de reeleição para os postos do Executivo. (SOARES, 2001; NICOLAU, 2012).

Possivelmente, a proibição geral da reeleição aos cargos executivos – a reeleição só era possível para os parlamentares – incentivou os políticos mais ambiciosos a almejarem, cada vez mais, a mudança de cargos, pois a manutenção do poder em cada estado era dificultada pela necessidade de se criar um sucessor que não competisse em popularidade com o atual mandatário. Paralelamente, outros fatores institucionais também eram potencialmente nocivos à estabilidade, como *a)* a eleição com maioria simples para os cargos executivos,⁴¹ *b)* a eleição dissociada de Presidente

⁴⁰ **Art. 7º** - O Governo Federal não intervirá nos Estados salvo para: VII – assegurar a observância dos seguintes princípios: a) forma republicana representativa; b) independência e harmonia dos Poderes; c) temporariedade das funções eletivas, limitada a duração destas à das funções federais correspondentes; d) proibição da reeleição de Governadores e Prefeitos para o período imediato; e) autonomia municipal; f) prestação de contas da administração; g) garantias do Poder Judiciário. *Texto Constitucional de 1946.*

⁴¹ **Art.46, Inciso 2º** - Na eleição de Presidente e Vice-Presidente da República, governadores e vice-governadores dos Estados, senadores federais e seus suplentes, deputado federal nos territórios que só elegem um representante, prefeitos municipais e vice-prefeitos e juizes de paz, prevalecerá o princípio majoritário. *Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950.*

e Vice-Presidente da República,⁴² c) a inclusão, no Código Eleitoral de 1950, da representação proporcional de lista aberta para a Câmara dos Deputados.⁴³

A adoção do sistema eleitoral de maioria simples, sem segundo turno, causou fortes turbulências na governabilidade dos representantes eleitos em razão das votações apertadas tornarem-se a praxe – por exemplo, nas eleições presidenciais. O sistema de maioria simples para a escolha do Presidente da República teve apenas o caso do Presidente Dutra como o vencedor com maioria absoluta dos votos válidos. Todos os demais foram eleitos com maioria relativa. Assim, esses presidentes já começavam seus mandatos com o desafio de superar as desconfianças da maioria dos eleitores que tiveram suas preferências derrotadas nas urnas. Foi exatamente esse fator eleitoral um dos motivos para impedir, por exemplo, a posse de JK visto pelos seus opositores.

No caso da eleição independente de Presidente e Vice-Presidente, parecia se tratar de algo inofensivo até a sucessão presidencial de 1961. A renúncia do Presidente Jânio Quadros resultou na tentativa de golpe militar devido à rejeição ao nome de João Goulart por parte dos que haviam chegado ao governo e de oficiais do Exército, que o identificavam com o trabalhismo cada vez mais de esquerda. A posse de Goulart somente foi garantida pelas forças legalistas dentro do Congresso, mediante um acordo que levou à mudança da forma de governo para parlamentarismo. Isso possibilitou o arrefecimento do clima golpista nas Forças Armadas e nos grupos políticos antigetulistas. Não obstante, após a renúncia de Quadros, ficou nítida a oposição explosiva entre militares e congressistas quanto à legitimidade das regras institucionais (FIGUEIREDO, 1993). Esse pavio foi aceso pela popularidade do Vice-Presidente João Goulart, evidenciada pelo seu apoio eleitoral, uma vez que seu desempenho não dependia da votação do Presidente ou de uma coligação.

⁴² A Constituição de 1946 permitia que candidatos à Presidência e à Vice-presidência concorressem em chapas separadas. Desse modo, Presidente e Vice-Presidente poderiam ser eleitos por partidos contrários. Não existe, em teoria, explicação para essa separação entre a disputa presidencial e vice-presidencial. Uma hipótese seria que os legisladores não esperassem que um governante renunciasse ao mais alto posto da República.

⁴³ **Art.46, Inciso 1º** - A eleição para a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas, e as câmaras municipais obedecerá ao sistema de representação proporcional. *Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950.*

TABELA 1. Votação Nacional nas Eleições Presidenciais e Vice-Presidenciais, de 1945 a 1960

Presidente	Partido/Coligação	Votação	Vice-Presidente	Partido/Coligação	Votação
Eleição de 1945					
Eurico Dutra	PSD/PTB	55,4%	-	-	-
Eduardo Gomes	UDN/PL	34,7%	-	-	-
Yedo Fiuza	PCB	9,7%	-	-	-
Mário Teles	PAN	0,2%	-	-	-
Eleição de 1950					
Getúlio Vargas	PTB/PSP	48,7%	João Café Filho	PSP/PTB	35,8%
Eduardo Gomes	UDN/PRP	29,7%	Odilon Braga	PL/PRP/UDN	33,3%
Cristiano Machado	PSD/PRB/PR/PST	21,5%	Altino Marques	PSD/PR	23,4%
João Mangabeira	PSB	0,1%	Vitorino Freire	PTN/PST	7,4%
-	-	-	Alípio Neto	PSB	0,1%
Eleição de 1955					
JK	PSD/PTB/PST	35,7%	João Goulart	PTB/PSD/PST	44,2%
Juarez Távora	UDN/PSB/PDC	30,2%	Milton Campos	PSB/UDN	41,7%
Adhemar de Barros	PSP	25,8%	Danton Coelho	PSP	14,1%
Plínio Salgado	PRP	8,3%			
Eleição de 1960					
Jânio Quadros	PTN/UDN/PDC/PR	48,3%	João Goulart	PTB/PSD/PST	41,6%
Henrique Lott	PSD/PTB/PST	32,9%	Milton Campos	PTN/UDN	38,8%
Adhemar de Barros	PSP	18,8%	Fernando Ferrari	PDC	19,6%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Na **Tabela 1**, acima, mostra as votações dos Presidentes e Vice-presidentes de 1945 a 1960. Na eleição de 1945, não houve disputa para o cargo de Vice-Presidente porque o posto tinha sido extinto por Vargas durante o Estado Novo. Somente com a implantação da Constituição Federal de 1946 reestabeleceu-se o cargo e sua eleição separado da presidencial. Destaca-se, nessas disputas, a mesma dificuldade dos candidatos ao cargo de vice-presidente em obter 50% ou mais de votos, afinal, trata-se de eleição apenas em turno único nessa época.

O terceiro fator de potencial instabilidade política na Segunda República era a representação proporcional de lista aberta para o preenchimento dos cargos de deputado. De um lado, os custos para a ocupação de uma cadeira por um partido pequeno eram menores, pois essa forma de escrutínio favorece políticos carismáticos, que dependem pouco da organização partidária. De outro lado, a gradativa expansão da participação eleitoral do setor operário, outrora alheia à política, fazia com que os partidos conservadores perdessem espaço para os trabalhistas (SOARES, 2001). Esses elementos do arranjo institucional incentivava o personalismo e a fragmentação eleitoral, seja esfera nacional ou estadual.

Além disso, como observou Nicolau (2012), as constituições estaduais eram dotadas de dois tipos de prerrogativa que impactavam diretamente a dinâmica eleitoral de 1945-1964. Uma delas era a autonomia para a fixação da duração do mandato de governador e, assim, cada estado podia ter período específico. A outra era o controle das eleições municipais. Assim, a autonomia das constituições estaduais nessas esferas gerava uma situação de eleições frequentes no âmbito subnacional. Um dos efeitos foi a alteração da correlação de forças entre os principais partidos, pois a falta de simultaneidade entre os pleitos estaduais diminuía a capacidade de coordenação eleitoral dessas legendas. Inclusive, é presumível que o calendário eleitoral desigual e frequente tenha favorecido políticos populistas frente aos seus respectivos partidos em estados como São Paulo, no qual a eleição para governador não coincidia com a presidencial (CONCEIÇÃO, 2017).

No começo de 1946, o PSD e a UDN eram os partidos com mais parlamentares no país. O PSD era formado pelo grupo político dos interventores estaduais, nomeados

por Getúlio Vargas no período ditatorial. A UDN era formada pelos descontentes com o Estado Novo e antigetulistas confessos. Já o PTB aproveitou-se da popularidade de Vargas e da relação com políticos ligados aos sindicatos para formar sua estrutura partidária. No entanto, nas primeiras disputas, os petebistas sofreram com a falta de uma rede de apoio no interior, dominado pelos pessedistas (CAMPELLO DE SOUZA, 1990). Sendo um partido com ideologia trabalhista definida, e se beneficiando da falta de um concorrente na disputa pelo eleitorado operário, logo que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi posto na ilegalidade, em 1947, o PTB tornou-se o baluarte dos interesses da classe operária. Por isso, o PTB foi quem mais cresceu eleitoralmente na Câmara dos Deputados, de 1945 até 1962 (SOARES, 2001). Esses três partidos foram os protagonistas do sistema partidário do período, que contou com diversas legendas menores e de votação mais local. Mas, em que medida esses partidos menores eram tão locais e os três maiores eram nacionais? Como se deu essa evolução nesse contexto institucional? A análise, a seguir, visa a responder essas questões.

3.2. Nacionalização Partidária no Nível Federal

Nas **Tabelas 2 e 3** são apresentados, respectivamente, os percentuais de votos válidos nas disputas para o cargo de deputado federal e os valores do [PNS]. Como mostram os dados da **Tabela 2**, o sistema partidário era dominado por três grandes partidos – PSD, PTB e UDN. Ao longo do tempo, os votos da UDN declinaram um pouco, enquanto cresceu a votação do PTB. Essa dinâmica vai ao encontro da hipótese do crescimento do voto trabalhista em razão do acirramento das tensões entre os governos populistas de Vargas e Goulart e setores conservadores e Forças Armadas (SOARES, 2001). A quarta força partidária era o PSP, posição conquistada graças à sua inserção em São Paulo, maior colégio eleitoral. Todavia, esse partido nunca chegou a obter sequer, na média, 10% dos votos nacionais.

Em relação à nacionalização, a **Tabela 3** mostra que os partidos daquele período enfrentaram dificuldades na obtenção de um desempenho eleitoral uniformemente distribuído pelos distritos. Considerando-se a média de PNS, apenas o PSD pode ser enquadrado como um *partido nacionalizado* com padrões de homogeneidade eleitoral por todo o território. Esse protagonismo do PSD se manifesta em seu percentual de

votos, o que permite colocá-lo como o partido mais competitivo daquele sistema. Ou seja, o centro político estava assegurado com o PSD. Na categoria de *partidos desnivelados*, que são aqueles que conseguem atingir de forma parcial a homogeneidade do apoio eleitoral nos distritos, aparecem UDN e PTB, respectivamente a direita e a esquerda daquela época (SOARES, 2001).

Tabela 2. Percentual de votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, por Partido (1945-1962)

	PSD	UDN	PTB	PSP	PTN	PR	PSB	PPS	PDC	PRP	PRProg	PL	PRD	PAN	PRT	POT	PST	MTR	PCB
1945	42,4	26,8	10,2	--	--	3,7	--	1,8	1,7	1,6	1,2	1	0,6	0,3	--	--	--	--	8,7
1950	32,8	24,3	18,5	9,7	2,8	4	0,5	--	1,1	1,1	--	1,7	--	--	1	0,3	2,2	--	--
1954	32,6	21,9	18,7	11,2	2,2	5,5	1,6	--	1,6	1,1	--	2,6	--	--	0,7	--	0,4	--	--
1958	33,6	21,1	20,5	6,3	2,5	5,7	2,3	--	3	1,8	--	1,4	--	--	0,7	--	1,1	--	--
1962	30,1	22,6	24,8	4,9	2,8	2,7	0,7	--	5,5	1,3	--	1,2	--	--	0,7	--	1,7	1	--
Média	34,3	23,3	18,5	8	2,6	4,3	1,3	1,8	2,6	1,4	1,2	1,6	0,6	0,3	0,8	0,3	1,4	1	8,7

Fonte: TSE e Nicolau (2004). Dados processados pelo autor.

Tabela 3. PNS nas Eleições para a Câmara dos Deputados, por Partido (1945-1962)

	PSD	UDN	PTB	PSP	PTN	PR	PSB	PPS	PDC	PRP	PRProg	PL	PRD	PAN	PRT	POT	PST	MTR	PCB
1945	0,84	0,79	0,38	--	--	0,09	--	0,15	0,16	0,35	0,11	0,11	0,11	0,16	--	--	--	--	0,57
1950	0,72	0,64	0,51	0,30	0,08	0,23	0,09	--	0,09	0,12	--	0,08	--	--	0,12	0,04	0,12	--	--
1954	0,74	0,58	0,60	0,42	0,05	0,23	0,17	--	0,19	0,09	--	0,14	--	--	0,04	--	0,07	--	--
1958	0,76	0,60	0,58	0,34	0,06	0,14	0,14	--	0,14	0,12	--	0,08	--	--	0,08	--	0,06	--	--
1962	0,76	0,60	0,66	0,21	0,11	0,12	0,18	--	0,21	0,08	--	0,06	--	--	0,04	--	0,13	0,08	--
Média	0,76	0,64	0,55	0,32	0,07	0,16	0,14	0,15	0,16	0,15	0,11	0,09	0,11	0,16	0,07	0,04	0,09	0,08	0,57

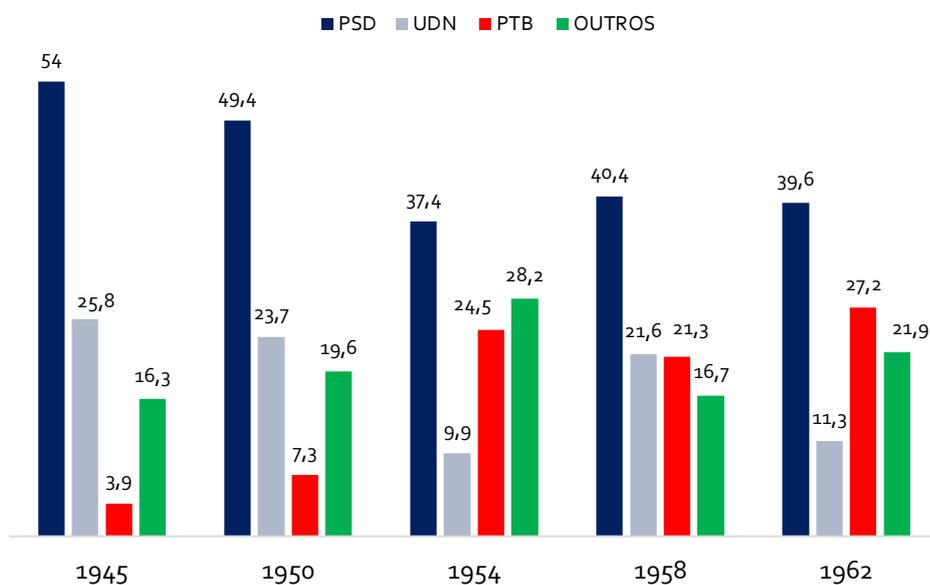
Fonte: TSE e Nicolau (2004). Dados processados pelo autor.

O único *partido em fluxo* – legenda que possui fraca organização nos distritos – foi o PSP. Com fortes raízes em São Paulo, o PSP na maior parte do tempo foi um partido regional que almejou ser um partido de maior inserção nos estados. Os demais partidos da experiência democrática eram *partidos localizados* com forte organização partidária restrita a poucas unidades territoriais.

Essa baixa nacionalização, entretanto, não deve se confundir com baixa capacidade de competição. Como já repetido diversas vezes, a nacionalização partidária consiste na homogeneidade do apoio eleitoral pelos distritos, o que é diferente de competitividade partidária, que é a capacidade de conquista de votos, independentemente de sua distribuição uniforme nos distritos. Portanto, quando um partido é nacionalizado, isso não significa necessariamente que ele é competitivo em todos os estados. De modo inverso, um partido com baixa nacionalização pode ser competitivo em alguns distritos e, assim, apresentar um bom desempenho eleitoral no cômputo geral. Os gráficos a seguir trazem os dados sobre os votos recebidos pelos principais partidos da época em comparação com a agregação dos demais, em cada região do país.

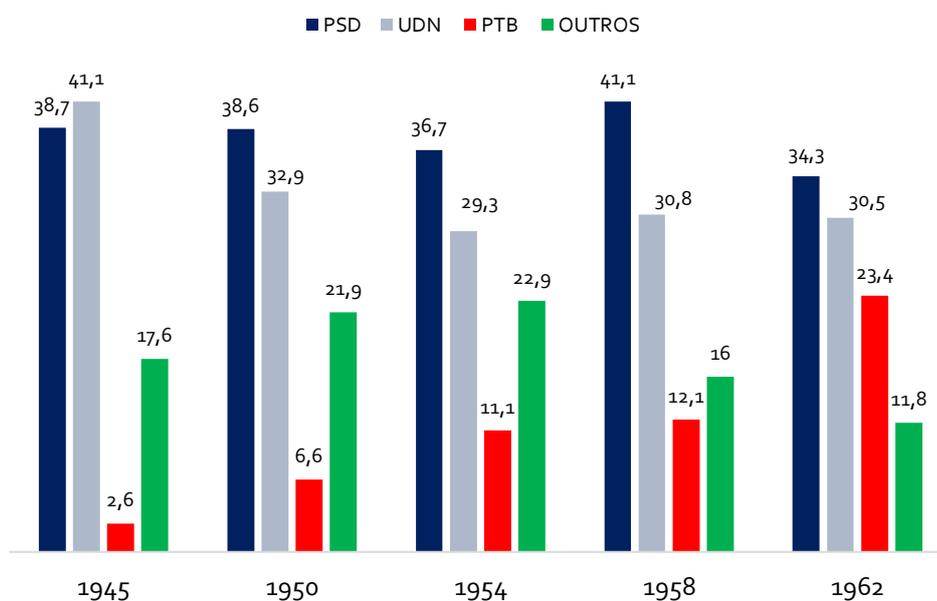
Note-se que o crescimento do PTB por todas as regiões é significativo do quanto aumentou sua inserção política com a expansão do sufrágio operário. O PSD foi um partido sólido nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas seu desempenho regrediu nas regiões Sul e Sudeste – ou seja, nas áreas mais industrializadas, a força dos trabalhistas aumentou. Temos também o predomínio de mercados específicos por dois partidos com apelos diferentes: o PTB nas grandes cidades, o PSD nas cidades médias e no interior (SOARES, 2001; RANULFO MELO, 2007). Mas, o dado mais importante desses gráficos é a confirmação do predomínio eleitoral do PSD, PTB e UDN. Somados, esses três partidos receberam em torno de 75% dos votos, mostrando uma reduzida fragmentação eleitoral, o que não foi impeditivo para o colapso do sistema político em 1964. Os dados mostram, ainda, que nem sempre nacionalização partidária ocorre paripassu com a competitividade, embora ambas derivem do desempenho eleitoral. Apenas o PSD apresentou nível elevado de nacionalização, mas UDN e PTB também eram bastante competitivos – inclusive, o PTB se tornava cada vez mais competitivo.

Gráfico 1. Competição Eleitoral para a Câmara dos Deputados na Região Norte, de 1945 a 1964 (%)



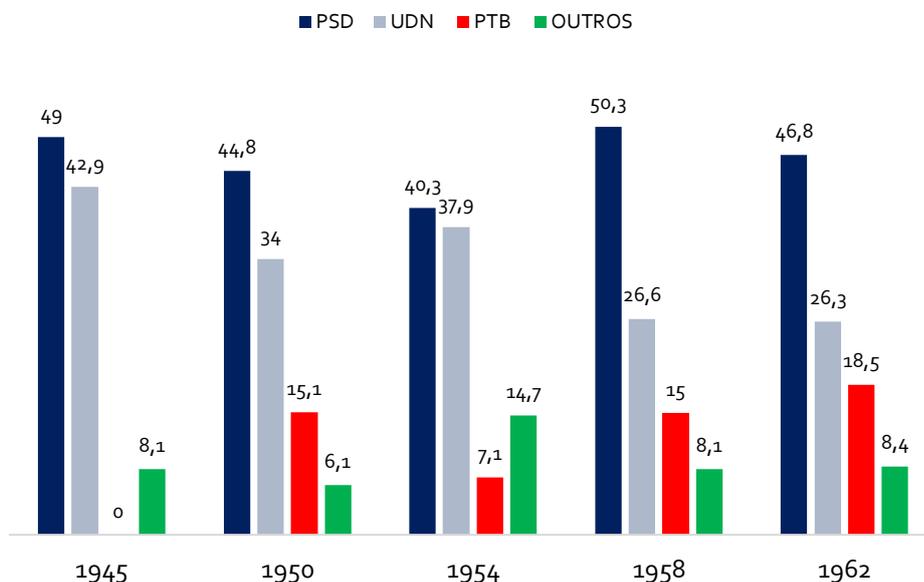
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Gráfico 2. Competição eleitoral para a Câmara dos Deputados na Região Nordeste, de 1945 a 1964 (%)



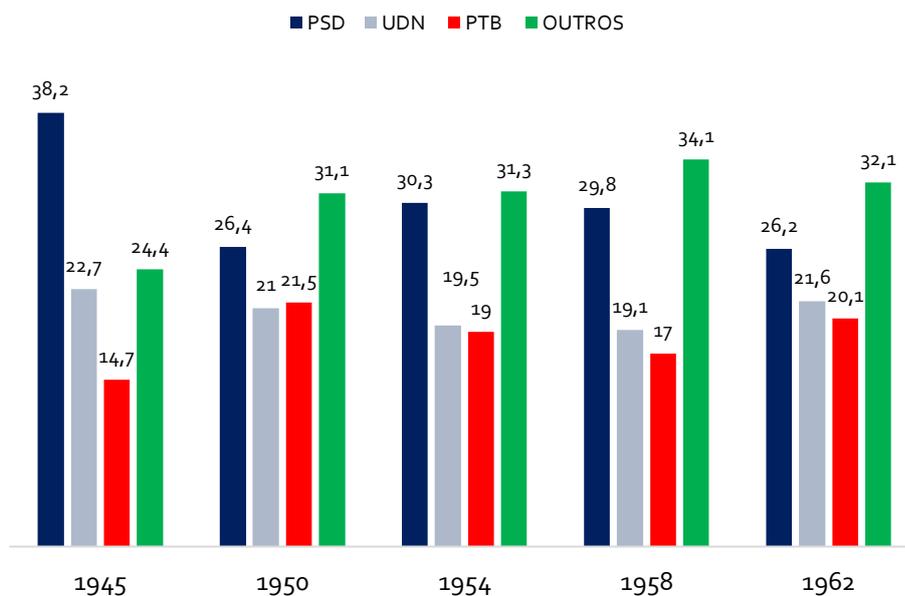
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Gráfico 3. Competição Eleitoral para a Câmara dos Deputados na Região Centro-Oeste, de 1945 a 1964 (%)



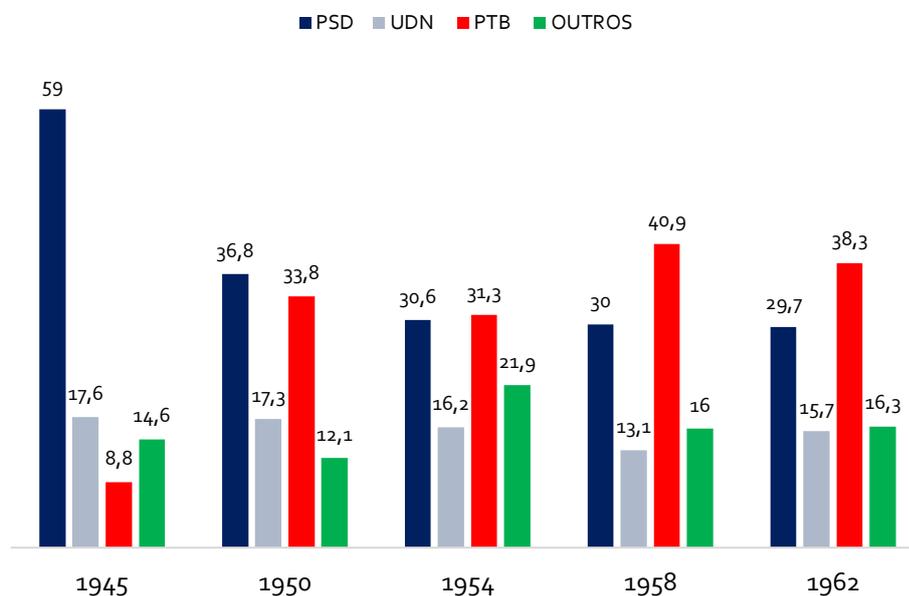
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Gráfico 4. Competição Eleitoral para a Câmara dos Deputados na Região Sudeste, de 1945 a 1964 (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Gráfico 5. Competição Eleitoral para a Câmara dos Deputados na Região Sul, de 1945 a 1964 (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Portanto, na disputa para a Câmara dos Deputados, de modo geral, o desempenho dessas legendas indica um sistema partidário com três partidos predominantes, com competitividade elevada desses três partidos, mas baixa nacionalização. Esse panorama será um pouco diferente no caso das disputas no nível subnacional, o que reforça a suposição teórica de que as esferas subnacionais oferecem menos constrangimentos ao sucesso eleitoral e à nacionalização partidária do que a esfera federal.

3.3. Nacionalização Partidária no Nível Estadual

Os dados empíricos sobre as eleições para deputado estadual no período analisado estavam incompletos no *site* do TSE em relação a alguns estados. Ainda assim, eles propiciam um quadro aproximativo do jogo de forças partidárias nesse nível de competição. Entretanto, deve ser ressaltado, essas informações não foram

depuradas e retificadas como no caso das eleições para a Câmara dos Deputados (NICOLAU 2004). Os estados com informações completas são Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Na **Tabela 4**, abaixo, são apresentados os resultados eleitorais para deputado estadual. Similarmente ao que ocorreu no nível federal, fica clara a disparidade na votação do PSD, PTB e UDN frente aos partidos menores, embora com um percentual conjunto um pouco mais reduzido do que o observado na esfera federal. Nesse nível de competição, o desempenho eleitoral dos pequenos partidos aumentou conjuntamente, mas nada que alterasse drasticamente o predomínio das três maiores forças do período. O PTB teve estável votação e o PSD e a UDN apresentaram uma considerável redução nos seus votos, de 1947 até 1962.

Esses dados reforçam a hipótese vista na literatura da época sobre os partidos tradicionais estarem perdendo espaço no eleitorado, no final da década de 1960, até mesmo no interior. Se se mantivesse a competição eleitoral nos anos seguintes, os partidos pequenos ligados ao trabalhismo poderiam crescer na esteira da expansão do sufrágio operário e da urbanização das cidades de grande e médio porte (KINZO, 1988; SOARES, 2001). É possível que, se os dados eleitorais municipais estivessem disponíveis, observaríamos também no plano local a confirmação dos ganhos eleitorais dos partidos trabalhistas frente os partidos conservadores.

Tabela 4. Votação dos Partidos nas Eleições para as Assembleias Estaduais, de 1947 a 1962 (%)

	PSD	UDN	PTB	PSP	PTN	PR	PSB	PPS	PDC	PRP	ED	PL	PRD	PAN	PRT	POT	PST	PPB	MTR	PCB
1947	32	23,8	14,1	4,5	1,5	7,3	--	--	1,4	3	0,9	1,1	0,3	--	--	0,1	--	0,8	--	9,2
1950	26,3	23,2	17,8	9,3	3,9	5,7	1,5	--	2,6	3,5	--	1,5	--	--	1,4	0,3	3	--	--	--
1954	29,2	17,5	16,2	12,7	2,3	8,3	2,2	--	3,5	1,6	--	2,8	--	--	1,1	--	2,6	--	--	--
1958	23,5	28,4	13,4	9,1	3,7	6,7	2,1	--	4,7	2,9	--	2,1	--	--	1,1	--	2,3	--	--	--
1962	21,6	16,1	17,2	10	5,3	5,3	1,8	--	9	4,1	--	2,2	--	--	1,8	--	4,2	--	1,4	--
Média	26,5	21,8	15,7	9,1	3,3	6,7	1,9	--	4,2	3	0,9	1,9	0,3	--	1,4	0,2	3	0,8	1,4	9,2

Fonte: TSE. Dados processados pelo autor.

Com relação à nacionalização partidária, a **Tabela 5** mostra que os partidos tradicionais da democracia de 1945-1964 tiveram níveis de nacionalização distintos. Mais uma vez, o PSD é o único *partido nacionalizado* e a UDN e o PTB, também como no caso do nível federal, são *partidos desnivelados*. Esse padrão, igualmente encontrado na disputa para as Assembleias Estaduais, corrobora a posição de pesquisadores que analisaram esse período, qual seja, trata-se de um sistema partidário equilibrado em poucos partidos grandes e com mínima interferência dos partidos menores (BENEVIDES, 1981; HIPÓLITO, 1985; CAMPELLO DE SOUZA, 1990; D'ÁRAUJO, 1996; LAVAREDA, 1999; SOARES, 2001). De fato, o índice de nacionalização partidária indica que os partidos maiores tiveram um desempenho, já esperado, de elevada homogeneização dos votos em todos os estados. O PSD obteve PNS médio de 0,75, a UDN, 0,66, e PTB, 0,64. É possível supor que esse nível de nacionalização seja decorrente da rápida estruturação organizacional desses partidos nos primeiros anos da democracia, assim como da vinculação de dois deles com o grande expoente político do período político anterior: Getúlio Vargas.

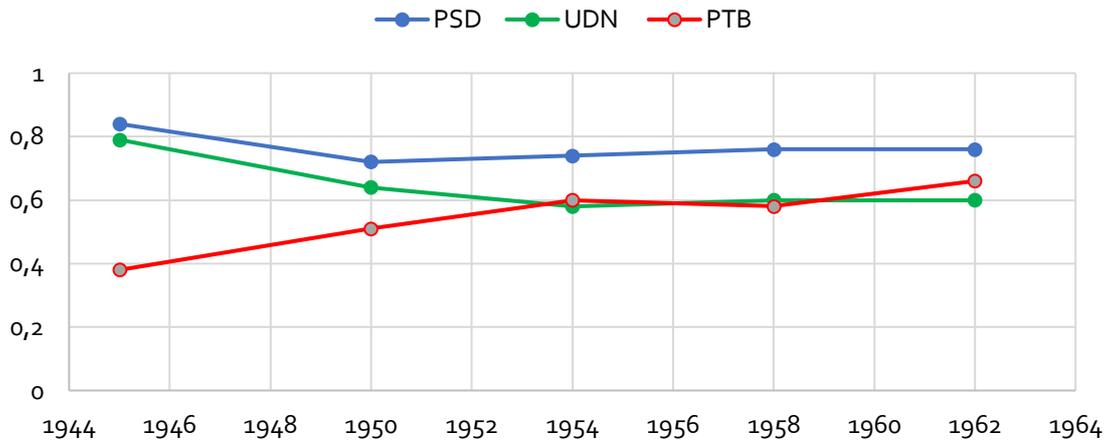
Para explorar isso com um pouco mais de detalhe, no **Gráfico 6** e no **Gráfico 7** estão dispostos os dados sobre a evolução da nacionalização desses três partidos nas disputas para deputado federal e deputado estadual. O PTB, embora tenha começado com uma estrutura organizativa precária, no final do período estava em vias de atingir a mesma estabilidade de nacionalização de PSD e UDN. Um dos pilares desse sucesso era a política de aumento real do salário mínimo, proposta pelo presidente João Goulart em consonância com as expectativas de uma crescente massa de trabalhadores que via um governo reformista pendendo para os interesses da classe operária. Nesse sentido, o PTB e suas lideranças tiveram êxito em articular parte dessa classe nas eleições. No entanto, a tutela desses sindicatos impediu uma mobilização espontânea dos trabalhadores no momento mais crucial para o partido, quando do golpe civil-militar em abril de 1964 (D'ÁRAUJO, 1996).

Tabela 5. PNS nas Eleições para as Assembleias Estaduais, de 1947 a 1962

	PSD	UDN	PTB	PSP	PTN	PR	PSB	PPS	PDC	PRP	ED	PL	PRD	PAN	PRT	POT	PST	PPB	MTR	PCB
1947	0,84	0,76	0,57	0,15	0,14	0,34	--	--	0,12	0,50	0,19	0,07	0,13	--	--	0,07	--	0,06	--	0,55
1950	0,62	0,56	0,61	0,39	0,16	0,26	0,32	--	0,22	0,58	--	0,07	--	--	0,19	0,07	0,11	--	--	--
1954	0,83	0,66	0,70	0,66	0,14	0,39	0,30	--	0,43	0,20	--	0,18	--	--	0,11	--	0,22	--	--	--
1958	0,78	0,66	0,61	0,53	0,24	0,28	0,22	--	0,36	0,36	--	0,13	--	--	0,09	--	0,16	--	--	--
1962	0,70	0,65	0,69	0,50	0,23	0,25	0,21	--	0,51	0,39	--	0,23	--	--	0,10	--	0,26	--	0,11	--
Média	0,75	0,66	0,64	0,45	0,18	0,30	0,26	--	0,33	0,41	0,19	0,14	0,13	--	0,12	0,07	0,19	0,06	0,11	0,55

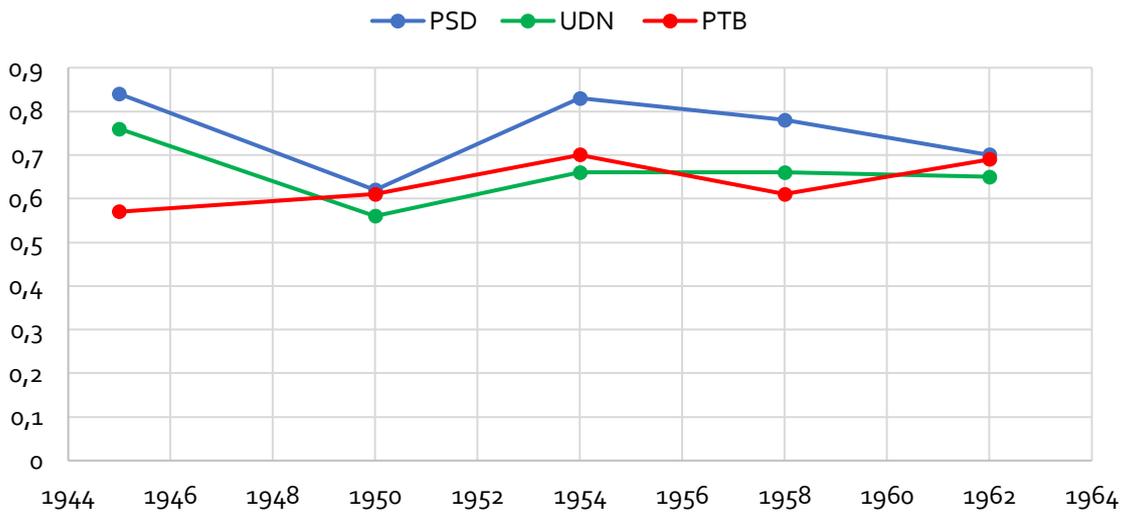
Fonte: TSE. Dados processados pelo autor.

Gráfico 6. Evolução do PNS dos Principais Partidos, para a Câmara dos Deputados, de 1944 a 1964



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Gráfico 7. Evolução do PNS dos Principais Partidos, para as Assembleias Estaduais, de 1944 a 1964



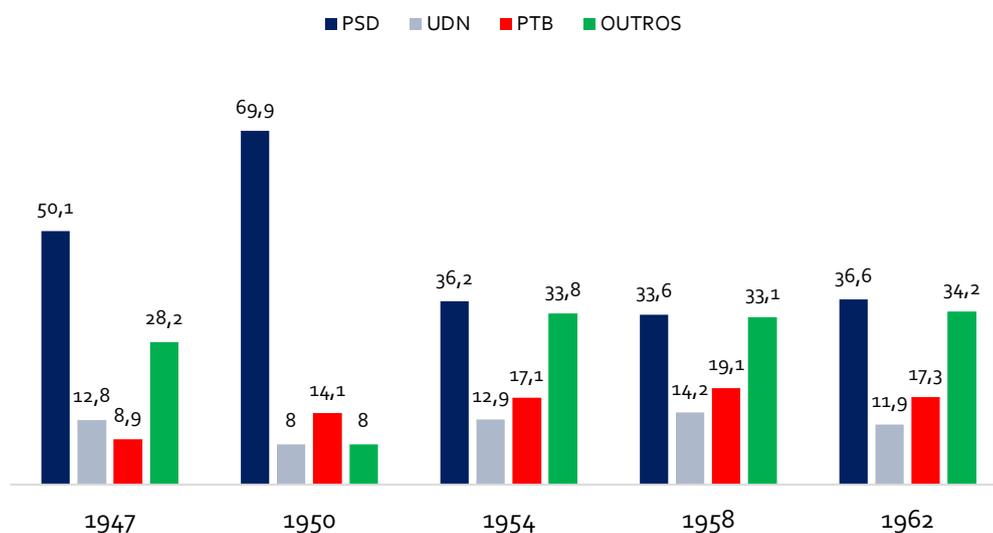
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Os resultados da nacionalização partidária a princípio mostram, portanto, que a consolidação desses partidos foi afetada pelo histórico de regionalização desde a Primeira República. Afora as instabilidades políticas relacionadas com a Presidência, as quais não podem ser desconsideradas como um dos fatores de instabilidade do sistema político, os partidos tiveram um deficitário aporte de apoio do eleitorado. Essa conjuntura de baixa nacionalização partidária pode ter permitido a proliferação, nesse período democrático, de figuras populistas que tinham apelo por vezes maior do que suas legendas – casos de Getúlio Vargas, Jânio Quadro, Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Carlos Lacerda (CONCEIÇÃO, 2017).

Essa exacerbação de personalismo, acima dos próprios partidos, somada à reduzida nacionalização partidária, podem ter sido alguns dos fatores que contribuíram para o colapso do sistema em 1964. Mas, se não tivesse ocorrido o golpe de Estado, será que a nacionalização partidária teria alcançado níveis maiores? Se persistisse a tendência que se delineava no período de vigência da democracia, poderíamos supor que, além do PSD, também a UDN e o PTB poderiam se tornar altamente nacionalizados nos próximos ciclos eleitorais. Além disso, no longo prazo, a tendência era de que algumas das legendas médias se tornassem *partidos desnivelados*, ou seja, que fossem se desvinculando dos laços regionais na medida em que o desgaste dos partidos tradicionais fosse traduzido em oscilações dos seus votos para os partidos emergentes mais conectados com os interesses dos trabalhadores.

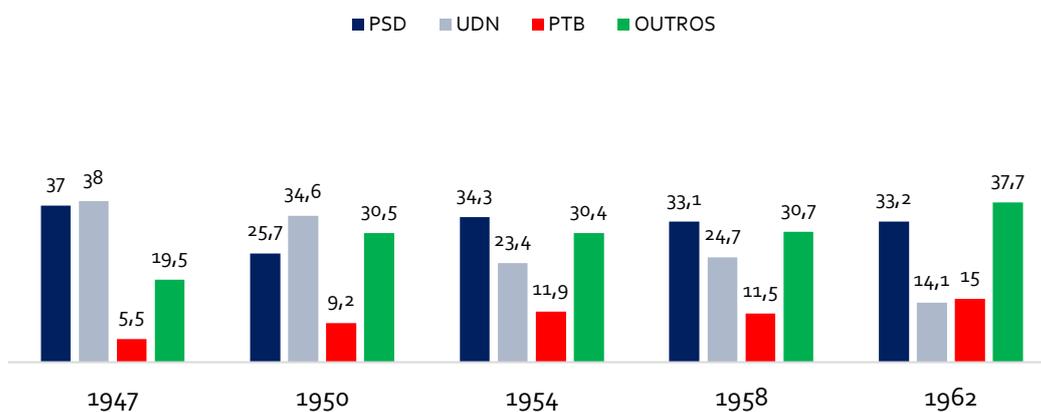
Nos gráficos a seguir, são apresentados os dados que nos permitem perceber a competitividade dos três principais partidos e, assim, conferir sua possível convergência com o índice de nacionalização. Pode-se notar que, exceto na Região Centro-Oeste, o PSD teve uma votação declinante mais acentuada no nível estadual do que no federal. A UDN, em algumas regiões, teve que disputar o segundo lugar de com o PTB. Por mais que a competitividade tenha aumentado nos estados, onde havia pequenos partidos que avançavam sobre o nicho de mercado eleitoral até então controlado pelos principais, a média de votos somados de todas as regiões do PSD, UDN e PTB ficou ao redor de 70%.

Gráfico 8. Competição Eleitoral para as Assembleias Estaduais na Região Norte, de 1947 a 1962 (%)



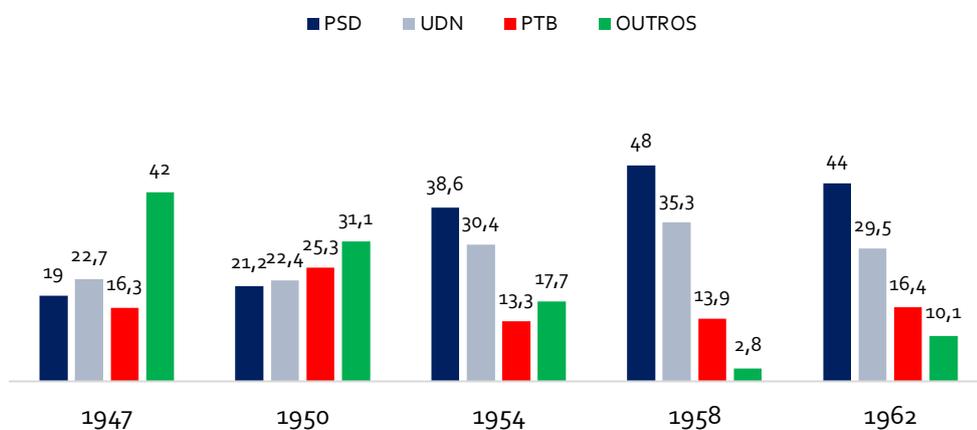
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Gráfico 9. Competição Eleitoral para as Assembleias Estaduais na Região Nordeste, de 1947 a 1962 (%)



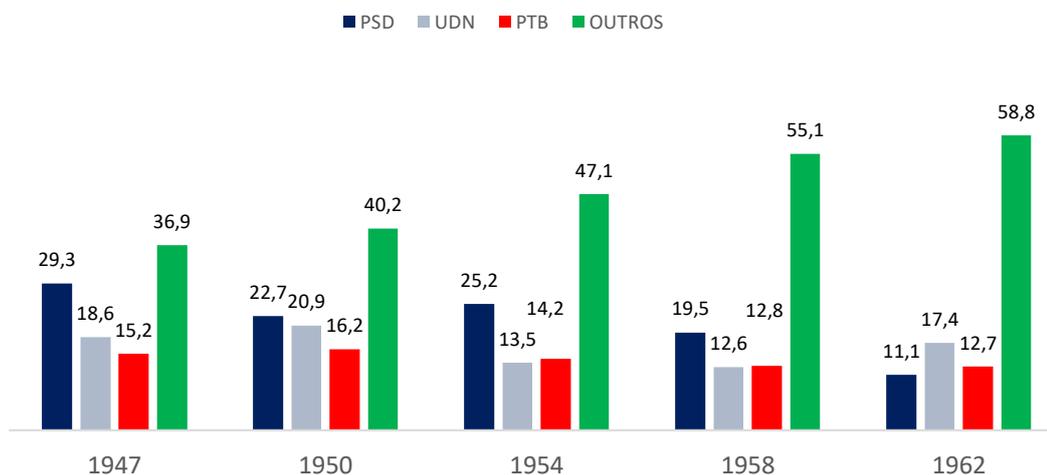
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Gráfico 10. Competição Eleitoral para as Assembleias Estaduais na Região Centro-Oeste, de 1947 a 1962 (%)



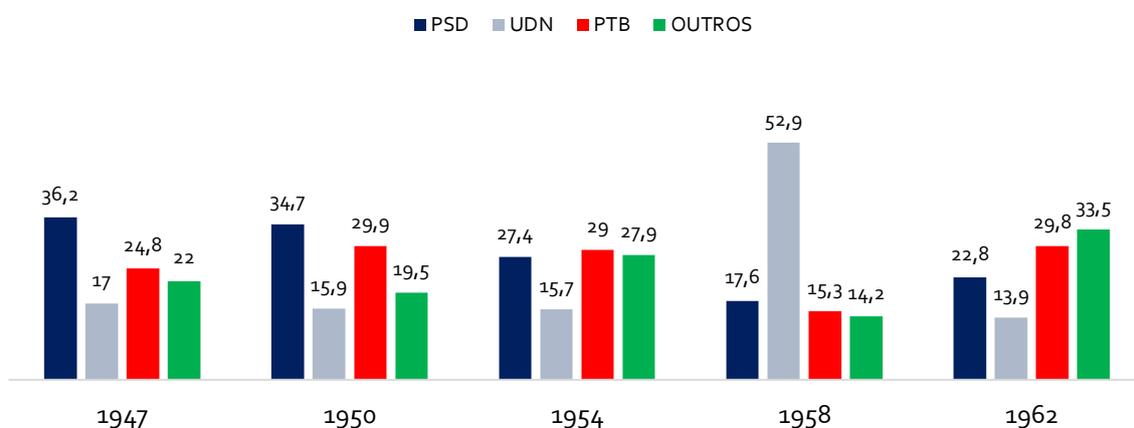
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Gráfico 11. Competição Eleitoral para as Assembleias Estaduais na Região Sudeste, de 1947 a 1962 (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Gráfico 12. Competição eleitoral para as Assembleias Estaduais na Região Sul, de 1947 a 1962 (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados eleitorais do TSE.

Concluindo, os dados sobre a nacionalização partidária na democracia de 1945-1964 dão subsídios a muitas inferências da literatura especializada sobre o período. Faz sentido, por exemplo, a hipótese de que o crescimento eleitoral dos partidos progressistas foi um dos fatores estimuladores da intervenção militar no jogo político, (SOARES 2001). Da mesma forma, dá suporte à hipótese da atuação dos principais partidos como fator de estabilização do sistema partidário (CAMPELO DE SOUZA 1976; LAVAREDA 1991).

O confronto do grau de nacionalização partidária com a competitividade eleitoral, por sua vez, mostrou a complexidade que caracterizou aquele sistema – partidos, no geral, pouco nacionalizados e competitivos coexistiam com partidos pequenos regionalizados e pouco competitivos, com exceção do PSP em São Paulo. Isso significa que conseguir apoio homogêneo do eleitorado nos distritos não corresponde, de forma direta, competitividade em todos as unidades federativas. Em suma, havia uma dinâmica que apontava para a crescente nacionalização partidária das principais legendas e, ao mesmo tempo, para a persistência de diversas siglas menores com inserção regional ou mesmo estadual.

CAPÍTULO 4

NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1964-1978

Neste capítulo mostro como o bipartidarismo do período autoritário possibilitou que passássemos, de maneira quase imediata, de uma nacionalização partidária reduzida para a nacionalização plena dos dois partidos instituídos pelo novo regime. A transição da democracia de 1945-64 significou, mais do que isso, a descontinuidade do sistema partidário em operação, pois o autoritarismo instituído com o Golpe de Estado e sucessivos Atos Institucionais, teve como um de seus principais objetivos a anulação da dinâmica política anterior. Em compensação, para dar a impressão de normalidade institucional e compromisso democrático, foram mantidas as eleições e se autorizou o funcionamento de um sistema bipartidário controlado pelo regime autoritário que, assim, caracterizava-se como parcialmente fechado. Essa situação contraditória permitiu a estruturação de dois grandes partidos nacionais – a ARENA e o MDB.

4.1. Contexto Político

De acordo com os especialistas (cf. FIGUEIREDO, 1993), o contexto de gestação do golpe de 1964 envolveu uma combinação de fatores como a) a conspiração militar que já tinha sido frustrada em 1961, no episódio de posse do Vice-Presidente João Goulart, em decorrência da renúncia de Jânio Quadros; b) o cenário econômico instável que descontentava o setor empresarial e também provocava recorrentes protestos por parte dos trabalhadores; c) o contexto internacional da Guerra Fria e de avanço do comunismo, algo que amedrontava a classe média; d) o populismo da política eleitoral e dos governos; e) o conflito inconciliável entre os interesses dos atores relevantes da classe política, entre eles o Presidente da República, João Goulart, e os partidários da UDN, o que inviabilizava soluções conciliadoras para as diversas

correntes ideológicas da época. Todos esses fatores, alguns com maior peso, contribuíram para que a alternativa extrema de ruptura democrática fosse adotada pelos militares para resolver esses conflitos – as diferenças ideológicas superaram a capacidade de cooperação dos atores políticos.

A transição brusca de um regime democrático para um regime autoritário, por meio do Ato Institucional Nº2, trouxe uma drástica mudança no formato do sistema partidário brasileiro. Embora a Constituição de 1967 tenha permitido a atividade partidária,⁴⁴ os militares cercearam bastante a atividade política logo nos primeiros anos no poder. Nessa época de crescente repressão, os políticos mais inclinados à esquerda foram excluídos da política institucional, sendo destituídos de seus cargos parlamentares, vários deles foram exilados. Apesar disso, muitos políticos pertencentes aos partidos extintos foram incorporados nos dois novos partidos, o que quer dizer que “a criação desses dois partidos não anula a história, as tradições, as rivalidades, e os laços de lealdade que caracterizavam a política brasileira de então”, conforme observou Madeira (2006, p.52). “Contudo”, continua, “o que este ato [AI-2] traz de novo é a moldura institucional na qual este conjunto de tradições passa a atuar”.

É claro que a reorganização das elites políticas nesse novo quadro partidário envolveu a reconfiguração e a construção de uma estrutura organizacional renovada e da difusão de siglas totalmente diferentes. Por isso esse arranjo bipartidário surgiu como uma solução para o dilema enfrentado pelo novo regime: impedir quaisquer danos aos planos que as Forças Armadas tinham para o país e manter uma fachada democrática perante a comunidade internacional, basicamente seu aliado na conspiração militar: os Estados Unidos da América (KINZO, 1988). O maior partido do sistema bipartidário era

⁴⁴ **Art. 149º** - A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

I – regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem; II – personalidade jurídica, mediante registro dos estatutos; III – atuação permanente, dentro de programa aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e sem vinculação, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros; IV – fiscalização financeira; V – disciplina partidária; VI – âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos diretórios locais; VII – exigência de dez por cento do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em dois terços dos Estados, com o mínimo de sete por cento em cada um deles, bem assim dez por cento de deputados, em, pelo menos, um terço dos Estados, e dez por cento de senadores; VIII – proibição de coligações partidárias. *Texto Constitucional de 1967.*

a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), representando os interesses dos militares. O partido minoritário era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que, nos primeiros anos, desempenharia a função de oposição moderada. Essa moderação, contudo, foi cedendo espaço para uma postura mais combativa à medida que as campanhas eleitorais foram se sucedendo (PANIAGUA *et al*, 2014).

Tanto a ARENA como o MDB incorporaram em suas fileiras membros dos antigos partidos de 1945-1964. Devido a isso, continham uma miríade de vertentes ideológicas, seja da direita ou da esquerda do espectro político anterior (MADEIRA, 2006). Conforme dados analisados por Kinzo (1988), a ARENA tinha um perfil mais udenista, enquanto o MDB tinha uma feição mais petebista. Portanto, do ponto de vista da composição social e política, nenhuma mudança efetiva foi provocada pela ruptura do sistema partidário anterior. Apenas gradualmente foram ocorrendo mudanças nesse aspecto, envolvendo a defecção dos expoentes políticos do sistema partidário anterior em benefício da ascensão dos quadros secundários das antigas siglas.

Em linhas gerais, essa geração de políticos que permaneceram no país, na maioria dos casos ex-suplentes de políticos experientes ou quadros de segundo escalão, estava interessada em colher os dividendos da sua interlocução com os militares, almejando posições futuras de protagonismo quando as eleições livres e competitivas retornassem (KINZO, 1988). Essa acomodação de políticos de vertentes partidárias com discursos díspares em apenas dois partidos ensejou acirrados conflitos de estratégias ao longo dos anos, principalmente no MDB. O principal ponto de discórdia era a pertinência de sua participação nas eleições. Ou seja, o partido deveria comparecer às eleições, chancelando as ações do governo autoritário, ou o partido deveria ser extinto? A ala moderada do partido defendia a participação eleitoral, posição que prevaleceu. Os mais radicais viam nessa participação uma estratégia para se expor a face autoritária do regime (MADEIRA, 2006).

Assim, a “oposição consentida” do MDB teve de lidar com essa contradição – denunciava cada vez mais incisivamente o autoritarismo por meio de sua participação nos processos eleitorais e parlamentares, dando alguma legitimidade ao regime e estabilidade institucional às relações entre Executivo e Legislativo. Mas o regime

autoritário também tinha que lidar com uma contradição que escapava ao seu controle a cada nova rodada eleitoral – dar a aparência de democracia ao governo, garantindo as eleições e o funcionamento da oposição partidária e, assim, correr o risco de perder o jogo político dentro da institucionalidade à medida que a oposição vai conquistando apoio crescente dos eleitores e convencendo a sociedade da necessidade de se redemocratizar o país.

De fato, o MDB teve destacado desempenho eleitoral já em 1974, o que se repetiu, de maneira ainda mais acentuada, em 1978 – e isso a despeito da divisão desigual dos recursos do fundo partidário, pois sua distribuição se baseava no resultado das eleições parlamentares anteriores, o que favorecia, de maneira inercial, a ARENA (KINZO 1988). Mesmo naquela época as campanhas eleitorais exigiam uma soma vultuosa de recursos e o fundo partidário não era suficiente para atender todos os candidatos. Essa era uma vantagem sensível da ARENA na competição eleitoral, mas ainda assim o MDB foi-se estruturando pelo país e ganhando espaço no mercado político com seu discurso oposicionista não apenas ao governo, mas acima de tudo ao regime.

Para fazer frente ao crescimento do MDB e tentar lidar com as contradições de um regime autoritário com eleições e um quadro partidário em operação, os governos militares recorreram ao casuísmo legal, alterando as regras eleitorais ao seu favor e endurecendo a repressão aos oposicionistas (CRUZ & MARTINS, 1984). Mas o temor dos militares em relação à insurreição popular era infundado – a oposição armada ao regime ditatorial nunca teve qualquer chance de vitória, tão inferior era sua capacidade bélica. Por isso, muitos pesquisadores afirmam que o aspecto partidário-eleitoral foi mais determinante como meio de expressão do protesto popular ao regime ditatorial. “Eleições competitivas”, ponderou Lamounier (1988, p. 96), “podem exercer efeitos liberalizantes mesmo dentro de sistemas políticos não competitivos. A existência de um calendário eleitoral com um mínimo de credibilidade constitui por si só uma pressão neste sentido”. Daí fazia todo o sentido a preocupação dos governos autoritários com o discurso e o desempenho eleitoral do MDB.

Destarte, enquanto a repressão era a arma de combate às oposições extra institucionais, da luta armada ou não, a arma de combate à “oposição consentida”, institucional e partidária, tinha que ser mais sutil, embora igualmente eficaz. Nesse caso, o governo manipulava, sistematicamente, as “regras do jogo” eleitoral. Assim, mesmo que a eleição de 1974 tenha significado um ponto de inflexão na credibilidade popular dos militares, as regras eleitorais vinham sendo alteradas com frequência para garantir que a oposição parlamentar jamais constituísse a maioria parlamentar. Isso era especialmente importante porque, ainda no contexto da fachada democrática do regime, havia eleição para Presidente da República. Essa escolha, porém, era indireta, feita pelo Congresso Nacional. Conseqüentemente, para assegurar sucessivas eleições de militares para a Presidência, era necessário ter o controle da maioria das cadeiras legislativas. Como a decisão sobre a composição do Parlamento era do eleitor e o MDB ganhava mercado eleitoral crescentemente, fez-se necessário o casuísmo legal para distorcer a representação sempre que fosse preciso, visando a manter a ARENA como o partido majoritário.⁴⁵

Nesse contexto, a partir da eleição de 1974, pleito no qual a oposição saiu vitoriosa nas urnas, e da desaceleração do crescimento econômico do país, deu-se uma diminuição acentuada na popularidade do regime militar, sem resultar, contudo, em clamores massivos pela dissolução da ditadura. Com os anos, ficou claro que o regime era insustentável a longo prazo e que era necessário planejar um processo de transição, e os militares deram sinais bem claros desse processo. Como observado por O’Donnell e Schmitter (1988, p. 23), “o sinal típico de que se iniciou a transição surge no momento em que esses detentores autoritários do poder começam, por alguma razão, a modificar as suas próprias regras no sentido de oferecer garantias mais seguras aos direitos de indivíduos e grupos”. Mas, utilizando o casuísmo da manipulação das regras

⁴⁵ Conforme Paniagua *et al* (2014, pp. 326-327), “os resultados das eleições de 1974 e a proximidade das eleições do Congresso Nacional em 1978 fizeram com que o regime tomasse novas medidas de caráter jurídico-eleitoral. A Lei nº 6.339 de 1 de junho de 1976, conhecida como Lei Falcão, em referência ao Ministro da Justiça, impôs limites às campanhas eleitorais, buscando refrear a ampliação do MDB na sociedade civil e, conseqüentemente, a sua oposição ao regime, ficando essa lei vigente até o ano de 1982. A outra medida adotada foi a Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, o denominado Pacote de Abril, que estabeleceu a figura do senador biônico, escolhido indiretamente, já para as eleições de 1978 e aumentou a representação parlamentar na Câmara das bancadas do Norte e do Nordeste, áreas onde a ARENA tinha um melhor desempenho eleitoral”.

eleitorais, mecanismos variados de repressão e outros instrumentos institucionais, os governos autoritários não permitiram que ocorresse uma transição brusca de regime. Ao invés disso, a transição veio “de maneira lenta, gradual e segura”, conduzida pela própria cúpula militar, que, dessa forma, ficou imune a de retaliações e punições.

A aprovação da Lei de Anistia de 1979, num Congresso dominado pelos políticos arenistas, evidencia a paulatina liberalização do regime militar, pois possibilitou o retorno de exilados que eram lideranças políticas nacionais. Evidencia também, a estratégia dos militares para garantir impunidade para seus atos durante os governos autoritários. Dessa forma, a punição aos crimes cometidos contra os direitos humanos e políticos foi trocada pela paz interna, pela coesão social e a mudança de regime político. De certo modo, nesse primeiro momento, o vislumbrar da democracia deslocou o foco da atenção social para o processo político da transição. Após a lei de anistia entrar em vigor, as manifestações pelo completo retorno da democracia se tornaram cada vez mais frequentes, sendo a maior delas o movimento das *Diretas Já*, de 1984. Esse movimento envolveu lideranças novas e antigas, sociais e políticas, assim como os novos partidos que surgiram a partir da volta do multipartidarismo e da extinção da ARENA e do MDB, em 1978.⁴⁶

No entanto, o processo de transição da ditadura para a democracia foi bastante alongado. Não há consenso sobre o momento que marca sua conclusão. Pode-se considerar que este tenha sido a eleição e posse do primeiro Presidente civil, em 1985, mas essa escolha ainda foi indireta pelo Congresso Nacional. Pode-se considerar que, na verdade, o encerramento da transição tenha ocorrido com a promulgação da Constituição de 1988, quando se estabeleceu a nova institucionalidade. Pode-se, ainda, considerar que esse momento tenha sido a posse de Collor, em 1990, primeiro Presidente eleito pelo voto popular depois do regime autoritário. Sendo mais exigente, pode-se considerar que foi a eleição e posse de Fernando Henrique Cardoso que de fato concluiu a transição, porque se confirmou a troca de presidentes civis sem qualquer

⁴⁶ Lei nº6.767 de 20 de dezembro de 1979. Segundo Paniágua et al (2014), o bipartidarismo foi excluído como estratégia dos militares implodirem a força do PMDB entre os novos partidos nascentes na década de 1980. Tal plano pode-se dizer que foi bem-sucedido a curto prazo, pois inviabilizou quaisquer acordos para punição dos militares envolvidos com agressões aos direitos humanos, mas, no longo prazo, pode-se dizer que o PMDB saiu fortalecido ainda sendo o maior partido do país.

interrupção. Sendo ainda mais rigoroso, pode-se considerar que essa confirmação da transição somente se completou quando Lula tomou posse, pois, sem qualquer intervenção autoritária, houve alternância do grupo social no poder.

Seja como for, tudo isso mostra um ponto indisputável, a transição democrática brasileira foi bastante negociada, lenta e envolveu vários momentos decisivos. Do ponto de vista da estrutura partidária, a transição gradual de um regime autoritário parcialmente fechado, que manteve eleições e partidos em funcionamento, não significou uma ruptura radical com o quadro anterior, como havia ocorrido quando o golpe de 1964 encerrou a experiência democrática de 1945-64. Pelo contrário, além das elites políticas serem as mesmas, elas participaram da negociação que levou à transição. De fato, elas participaram da própria transição de diversas formas. A extinção da ARENA e do MDB não significou o desaparecimento de suas lideranças, de seus quadros burocráticos e seus militantes, assim como não significou o desaparecimento de suas bases organizacionais, de sua capilaridade social e de seu capital eleitoral. A mudança de sigla foi apenas uma mudança de sigla. Claro que houve um rearranjo dos grupos políticos quando da criação das novas legendas, mas, em linhas gerais, podemos dizer, como já mencionado anteriormente, que os dois principais partidos que surgiram na abertura democrática eram herdeiros diretos dos recursos políticos e das bases da ARENA e do MDB. A própria predominância eleitoral da ARENA foi herdada nos primeiros anos do multipartidarismo competitivo pelo PDS; a posição de segunda força na maioria dos estados e de primeira força em alguns deles do MDB foi herdada pelo PMDB. Mais adiante, o PDS perderia parte dessa estrutura quando da criação do PFL, que, mesmo com a cisão, era um herdeiro indireto da ARENA. O mesmo se deu com o PSDB, herdeiro indireto do MDB.

Portanto, o bipartidarismo do regime autoritário favoreceu a estruturação nacional de duas forças bastante competitivas que, em virtude do processo de transição brasileiro, persistiram no sistema multipartidário da atual democracia de modo tão acentuado que, mesmo com suas ramificações, ainda constituem alguns dos principais partidos do jogo político atual. PMDB, PSDB, PFL/DEM, PDS/PP são as principais forças partidárias que ocupam o espaço que vai do centro à direita no país. Já no caso da

esquerda, surgiram novos partidos que, de modo geral, não tinham vínculos hereditários com o bipartidarismo do regime autoritário – PT e PDT. O sistema multipartidário atual deve então ser compreendido por essa ótica histórica e processual – do ponto de vista do seu padrão de competição e do seu processo de nacionalização, temos a coexistência de partidos herdeiros de uma estrutura e uma dinâmica eleitoral anterior, e partidos que tiveram que se tornar competitivos e nacionalizados depois da abertura democrática. Temos, ainda, diversos partidos pequenos e médios, com graus variados de competitividade e nacionalização.

4.2. A Nacionalização Partidária no Nível Federal

Inicialmente, analiso o padrão de competição do período, buscando identificar o grau de competitividade dos dois partidos do sistema.⁴⁷ Os dados do **Quadro 4** mostram o partido predominante em cada região a cada eleição, com as respectivas porcentagens de votos aproximadas. Nele foi incluído o resultado da primeira eleição para deputados federais depois da adoção do multipartidarismo, com a finalidade de avaliar se a dinâmica do bipartidarismo se manteve como tendência logo depois da abertura. Esses dados permitem uma visualização da evolução histórica do padrão de competição e, assim, algumas constatações sobre essa dinâmica.

Em primeiro lugar, o predomínio geral da ARENA é notório. Isso, entretanto, não pode obscurecer o fato de que o MDB ganhava espaço eleitoral a cada nova eleição, mais em algumas regiões do que em outras, é claro, mas o partido era uma segunda força que começava a ameaçar a liderança da ARENA. Por outro lado, em decorrência das manipulações das regras eleitorais, dos maiores recursos de campanha e do apoio do governo em diversos outros aspectos, a ARENA era o partido mais competitivo num cenário em que o concorrente também era bastante competitivo. Do ponto de vista dos ciclos eleitorais, a ARENA conseguiu se manter dominante em todas as regiões até 1974, quando o MDB assume a liderança nas regiões Sudeste e Sul. Aliás, o MDB

⁴⁷ Na análise da competitividade e da nacionalização partidária na disputa dos cargos de deputado federal e estadual, há dois casos não incluídos – o Distrito Federal e Tocantins. A razão dessa exclusão é a falta de informação dos resultados eleitorais no repositório de dados do TSE.

manteria esse domínio até o final do bipartidarismo e no início do multipartidarismo, já como PMDB. De outra parte, a ARENA manter-se-ia predominante nas regiões Norte e Nordeste durante todo o tempo, e, até 1978, na Região Centro-Oeste.

Apesar dessa ampla liderança na maioria das regiões, a ARENA perdia votos a cada nova eleição em todas elas. Isso significa que os governos militares notaram que, no médio prazo, mesmo com o casuísmo da manipulação das regras eleitorais, mais cedo ou mais tarde a ARENA perderia a posição de liderança em todas as regiões, o que, logicamente, levaria o MDB a ser majoritário no Parlamento, com todas as implicações disso para o regime. Aqui vale parafrasear uma máxima conhecida da política brasileira – era como se os militares concluíssem que era necessário que o governo fizesse a transição [gradual] antes que o povo a fizesse [bruscamente].

Quadro 4. Padrão da Competição para Deputado Federal, com Partido Predominante nas Regiões [1966-1982]

Eleição	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
1966	ARENA [76%]	ARENA [77%]	ARENA [66%]	ARENA [56%]	ARENA [64%]
1970	ARENA [64%]	ARENA [77%]	ARENA [69%]	ARENA [67%]	ARENA [66%]
1974	ARENA [59%]	ARENA [74%]	ARENA [64%]	MDB [57%]	MDB [53%]
1978	ARENA [59%]	ARENA [72%]	ARENA [57%]	MDB [61%]	MDB [48%]
1982	PDS [49%]	PDS [64%]	PMDB [59%]	PMDB [43%]	PMDB [47%]

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Em segundo lugar, isso mostra que o MDB, com seu discurso opositorista e favorável à abertura democrática, ganhava apoio crescente nas regiões mais urbanizadas e industrializadas do país, levando a uma divisão sócio-geográfica da política brasileira naquele período. Essa divisão caminhava para uma posição mais favorável ao discurso democratizante em todas as regiões, mas a maioria que aderiu a essa bandeira surgiu primeiramente no Sul e no Sudeste.

Em terceiro lugar, essa disputa bipartidária fez com que MDB e ARENA ganhassem uma estrutura partidária e um capital eleitoral que iriam catapultá-los à posição de lideranças no padrão de competição que viria a se estabelecer nos primeiros anos da democracia, como mostram os resultados eleitorais de 1982. Já havia ali outros partidos e, mesmo assim, PMDB e PDS dominaram amplamente o mercado eleitoral de todas as regiões⁴⁸. Essa situação somente iria se alterar com o correr dos anos e das sucessivas eleições, quando o sistema multipartidário formal viria a se transformar num multipartidarismo de fato, inclusive altamente fragmentado. Mas, por detrás da elevada fragmentação atual, temos o PMDB/MDB, PDS/PP, PSDB e PFL/DEM como algumas das legendas mais relevantes.

Sem dúvida, portanto, apesar das manipulações das regras eleitorais e da repressão e censura do período autoritário, a competição eleitoral era intensa. Em que medida isso se refletiu na nacionalização dos dois partidos? Na **Tabela 6**, os dados sobre o PNS mostram que a nacionalização partidária atingiu patamares elevados. De fato, a ARENA já entra em cena no quadro bipartidário com um índice bastante alto, mostrando que as elites que se juntaram nessa legenda e o apoio do governo autoritário que se instalava aportaram recursos consideráveis à sua estruturação organizacional e ao seu capital eleitoral. O PNS da ARENA sequer apresenta oscilação relevante durante o período – o partido começa já nacionalizado em termos da homogeneidade dos votos recebidos em todos os distritos e se mantém assim até o final do regime. Os dados sobre 1982, quando já se tratava do PDS, o índice se mantém praticamente inalterado, o que mostra que nacionalização conquistada anteriormente, desde o princípio do sistema bipartidário, foi herdada da ARENA pela nova sigla.

⁴⁸ É de se destacar o sistema eleitoral daquele período que favorecia os dois partidos pelo voto vinculado do eleitor em todas as esferas (federal e estadual). Isso facilitou que os partidos herdeiros da ARENA e do MDB fossem os partidos que os eleitores depositassem seus votos vinculados.

Tabela 6. PNS para a Câmara dos Deputados [1966-1982]

Eleição	ARENA	MDB
1966	0,88	0,72
1970	0,88	0,73
1974	0,84	0,76
1978	0,87	0,80
1982	0,84 [PDS]	0,82 [PMDB]
Média	0,86	0,77

Fonte: TSE. Dados processados pelo autor.

O MDB também se inicia com elevada uniformidade na distribuição de votos pelos distritos. Obviamente, como a competição se restringiu a apenas dois partidos, um do governo e doutro da oposição, o menu de escolhas apresentadas para os eleitores era limitado, o que favoreceu a nacionalização de ambos os partidos em suas votações. Ao longo do tempo, essa escolha restrita favoreceu também a formação de um mercado eleitoral cativo dessas legendas. No caso do MDB, um mercado menor, mas grande e crescente, como mostraram os dados sobre o padrão da competição. E, ainda, um índice de nacionalização elevado em todo o período, com um incremento expressivo a partir de 1978, quando o partido se equipara à ARENA quando ao PNS. Assim como ocorreu no caso da ARENA, que transmitiu sua herança eleitoral e sua nacionalização ao PDS, o MDB teve no PMDB seu herdeiro natural e imediato. Dessa forma, o período multipartidário tem início com dois partidos nacionalizados, herdeiros da nacionalização do bipartidarismo anterior.

4.3. Nacionalização da ARENA e do MDB no nível estadual

O padrão de competição delineado na disputa para deputado federal se reproduziu, com pequenas alterações, na disputa para deputado estadual, como mostram os dados do **Quadro 5**. Nesse nível de disputa, a ARENA foi amplamente

predominante, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mas, dessa vez, liderança no Norte e no Centro-Oeste deixa de existir na eleição de 1982, quando o PDS, seu herdeiro direto, perde a posição para o PMDB. Nessas três regiões, embora predominante, a ARENA perde votos a cada eleição, com a exceção do Nordeste, onde a implantação do multipartidarismo coincidiu com uma elevação do desempenho eleitoral do seu herdeiro PDS ao nível obtido em 1974. Exceto, ainda, no Centro-Oeste, em 1978, quando o partido obtém a maior votação do período na região. Porém, essa elevação se inverte de modo drástico na primeira eleição multipartidária, quando o MDB conquista a liderança na região. Também se repete o padrão nas regiões Sudeste e Sul – a partir de 1974, o MDB assume a liderança na disputa pelos votos, exceto, dessa vez, na eleição de 1978 na Região Sul, onde a ARENA retomou a liderança, que logo foi tomada novamente na eleição seguinte.

Quadro 5. Padrão da Competição para Deputado Estadual com Partido Predominante nas Regiões [1966-1982]

Eleição	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
1966	ARENA [75%]	ARENA [77%]	ARENA [67%]	ARENA [56%]	ARENA [65%]
1970	ARENA [67%]	ARENA [77%]	ARENA [71%]	ARENA [67%]	ARENA [67%]
1974	ARENA [61%]	ARENA [74%]	ARENA [64%]	MDB [58%]	MDB [52%]
1978	ARENA [61%]	ARENA [67%]	ARENA [82%]	MDB [65%]	ARENA [51%]
1982	PMDB [49%]	PDS [74%]	PMDB [59%]	PMDB [43%]	PMDB [55%]

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O multipartidarismo tem início, assim, com o predomínio dos dois partidos herdeiros da ARENA e do MDB diante dos novos partidos que surgiram desde a abertura, como mostram os dados de 1982. O PMDB tornou-se, entretanto, a maior força eleitoral em todas as regiões, exceto no Nordeste. Esse padrão de competição evidencia a tendência de crescimento e predomínio do MDB, levada a cabo depois da abertura pelo PMDB, e de persistência da lógica bipartidária no início do multipartidarismo, tendo como partidos predominantes os herdeiros desse

bipartidarismo. Trata-se aqui, portanto, de um padrão semelhante ao da competição para deputado federal.

No que se refere à nacionalização partidária, temos um padrão similar ao encontrado na esfera federal, em que pese as restrições sistemáticas à competição eleitoral efetiva que o regime civil-militar promoveu. Os dados sobre o PNS, dispostos na **Tabela 7**, mostram que, de modo geral, em comparação com os valores encontrados na disputa para deputado federal, a nacionalização partidária foi ligeiramente mais reduzida para ambos os partidos. Repetiu-se aqui também o grau de nacionalização inicial, elevado para os dois partidos, mas maior no caso da ARENA. Da mesma forma que para deputado federal, a nacionalização da ARENA sofreu redução gradativa ao longo do tempo, mas sem grandes alterações. No caso do MDB, sua nacionalização praticamente se manteve constante em todas as eleições. Também se aplica aqui a mesma explicação anterior, ou seja, era de se esperar um grau elevado de nacionalização desses partidos desde o início do bipartidarismo, pois eles eram as únicas alternativas para a escolha eleitoral. Essa dinâmica estabeleceu uma inércia que, igualmente, manteve-se no multipartidarismo nas disputas para deputado estadual, com dois partidos grandes, competitivos e nacionalizados desde o princípio como herdeiros da situação anterior.

Novamente, a suposição teórica de que se um partido é nacionalizado na esfera federal, patamar mais difícil de ocorrer a nacionalização, esse mesmo partido será nacionalizado na esfera estadual, mostrou-se plausível. Infelizmente os dados dessa época sobre as eleições municipais não estão disponíveis pelo TSE, contudo pode-se presumir que a nacionalização encontrada nestes dois níveis, em princípio, também ocorreria no nível local, especialmente pela ausência de outros competidores.

Finalmente, o exame da nacionalização da ARENA e do MDB possibilita a detecção de uma falha na teoria da nacionalização partidária. Na visão da literatura, a nacionalização partidária elevada seria alcançada somente em regimes democráticos, pois haveria um ambiente propício para a disseminação das pautas nacionais dos partidos (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; MORGENSTERN, 2005; MORGENSTERN e SWINDLE, 2005). Nos estudos

européus e norte-americano, essa suposição teórica é aplicável porque naqueles contextos se estabeleceram estruturas partidárias estáveis. Mas, sua aplicabilidade a contextos discrepantes daqueles, como o brasileiro, submetido a transições frequentes de regime – a passagem da democracia para a ditadura e, posteriormente, da ditadura para a democracia – pode ser questionada. Na verdade, o caso brasileiro mostra que até mesmo em um ambiente não-competitivo e avesso à atuação da oposição e aos protestos sociais, podem se manifestar elevados graus de nacionalização partidária, até maiores do que em períodos democráticos.

Tabela 7. PNS nas Eleições para as Assembleias Estaduais [1966-1982]

Eleição	ARENA	MDB
1966	0,78	0,68
1970	0,80	0,69
1974	0,75	0,69
1978	0,77	0,71
1982	0,73 [PDS]	0,72 [PMDB]
Média	0,77	0,70

Fonte: TSE. Dados processados pelo autor.

Com efeito, os partidos podem adaptar-se ao ambiente autoritário para homogeneizar suas votações pelo território. Sem contar que as características institucionais do regime autoritário podem contribuir para isso – o autoritarismo parcialmente fechado de 1964 não apenas manteve as eleições e permitiu o funcionamento dos partidos como impôs o tipo de sistema partidário que deveria operar o jogo eleitoral. O bipartidarismo não assegurava apenas o controle da competição partidária, mas garantia também que esses partidos, em sendo as únicas escolhas possíveis ofertadas aos eleitores, viessem a se estabelecer em todo o país e a angariar apoio eleitoral uniformemente distribuído. Isso desde que a ARENA sempre tivesse maior votação e conquistasse mais cadeiras no Parlamento. Desse modo, a nacionalização partidária pode ocorrer indistintamente em democracias ou em regimes

autoritários. Isso dependerá do desenho institucional do regime autoritário, a nacionalização pode ser muito elevada ou total, como mostra o caso brasileiro.

A análise da nacionalização partidária no período autoritário brasileiro, portanto, coloca um ponto de interrogação na posição consolidada da literatura, que supõe que partidos nacionalizados são sinônimos de democracia (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; MORGENSTERN, 2005). Partidos nacionalizados, vale repetir, podem surgir em contextos de forte autoritarismo, não ficando restritos apenas ao contexto democrático. Em alguns casos, tampouco a nacionalização partidária significa que a competição eleitoral transcorre em bases justas, com eleições sem fraudes. Esse é um aspecto nunca mencionado na literatura, que prefere associar a nacionalização à democracia efetiva e apontar que a regionalização é prejudicial ao sistema político.

CAPÍTULO 5

NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1986-2014

A análise anterior mostrou que o bipartidarismo do regime autoritário contribuiu para a formação de dois partidos competitivos, estruturados e nacionalizados [ARENA e MDB] que iriam transferir esse legado organizacional e eleitoral aos seus herdeiros [PDS, PFL, PMDB e PSDB] no multipartidarismo que se estabeleceu a partir da abertura democrática. Isso quer dizer que há uma relevante continuidade entre os dois sistemas, favorecida por dois fatores: o tipo de regime autoritário que foi adotado no país e o tipo de transição democrática que levou ao sistema multipartidário. Esses fatores se relacionam com as duas hipóteses de trabalho desta tese, conforme indicadas anteriormente: (1) regimes autoritários totalmente fechados não favorecem a continuidade de partidos anteriores depois da transição democrática e (2) regimes autoritários parcialmente fechados favorecem a continuidade de partidos anteriores depois da transição.

Em autoritarismos parcialmente fechados, como no caso brasileiro, as eleições são mantidas, assim como o funcionamento dos partidos. Se a transição for gradual, é mais provável que esses partidos sejam partícipes desse processo e, assim, assegurem sua sobrevivência no regime democrático, mesmo que tenham que mudar de siglas, fundirem-se com outros ou serem submetidos a cisões. As análises realizadas até aqui deram suporte à segunda hipótese.⁴⁹ Em primeiro lugar, a instalação do regime

⁴⁹ A primeira hipótese não é testável para os períodos analisados, pois tivemos a transição de uma democracia para o autoritarismo e depois para a democracia novamente. Mas, em princípio, ela parece ser passível de corroboração se considerarmos o período anterior à democracia de 1945-64. A implantação do Estado Novo significou a adoção de um regime autoritário totalmente fechado, sem partidos e eleições. Assim, o sistema partidário que se estabeleceu a partir de 1946 não tinha relações estruturais com os partidos da Primeira República e nem com aqueles que estiveram presentes nas eleições constituintes de 1933. Os grupos políticos, é claro, eram praticamente os mesmos, mas as organizações partidárias foram implantadas sem relação com as anteriores, no geral, inexistentes.

autoritário levou à ruptura do sistema partidário vigente em 1945-64. Foram impostas novas legendas num bipartidarismo compulsório. Mas isso, juntamente com a manutenção do processo eleitoral, indicou que, do ponto de vista político, tratava-se de um autoritarismo parcialmente fechado. Nesse caso, fazia sentido a conferência da validade da hipótese de que há continuidade de partidos quando se transita do autoritarismo parcialmente fechado para a democracia. Mas, no período inicial de estabelecimento do multipartidarismo, o predomínio dos herdeiros diretos da ARENA e do MDB, com alta competitividade e elevada nacionalização, inibiu o crescimento dos novos partidos que foram criados depois da abertura. O multipartidarismo só foi estabelecido de fato em meados dos anos 1980 e consolidado nos anos 1990, com o aumento expressivo da fragmentação partidária e da volatilidade eleitoral (PERES, 2005).

No entanto, a mudança de sistema partidário não cria barreiras intransponíveis entre os grupos políticos depois da transição. Antes de rupturas abruptas entre as formações partidárias, há continuidades entre a classe política anterior e a nova classe política que assume o protagonismo na redemocratização. Se ARENA e MDB haviam sido formados pelos membros dos partidos extintos, em 1967, então, após a dissolução do bipartidarismo, esses dois partidos também seriam a base para alguns dos partidos no multipartidarismo. Em estudo sobre as carreiras partidárias de deputados federais entre 1982 e 2002, Madeira (2006) mostrou haver continuidade entre ex-arenistas e ex-emedebistas durante as primeiras décadas democráticas. Estes vieram a ocupar postos importantes na arena parlamentar, desde liderança de bancadas até presidência das duas casas legislativas, assim como cargos majoritários – prefeituras e governos estaduais. Ainda, tais políticos tornaram-se importantes para a unidade e a manutenção de laços de lealdades dentro da estrutura organizativa dos partidos contemporâneos.

Mas, em que medida os partidos herdeiros diretos e indiretos conseguiram manter seus níveis de nacionalização no atual sistema multipartidário? Quais partidos, incluindo-se os novos, tiveram mais eficácia na nacionalização partidária após a redemocratização? Há um processo de gradativa nacionalização dos partidos? A

expectativa é que a nacionalização partidária apresente diferenciações, na medida em que passamos da esfera nacional para a esfera local, e que tenhamos um quadro de demarcada diversidade, com partidos mais nacionais, outros mais regionais, alguns grandes, outros médios e pequenos, alguns mais competitivos e outros menos competitivos.

5.1. Contexto Político

A transição para a democracia recuperou algumas características institucionais de 1946-1964: presidencialismo, federalismo, bicameralismo, o multipartidarismo e representação proporcional de lista aberta. A junção desses fatores é uma peculiaridade brasileira definida por Abranches (1988) como “presidencialismo de coalizão”, pois é indispensável a formação de alianças partidárias majoritárias no Legislativo para dar suporte ao Presidente da República. Por um lado, de acordo com o autor, esse modelo de governabilidade correspondia à heterogeneidade da população e à pluralidade de interesses, pois a representação proporcional e o multipartidarismo levavam essa diversidade de demandas ao sistema político. O presidencialismo correspondia, por sua vez, à tradição brasileira, de modo que a adoção do parlamentarismo, como preconizado por diversos grupos políticos, resultaria na opressão de vozes discordantes na arena política causando uma homogeneidade artificial e arbitrária. Por outro lado, a fragmentação partidária no Parlamento pode ser constante fonte de tensão entre o Presidente e o Congresso, ocasionando crises de governabilidade.

Para Abranches (1988), este é o dilema institucional brasileiro: garantir a representação da pluralidade de interesses da heterogênea sociedade brasileiro e, ao mesmo tempo, gerar governabilidade num contexto de elevada fragmentação parlamentar. Esse dilema caracterizaria a dinâmica da política do atual período democrático – coalizões de governo, negociações, crises ocasionais, crises mais agudas, tensões entre Presidente e parlamentares, e até dois impeachments. No centro desse dilema temos a forma de governo – o presidencialismo – e os partidos –

multipartidarismo. De fato, a fragmentação partidária cresceu desde a redemocratização e é uma das mais elevadas do mundo. Nesse quadro de alta fragmentação e, conseqüentemente, de acirrada competição eleitoral, a nacionalização dos partidos aferida em votos homogêneos provavelmente será impactada de modo negativo.

Como já discutido, na eleição para a Câmara dos Deputados, em 1982, o bipartidarismo anterior privilegiou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Democrático Social (PDS) que, somados, alcançaram 90,9% dos votos válidos, elegendo um total de 435 deputados para as 479 vagas em disputa (NICOLAU, 1996, p.34). Esses resultados mostravam uma continuidade do modelo bipartidário, com a balança pendendo para os peemedebistas. O predomínio do PMDB atingiu seu ápice nas eleições 1986, amparado na falsa estabilidade da moeda plano Cruzado, nos primeiros anos do governo do presidente José Sarney (MAINWARING, 1993; NICOLAU, 1996; FERREIRA e RIBEIRO, 2009). Nessa eleição, o PMDB obteve 77% dos votos para o Senado, conquistando 38 das 49 cadeiras disponíveis. Para a Câmara dos Deputados, o partido obteve 53,4% dos votos e elegeu 260 deputados federais. O destaque, contudo, foi a vitória esmagadora na disputa pelos governos estaduais – 95% dos cargos ficaram com o PMDB. Todavia, a crise ocasionada pelo do fracasso do plano econômico no governo Sarney recaiu por completo sobre o PMDB na eleição seguinte, quando o partido sequer conseguiu levar seu candidato presidencial para o segundo turno em 1989.

O declínio eleitoral do PMDB e dos partidos de direita alinhados com a antiga ARENA, foi se acentuando nas eleições posteriores, à medida que novos partidos ganhavam representatividade. O começo da fragmentação partidária pode ser identificado na vitória de Fernando Collor de Melo no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, pelo inexpressivo PRN. Então, a partir da primeira eleição presidencial depois da redemocratização, o jogo político começou a tomar a forma de um equilíbrio de forças em torno de sete partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), Partido da

Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT).

A gravidade da crise econômica, a hiperinflação, planos econômicos falhos e as denúncias de corrupção aumentaram o descrédito dos partidos políticos, tanto os herdeiros diretos e indiretos como os novos, com a exceção da esquerda. A situação de desânimo com a democracia atingiu seu auge por meio do processo de *impeachment* do presidente Collor de Melo, em 1992. Assumiu em seu lugar o Vice-Presidente Itamar Franco, do PMDB. Esse “mandato tampão” foi marcado por um acordo entre as lideranças partidárias visando ao controle da instabilidade política até as eleições gerais de 1994. O principal beneficiado desse curto mandato presidencial foi o PSDB – o partido participou diretamente do Plano Real.

O sucesso do Plano Real colocou a variável econômica como a principal plataforma política do PSDB na campanha presidencial de 1994, contra um candidato de forte apelo popular, Lula da Silva. Os bons “ventos” da economia brasileira ajudaram Fernando Henrique Cardoso a ser eleito Presidente da República, no primeiro turno em 1994, algo que se repetiria em 1998. Desse ponto em diante a trajetória político-partidária manteve-se sem grandes sobressaltos (RANULFO MELO, 2007), afora os intermináveis escândalos de corrupção, até a grave crise política que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Do ponto de vista partidário, apesar de não ter havido grandes perturbações no quadro geral, a fragmentação partidária sofreu incremento expressivo, especialmente depois da Lei da Fidelidade Partidária, de 2007, que incentivou o surgimento de novos partidos de um modo mais acentuado.

Outro padrão que caracterizou esse período é a formação de uma lógica bipolar na competição para a Presidência da República, desde a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao cargo pela primeira vez. Desde então, essa disputa é protagonizada pelo PT e o PSDB, contando com uma terceira força eleitoral, variável conforme a eleição. Os dados da Tabela 8. mostram essa dinâmica bipolar nas eleições presidenciais.

TABELA 8. Resultados das Eleições Presidenciais [1989-2014]

1º colocado	Partido	Votação	2º colocado	Partido	Votação
Eleição de 1989					
Collor	PRN	53%	Lula	PT	47%
Eleição de 1994					
FHC	PSDB	54%	Lula	PT	27%
Eleição de 1998					
FHC	PSDB	54%	Lula	PT	32%
Eleição de 2002					
Lula	PT	61%	Serra	PSDB	39%
Eleição de 2006					
Lula	PT	61%	Alckmin	PSDB	39%
Eleição de 2010					
Dilma	PT	56%	Serra	PSDB	44%
Eleição de 2014					
Dilma	PT	52%	Aécio	PSDB	48%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

* **Nota Explicativa:** Os votos válidos das eleições de 1994 e de 1998 correspondem ao primeiro turno, enquanto as demais correspondem ao segundo turno.

Se na eleição presidencial observa-se um dualismo entre tucanos e petistas, nas eleições parlamentares há uma pluralidade de grupos políticos com representação parlamentar. Em alguma medida um dos incentivos à fragmentação partidária, é representação proporcional de lista aberta.⁵⁰ No que concerne ao sistema majoritário, a forma de escrutínio sofreu importante alteração, se comparado ao da Segunda República, qual seja, o acréscimo de mais um turno eleitoral⁵¹ para a validação do

⁵⁰Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. *Texto Constitucional de 1988.*

⁵¹Art. 77, Inciso 3º - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos. *Texto Constitucional de 1988.*

vencedor do pleito. É válido considerar que essa alteração teve o intuito prático de conceder maior legitimidade ao candidato vencedor, pois, no sistema multipartidário das décadas de 1950 e 1960, as vitórias eram sempre contestadas pela oposição, notadamente a UDN. Não obstante, a elevada fragmentação partidária atual não deve ser toda debitada na conta da representação proporcional, como o fazem alguns pesquisadores (MAINWARING, 2001; AMES, 2003), uma vez que a fragmentação de 1945-64 era bastante menor e a fórmula eleitora era similar. Portanto, o sistema eleitoral é apenas mais uma dentre outras possíveis variáveis explicativas da alta fragmentação partidária brasileira (NICOLAU, 1996).

5.2. A Estrutura Organizativa dos Partidos

Os partidos brasileiros têm um histórico de frequentes interrupções, provocadas por transições de regime político. Assim, a Lei dos partidos políticos, nº 9.096,⁵² de setembro de 1995, foi um avanço para o fortalecimento e a estabilidade dessas organizações. As leis pré-existentes que regulavam a estrutura organizativa dos partidos foram alteradas com a implantação dessa nova lei que redefiniu sua forma de atuação e da campanha eleitoral. Ela propiciou maior investimento nos partidos, por meio das verbas do fundo partidário, facilitando a sobrevivência das legendas nos períodos entre as eleições (RIBEIRO, 2008).⁵³ De forma adicional, a nova legislação concede ampla autonomia para o uso desses recursos,⁵⁴ algo poderoso nas mãos dos

⁵² **Artigo 5º** - A ação do partido tem caráter nacional e é exercida de acordo com seu estatuto e programa, sem subordinação a entidades ou governos estrangeiros.

Artigo 7º - O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, registra seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

Inciso 1º - Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

Inciso 2º - Só o partido que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, nos termos fixados nesta lei. *Texto Constitucional de 1988.*

⁵³ O Fundo Especial de Assistência Financeira aos partidos políticos – conhecido como fundo partidário – repassa verbas de forma proporcional ao tamanho das bancadas de cada legenda na eleição anterior.

⁵⁴ Nas eleições municipais de 2016 houve mudanças nas regras de financiamento das campanhas eleitorais proibindo o financiamento privado.

líderes partidários que podem influenciar financeiramente o futuro político das facções internas de suas respectivas legendas.⁵⁵

O critério proporcional da divisão do financiamento estatal aos partidos favorece os partidos maiores, normalmente os mais antigos. Isso pode ser essencial para a nacionalização partidária. É provável que os partidos com mais longevidade, ou seja, aqueles criados logo após a abertura democrática, por serem mais competitivos e nacionalizados, entrem no círculo virtuoso de receberem mais recursos que, por sua vez, asseguram maior estrutura de campanha e maior competitividade nacionalizada.

No Quadro 6, podemos conferir a longevidade dos atuais partidos.⁵⁶ Percebe-se que temos três ciclos de criação de legendas. O primeiro ciclo é de partidos emergidos do período de abertura, ainda sob regime civil-militar – são aqueles que aproveitaram o retorno de lideranças exiladas ou foram criados em virtude do seu posicionamento combativo ao regime, casos de PDT, PMDB, PT. Mesmo aquelas lideranças que colaboraram com o regime civil-militar aproveitaram a abertura política para criar partidos alheios à interferência do governo [PFL/DEM e PDS/PP]. Desse ciclo inicial de geração de partidos, quase todas as siglas tiveram que passar pelo teste importante de sobrevivência partidária: a perda do principal líder da sigla. O PMDB perdeu Ulysses Guimarães,⁵⁷ o PDT perdeu Leonel Brizola,⁵⁸ e o DEM perdeu Antônio Carlos Magalhães⁵⁹. Apesar das flutuações de votos a cada pleito, estes partidos permanecem sendo muito relevantes na política nacional.

⁵⁵ Um exemplo do efeito do dinheiro em campanhas pode ser vislumbrado nos resultados obtidos pelos candidatos aos cargos de prefeito e vereador das capitais brasileiras em 2012. Conforme mostrou o estudo de Conceição e Vasconcelos (2015), o financiamento partidário era decisivo para o sucesso dos candidatos para os cargos majoritários. Em contrapartida, os candidatos a cargos parlamentares podiam prescindir desse apoio.

⁵⁶ Alguns indicadores de organização partidária, disponibilizados pelo TSE, são: a) *Longevidade* – ano de fundação partidária e indicação de alteração no nome da sigla; b) *Estrutura* – quantidade de diretórios municipais constituídos pelas siglas analisadas até o ano de 2016; c) *Filiação* – número de filiados nacionais até o ano de 2016. Estes indicadores organizativos serão importantes para comparar com o estágio de nacionalização dos partidos.

⁵⁷ Principal político no combate do MDB ao regime civil-militar e um dos principais articuladores da Constituição Federal de 1988.

⁵⁸ Leonel Brizola foi um dos políticos mais emblemáticos da história brasileira tanto na experiência democrática de 1946-1964 quanto na redemocratização.

⁵⁹ Político baiano importante que ajudou a sustentar os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quadro 6. Longevidade dos partidos brasileiros

Partido	Número	Ano de Registro	Alteração da Sigla	Situação
DEM	25	1986	Sim	Ativo
PAN	26	1995	Não	Inativo
PC do B	65	1988	Não	Ativo
PCB	21	1996	Não	Ativo
PCO	29	1997	Não	Ativo
PDT	12	1981	Não	Ativo
PEN	51	2012	Não	Ativo
PGT	-	1995	Não	Inativo
PHS	31	1997	Sim	Ativo
PMDB	15	1981	Não	Ativo
PMB	35	2015	Não	Ativo
PMN	33	1990	Não	Ativo
PP	11	1980	Sim	Ativo
PPL	54	2011	Não	Ativo
PPS	23	1992	Não	Ativo
PR	22	2006	Sim	Ativo
PRONA	56	1990	Sim	Inativo
PRB	10	2005	Sim	Ativo
PROS	90	2013	Não	Ativo
PRP	44	1991	Não	Ativo
PRTB	28	1997	Não	Ativo
PSB	40	1988	Não	Ativo
PSC	20	1990	Não	Ativo
PSD	55	2011	Não	Ativo
PSDB	45	1989	Não	Ativo
PSDC	27	1997	Sim	Ativo
PSL	17	1998	Não	Ativo
PSOL	50	2005	Não	Ativo
PSTU	16	1995	Sim	Ativo
PT	13	1982	Não	Ativo
PTB	14	1981	Não	Ativo
PTC	36	1990	Sim	Ativo
PV	43	1993	Não	Ativo
SD	77	2013	Não	Ativo
REDE	18	2015	Não	Ativo
PODE	19	1997	Sim	Ativo
NOVO	30	2015	Não	Ativo
Avante	70	1994	Não	Ativo

Fonte: Dados Eleitorais TSE.

Portanto, a idade partidária mostra que as legendas que surgiram no começo da redemocratização estão todas bem inseridas na vida política brasileira, com menor ou maior destaque na participação efetiva no poder executivo ou no papel, minoritário, de oposição parlamentar. Daí temos, o segundo ciclo de novos partidos, da década de 1990 até meados de 2000. Surgem legendas de média a pequeno porte com interesses voltados para grupos específicos do eleitorado. É de se destacar, dessa época, o Partido Verde, conectado com causas de proteção ambiental, o PSOL, ligado aos interesses do trabalhador em uma vertente de combate radical ao interesse do capital financeiro, e, ainda, o PRB, partido voltado aos eleitores de matriz religiosa neopentecostal. Basicamente, estas novas organizações partidárias buscaram se desvencilhar da imagem dos partidos tradicionais, adicionando novas pautas para o eleitorado.

O último ciclo de criação de novas legendas é bem recente, com partidos com menos de dez anos de atuação, mas que conseguiram rapidamente ganhar relevância política. Em comum, a intenção de se buscar o centro da política brasileira, como é o caso do reformulado PSD, assumidamente contrário a ser rotulado seja como partido de esquerda seja como partido de direita. Sua estratégia foi ser pragmático nas suas alianças. Esse também é o caso partido Solidariedade, fundado em 2013, que abarcou vários políticos de centro para suas fileiras e obteve bons resultados eleitorais.

Em resumo, os partidos com fundação mais antiga são aqueles que dominam as articulações governamentais nessas últimas décadas. Os partidos mais novos ainda têm um papel secundário de oposição e busca de atração de filiados e de eleitores. Ainda em termos de longevidade, a alteração da sigla partidária foi um fato raro nesse período democrático, já que esse foi um recurso utilizado, na maioria das vezes, em casos de fusão de partidos [PP] ou de tentativa de renovação da sua imagem [DEM]. Mais recentemente, tem-se visto uma tendência de modernização das imagens das organizações partidárias, após os escândalos de corrupção envolvendo políticos e grandes empresários, investigados pela Polícia Federal desde 2014. A sigla via *slogan* está ganhando também novos adeptos em razão de fenômenos políticos

internacionais,⁶⁰ que buscam produzir uma relação mais direta com a população. Talvez muitos partidos brasileiros busquem desvincular as siglas desgastadas com escândalos de corrupção por lemas de fácil apreensão para o eleitor.

Essa variedade de partidos, com idades também variadas, investiu em maior ou menor grau na construção de estruturas organizacionais pelo território nacional. Essa estruturação pode envolver duas estratégias que podem ser combinadas, a depender do interesse de cada partido e das circunstâncias (GUARNIERI, PERES e RICCI 20018). O partido pode estabelecer um diretório permanente ou um diretório provisório, denominado de Comissão Provisória.⁶¹ De modo geral, as Comissões Provisórias são mais recorrentes do que a formação de diretórios permanentes. A quantidade de municípios impede que os partidos tenham tempo para tomar suas decisões de maneira burocratizada e em convenções. Muito do controle é feito pelas instâncias estaduais que indicam quem coordena as atividades da sigla em uma localidade. Os diretórios municipais, portanto, impediriam que decisões fossem tomadas de maneira mais rápida e pragmática. Por isso os partidos recorrem com frequência às Comissões Provisórias, dado que elas permitem maior controle das lideranças sobre a organização, inclusive das instâncias nacionais sobre as demais (GUARNIERI, 2011; GUARNIERI, PERES e RICCI 2018).

5.3. Nacionalização Partidária na Esfera Federal

Em virtude das alterações provocadas pela entrada em vigor do novo orçamento disponibilizado para os partidos pela Lei nº 9.096, de 1995, os dados analisados desse período consideram as eleições desde 1996. Isso ainda se justifica por duas razões – pela incompletude dos dados do TSE para as eleições municipais anteriores ao pleito de 1996 e por retratar um período no qual o jogo político estabilizou-se em torno de partidos que não desaparecem com tanta velocidade. Além

⁶⁰ É o caso do partido PODEMOS na Espanha e do *En Marche!* na França que conquistaram muitos votos tentando fugir dos estereótipos dos partidos tradicionais.

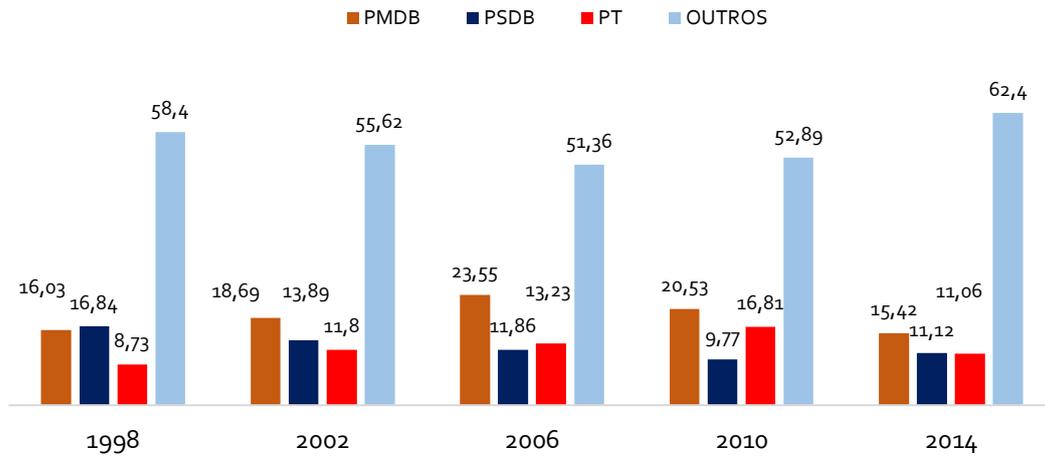
⁶¹ Os dados organizativos sobre o número de diretórios de cada partido podem ser acessados por meio desse link: <<http://www.tse.jus.br/sadJudSGIP/paramPesquisaOrgaoPartidario.jsp>>. Acessado em 28/04/2017.

disso, o *software electionsBR*, utilizado para coletar os dados eleitorais desse período só cobre a totalidade dos pleitos a partir de 1996. Portanto, a eleição de 1994, que seria o pontapé, de fato, de uma estabilização do jogo político ficou de fora da análise.

Na sequência de gráficos, a seguir, podemos conferir a competitividade para a Câmara dos Deputados dos três partidos que já ocuparam a Presidência da República – PMDB, PT e PSDB – e que, além de serem os mais relevantes, como veremos mais adiante, estão entre os mais nacionalizados. Os dados estão agregados por região e mostram que o PMDB teve o melhor desempenho. Exceto na região Sudeste, onde nunca ultrapassou a barreira dos 10% dos votos, nas demais regiões obteve média em torno de 18%. Essa excepcional votação garante ao partido o posto de legenda mais competitiva do sistema partidário nesse nível de disputa. Isso mostra como a longevidade, além do histórico de oposição ao regime civil-militar, facilitou a consolidação de seu domínio.

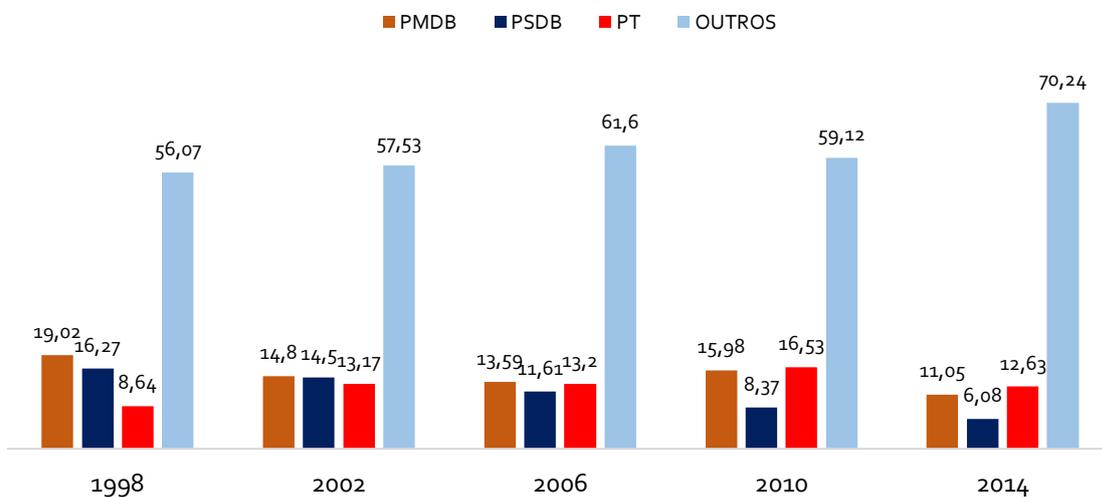
No que se refere ao PSDB, podemos observar que esse partido obteve os melhores resultados nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, apresentando votação decrescente nas regiões Norte, Nordeste e Sul. Inversamente, a partir de 2002, o PT aumentou sua votação em todas as regiões, apesar redução generalizada na eleição de 2014, algo que também ocorreu com o PSDB. Como veremos mais adiante, essa mudança afetou a competição eleitoral por cargos, executivos e legislativos, mas não afetou a nacionalização adquirida por esses partidos.

Gráfico 13. Votação para a Câmara dos Deputados na Região Norte [1998-2014]



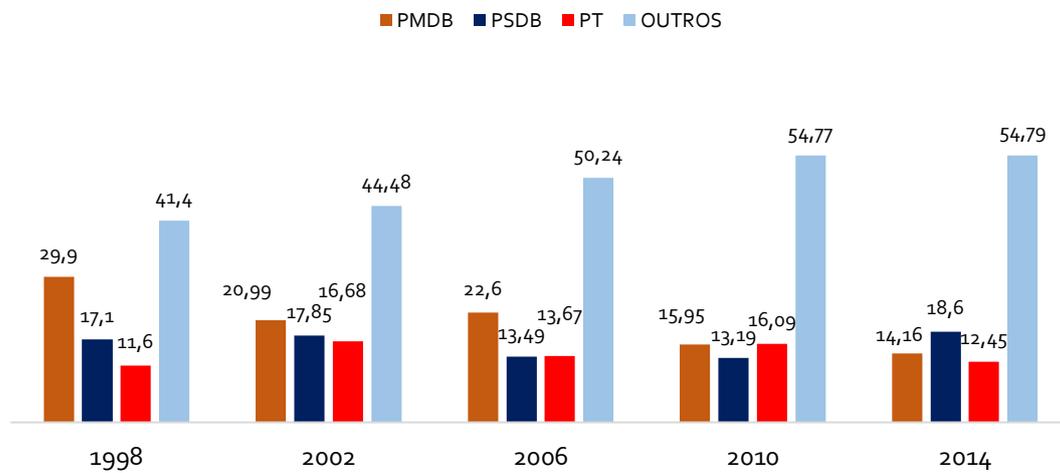
Fonte: Dados Eleitorais TSE.

Gráfico 14. Votação para a Câmara dos Deputados na Região Nordeste [1998-2014]



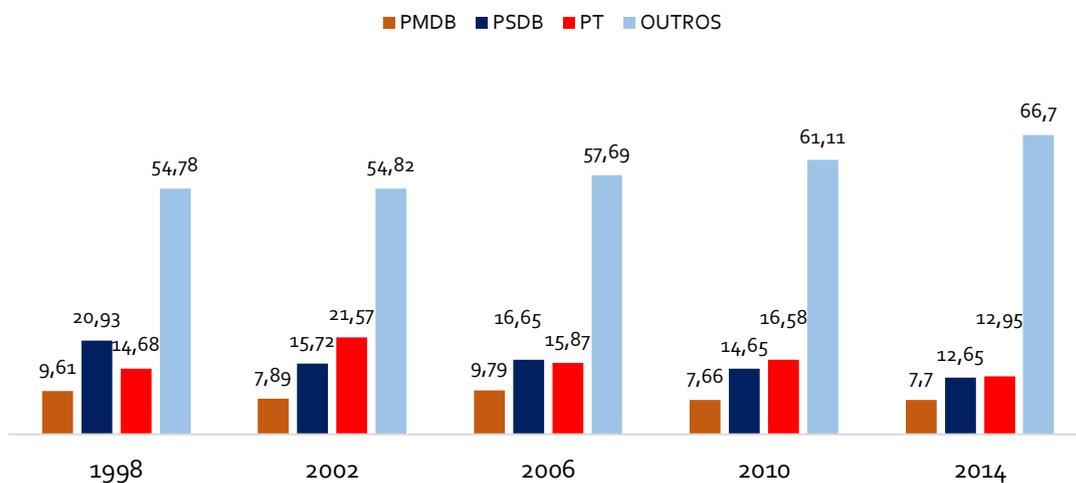
Fonte: Dados Eleitorais TSE.

Gráfico 15. Votação para a Câmara dos Deputados na Região Centro-Oeste [1998-2014]



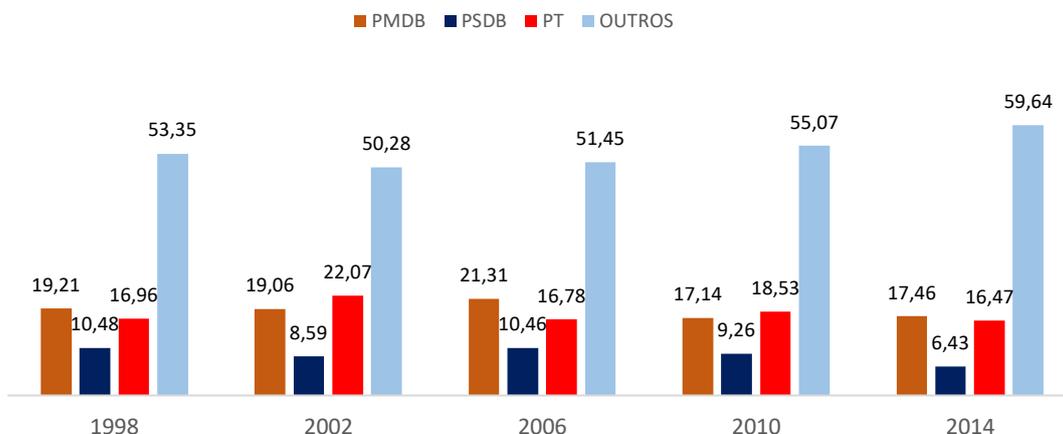
Fonte: Dados Eleitorais TSE.

Gráfico 16. Votação para a Câmara dos Deputados na Região Sudeste [1998-2014]



Fonte: Dados Eleitorais TSE.

Gráfico 17. Votação para a Câmara dos Deputados na Região Sul [1998-2014]



Fonte: Dados Eleitorais TSE.

Um dado contrastante com o sistema partidário de 1945-1964 é o percentual de votos, somados, dos três principais partidos. Se antes PSD, UDN e PTB controlavam a imensa maioria dos votos para a Câmara dos Deputados, quase 75%, atualmente, a competitividade aumentou, aliada à crescente fragmentação. Nesse novo período democrático, PMDB, PSDB e PT somam de 35% a 45% dos votos válidos nas regiões. De fato, o voto somado dos outros partidos é muito mais elevado em quase todas as situações, exceto no Centro-Oeste, onde sua predominância se dá a partir de 2006, girando, a partir disso, em torno de 52% em média. No Norte, os outros partidos têm uma média de cerca de 55%; no Nordeste, aproximadamente 60%; no Sudeste, 56%; no Sul, 54%. Em grande medida, a competitividade do sistema partidário atual na disputa para a Câmara dos Deputados deve-se à elevada fragmentação partidária, com um montante expressivo tanto de partidos nominais como no número efetivo de partidos.

Além disso, se no sistema partidário de 1945-1964 a dominação eleitoral dos três principais partidos se deu em meio a um quadro de instabilidade institucional, resultando no golpe civil-militar de 1964, a falta de dominância dos três principais partidos na redemocratização resultou em dois processos de *impeachment* presidencial, de Fernando Collor, em 1992, e de Dilma Rousseff, em 2016.

Em relação à nacionalização partidária, é importante considerar alguns pontos. Alguns partidos que mudaram de nome ou sofreram fusão, tiveram seus resultados agregados à nova sigla – casos do DEM, do PHS,⁶² do PP,⁶³ do PSDC,⁶⁴ do PTC,⁶⁵ do PRB,⁶⁶ e do PR.⁶⁷ Este último, resultou de fusão de dois partidos que obtinham similar margem de votos antes da fusão [PL e PRONA]. Os votos do PL, antes da fusão com o PRONA, estão adicionados aos votos recebidos pelo PR. A coleta de dados das percentagens de voto partidário para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Estaduais cobre as eleições de 1998 até 2014 em todas as unidades federativas.

Na Tabela 09 são apresentados os valores do PNS calculado para as eleições do período. Se observarmos as trajetórias partidárias, de modo geral, a conjuntura é de gradativo aumento da capacidade de homogeneização de votos pelos distritos. Mas, ainda assim, os resultados reforçam a visão da literatura sobre a baixa nacionalização do sistema partidário brasileiro. Apenas dois partidos atingem, na média, o estágio de

⁶² “Finalmente em 28.01.2000, o Partido da Solidariedade Nacional – PSN, requereu mediante expediente protocolizado sob nº 374/2000, juntada aos autos da supramencionada petição, nova mudança de nomenclatura e sigla para Partido Humanista da Solidariedade – PHS, deferida em sessão de 30.05.2000, nos termos da Resolução/TSE nº 20.636, publicada no Diário da Justiça de 25.08.2000”. Fonte: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos.pdf>>.

⁶³ “Em sessão do dia 29.05.2003 o Partido Progressista Brasileiro – PPB teve deferido o pedido de mudança de nomenclatura e sigla para Partido Progressista – PP (PET 104, Resolução nº 21.401, publicada no Diário da Justiça de 04.07.2003)”. Fonte: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos.pdf>>.

⁶⁴ “O Partido Democrata Cristão – PDC, por seu presidente nacional, o Sr. José Maria Eymael, solicitou a concessão do registro provisório, o qual originou o processo de registro nº 268. Antes mesmo de ser levado a julgamento, o referido partido, mediante petição protocolizada sob nº 7606/95, juntada ao processo acima citado, solicitou a esta egrégia Corte para que fosse mudada a nomenclatura e sigla para Partido Social Democrata Cristão – PSDC, sendo deferida em sessão de 17.08.1995, nos termos da resolução/TSE nº 19.333, publicada no Diário da Justiça de 06.09.1995”. Fonte: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos.pdf>>.

⁶⁵ “Por último, o PRN, mediante petição protocolizada sob nº 25225/ e 25325/2000, juntada a supracitada petição, requereu nova mudança de nomenclatura e sigla para Partido Trabalhista Cristão – PTC, deferida em sessão de 24.04.2001, nos termos da Resolução/TSE nº 20.796, publicada no Diário da Justiça de 08.06.2001”. Fonte: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos.pdf>>.

⁶⁶ “Mediante petição protocolizada sob nº 13318/2005, Sanny Braga Vasconcelos, OAB/DF 18.965, requereu a mudança de nomenclatura e sigla Partido Municipalista Renovador – PMR, para Partido Republicano Brasileiro – PRB, deferida em sessão de 11.03.2006, nos termos da resolução/TSE nº 22.167, publicada no Diário da Justiça de 31.03.2006”. Fonte: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos.pdf>>.

⁶⁷ “Os presidentes nacionais do Partido Liberal – PL e do Partido de Reedificação da Ordem Nacional – PRONA, em 07.11.2006, requerem a esta Corte, mediante petição protocolizada sob nº 24.858/2006 (RGP 305), o pedido de fusão do PL com o PRONA, dando origem ao Partido da República – PR, deferido, nos termos da resolução/TSE nº 22.504, publicada no Diário da Justiça, em 12.02.2007”. Fonte: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos.pdf>>.

nacionalização: PMDB e PT. Porém, esses dados, em alguma medida, rejeitam uma hipótese clássica defendida por Schattschneider (1960), qual seja, que as eleições presidenciais favorecem a nacionalização de alguns partidos na esfera federal, em razão da exposição do candidato nas campanhas eleitorais nacionais. Para o caso norte-americano, isso se mostrou verdadeiro, mas, para o caso brasileiro, não se mostrou totalmente válida. Na eleição de 1998, por exemplo, o PSDB estava no patamar nacionalizado, contudo, quando saiu do poder, teve um retrocesso nessa capacidade de homogeneização do voto. Se as eleições presidenciais influenciassem, fortemente a nacionalização, o PSDB deveria estar nacionalizado nas eleições subsequentes, porque sempre foi competitivo na disputa presidencial, contando ao menos com uma vaga para o segundo turno em todas as disputas desde 1994.

No período analisado, o PMDB esteve fora da Presidência da República, entretanto, participou de todas as coalizões governativas. Isso pode ter sido um fator que pesou para a persistência de sua nacionalização nacionalizado, já que esse indicador sinaliza o avanço ou o retrocesso nos níveis de nacionalização. O PT, por sua vez, pode ser considerado um partido que, a despeito da sua imagem de opositorista de esquerda, conseguiu atingir o eleitor de centro tão eficazmente quanto o PMDB. Sobre isso, Ribeiro (2008) mostra como a alteração na forma de financiamento partidário e na facção dominante dentro da sigla facilitaram sua conversão em uma máquina eleitoral na medida em que as verbas do fundo partidário aumentaram. Esse aporte de recursos possibilitou que a estratégia do partido fosse modificada, investindo num discurso mais brando contra o mercado financeiro e fazendo concessões ao centro nas campanhas eleitorais vitoriosas de 2002 até 2014.

Tabela 09. PNS nas Eleições para a Câmara dos Deputados [1998-2014]

	1998	2002	2006	2010	2014	Média
DEM	0,66	0,63	0,62	0,61	0,54	0,61
PAN	0,22	0,37	0,23	-	-	0,27
PC do B	0,46	0,37	0,50	0,46	0,51	0,46
PCB	0,33	0,31	0,18	0,18	0,37	0,27
PCO	0,08	0,30	0,29	0,09	0,13	0,18
PDT	0,54	0,57	0,60	0,57	0,60	0,58
PEN	-	-	-	-	0,24	0,24
PGT	0,13	0,27	-	-	-	0,20
PHS	0,26	0,48	0,47	0,45	0,43	0,42
PMDB	0,72	0,72	0,75	0,74	0,72	0,73
PMN	0,20	0,26	0,24	0,32	0,28	0,26
PP	0,62	0,69	0,63	0,64	0,66	0,65
PPL	-	-	-	-	0,27	0,27
PPS	0,38	0,56	0,47	0,50	0,44	0,47
PR	0,39	0,54	0,61	0,63	0,73	0,58
PRONA	0,40	0,10	0,27	-	-	0,26
PRB	-	-	0,18	0,50	0,62	0,43
PROS	-	-	-	-	0,40	0,40
PRP	0,32	0,43	0,49	0,49	0,35	0,42
PRTB	0,29	0,29	0,25	0,24	0,17	0,25
PSB	0,32	0,41	0,59	0,55	0,55	0,48
PSC	0,27	0,27	0,36	0,49	0,47	0,37
PSD	0,19	0,25	-	-	0,61	0,35
PSDB	0,72	0,61	0,66	0,67	0,63	0,66
PSDC	0,20	0,18	0,41	0,33	0,31	0,29
PSL	0,11	0,22	0,33	0,28	0,25	0,24
PSOL	-	-	0,50	0,40	0,38	0,43
PST	0,19	0,21	-	-	-	0,20
PSTU	0,44	0,54	0,44	0,48	0,40	0,46
PT	0,64	0,72	0,76	0,76	0,70	0,72
PT do B	0,18	0,21	0,27	0,20	0,33	0,24
PTB	0,53	0,52	0,58	0,55	0,49	0,53
PTC	0,28	0,42	0,24	0,32	0,45	0,34
PTN	0,22	0,40	0,19	0,41	0,24	0,29
PV	0,34	0,40	0,46	0,49	0,40	0,42
SD	-	-	-	-	0,61	0,61

Fonte: TSE. Dados processados pelo autor.

Os partidos considerados desnivelados – que se aproximam do estágio de nacionalização – são: DEM, PDT, PP, PR, PSDB, PTB e Solidariedade. Excetuando-se este último, de origem recente, todos os outros partidos são mais antigos e consolidados. Isso reforça a indicação de que a longevidade está associada à nacionalização partidária – quanto mais os partidos conseguem ser os primeiros a organizarem sua estrutura burocrática e manter-se na arena eleitoral, mais conseguem votações homogêneas pelo território. Uma ressalva deve ser feita, entretanto, no caso do PSDB, que provavelmente alcançaria uma nacionalização média um pouco maior se fossem incluídos na os dados da eleição de 1994, na qual o partido conquistou, pela primeira vez, a Presidência da República.

A nacionalização partidária elevada indica, também, que esses partidos são menos propícios ao desaparecimento. Considerando-se os partidos *localizados*, ou seja, aqueles com PNS inferior a 0,30, temos as legendas que com mais frequência foram extintas ou se fundiram com outras, como, por exemplo, o PAN, o PEN, o PGT, o PRONA e o PST. Por outro lado, um caso exemplar de sobrevivência política mesmo após derrotas eleitorais é o Democratas (DEM).⁶⁸ Embora tenha perdido espaço nas disputas majoritárias ao longo dos anos, o partido se apoiou nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Por isso, com o término da dobradinha PSDB-PFL/DEM no governo federal, o DEM manteve-se como força parlamentar ruidosa de oposição aos governos petistas. Porém, em que pese prognósticos pessimistas da opinião pública e dos seus adversários, sugerindo uma futura extinção partidária pela perda de espaço na arena eleitoral, o DEM conseguiu se sustentar e melhorou seu desempenho mais recentemente.

Em parte, isso ajuda a explicar a perda de votos do PT nas eleições municipais de 2016. Após a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, o partido talvez continue sofrendo impactos negativos na sua competitividade para cargos públicos no curto prazo. Mas isso não significará a extinção da sigla e nem conduzirá à perda de espaço

⁶⁸ Em estudo sobre as causas de seu declínio, Epitácio e Resende (2013) apontam dois fatores para essa queda abrupta: 1) as sucessivas migrações dos seus membros para outras siglas e 2) a fraca renovação de lideranças, já que muitos deputados federais abandonaram a vida política partidária.

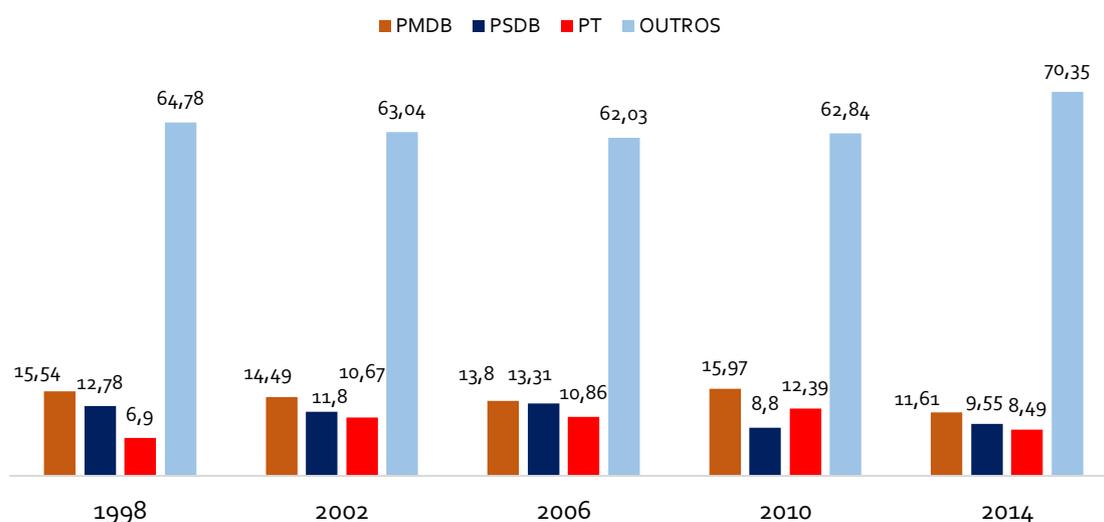
para outros partidos de esquerda no médio prazo. A nacionalização do PT, provavelmente, manter-se-á elevada.

5.4. Nacionalização Partidária na Esfera Estadual

Seguindo a mesma lógica anterior, os gráficos em sequência trazem os resultados eleitorais da disputa pelo cargo de deputado estadual agregados por região e organizados de modo que possamos comparara a evolução da votação dos três partidos que ocuparam a Presidência da República e que são alguns dos mais relevantes do sistema partidário atual. O mesmo padrão de competitividade encontrado na disputa para deputado federal aparece nesse caso, só que de forma ainda mais acentuada. Mostrando haver fragmentação eleitoral ainda mais elevada no nível subnacional e, que portanto, a competição também é mais acirrada, temos um amplo controle dos votos pelos diversos partidos médios e pequenos em todas as regiões e em todas as eleições, sem exceção. Ocorre que, em virtude da fragmentação partidária elevada, esses votos estão muito dispersos e esses partidos, por consequência, não ganham tanta expressão individualmente, com algumas poucas exceções, como o DEM, o PSB, o PSD e o PTB, por exemplo.

Apesar de somarem votos em volume muito menor do que o dos outros partidos, PMDB, PSDB e PT apresentam votações expressivas, tanto em conjunto como individualmente. O PMDB é o partido mais votado em quase todos os cenários, menos no Sudeste. PT e PSDB se alteram como segundas forças eleitorais a depender da região e da eleição. Esses dois partidos, ainda, lideram a corrida presidencial durante todo o período, enquanto o PMDB, sem ter expressão nesse tipo de eleição, concentra seus esforços nas disputas para o Parlamento, Prefeituras e Governadorias. Com isso, adquire capital eleitoral, traduzido em cadeiras legislativas, que lhe asseguram não apenas uma inserção nacional consistente e elevada competitividade, como também uma posição privilegiada para negociar sua participação em coalizões de governo.

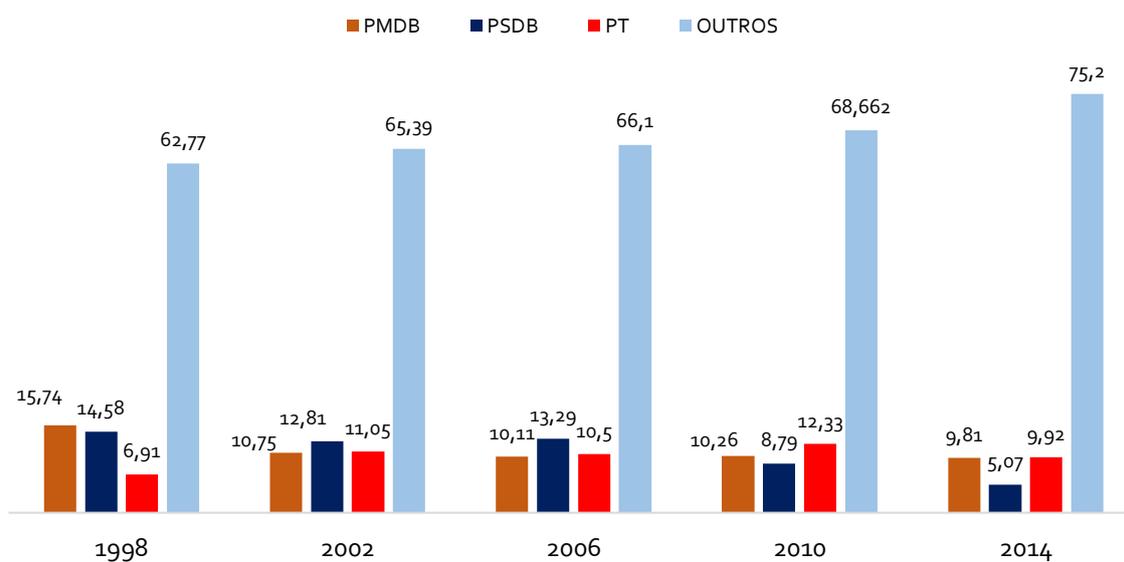
Gráfico 18. Votação para as Assembleias Estaduais na Região Norte [1998-2014]



Fonte: Dados Eleitorais TSE.

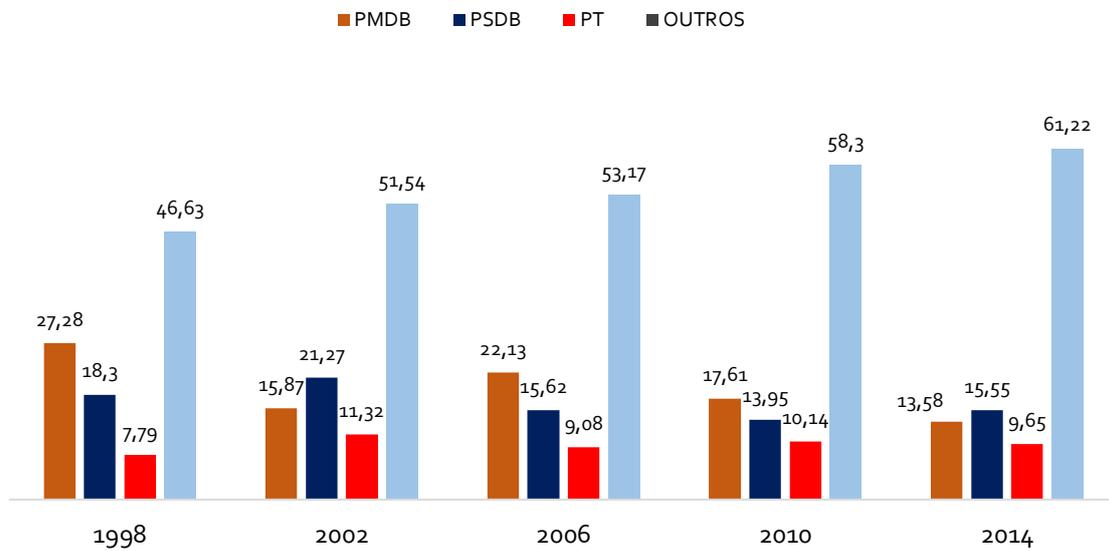
Gráfico 19. Votação para as Assembleias Estaduais na Região Nordeste [1998-2014]

Fonte: Dados Eleitorais TSE.



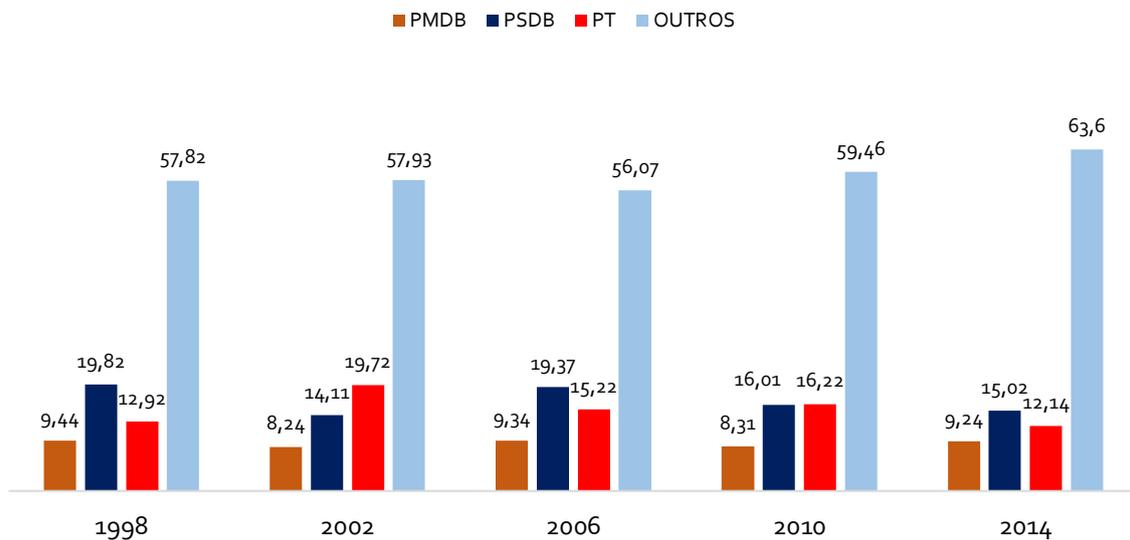
Fonte: Dados Eleitorais TSE.

Gráfico 20. Votação para as Assembleias Estaduais na Região Centro-Oeste [1998-2014]



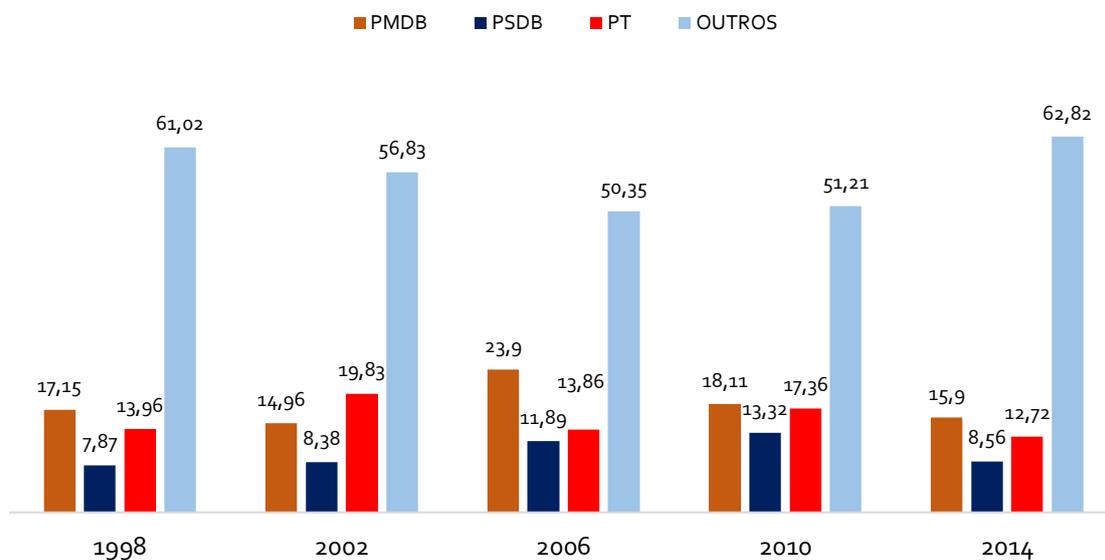
Fonte: Dados Eleitorais TSE.

Gráfico 21. Votação para as Assembleias Estaduais na Região Sudeste [1998-2014]



Fonte: Dados Eleitorais TSE.

Gráfico 22. Votação para as Assembleias Estaduais na Região Sul [1998-2014]



Fonte: Dados Eleitorais TSE.

Nesse ambiente fragmentado e bastante competitivo, mantém-se também o padrão de nacionalização partidária observado na disputa para deputado federal. O PNS nesse nível de disputa, como mostra a **Tabela 09**, indica que, na média, PMDB e PT continuam sendo os dois partidos que atingem elevada nacionalização. No entanto, o PSDB esteve num patamar nacionalizado na maior parte dos anos, decaindo apenas na eleição de 2014. Somente por isso foi considerado, na média, como um *partido desnivelado*, embora na maioria das disputas tenha apresentado um perfil de *partido nacionalizado*. Isso justifica a suposição de que quanto mais vagas em disputa nas eleições parlamentares, mais fácil é a obtenção de desempenho eleitoral homogêneo pelos partidos grandes e mais competitivos.

Além disso, aumentou a quantidade de partidos considerados *desnivelados*, em comparação com o âmbito federal. Agora aparecem DEM, PCdoB, PDT, PP, PPS, PR, PSB, PSDB, PTB, PV, e Solidariedade, como pontuações próximas do nível de *partidos nacionalizados*. Ou seja, houve avanços nos níveis intermediários de nacionalização, o que, mais uma vez, vai ao encontro da suposição teórica de que há um nível descrente de dificuldade de nacionalização, principalmente, o federal.

Tabela 10. PNS nas Eleições para as Assembleias Estaduais [1998-2014]

	1998	2002	2006	2010	2014	Média
DEM	0,68	0,61	0,68	0,72	0,66	0,67
PAN	0,32	0,29	0,28	-	-	0,30
PC do B	0,55	0,54	0,56	0,59	0,58	0,56
PCB	0,40	0,29	0,14	0,26	0,19	0,26
PCO	0,13	0,29	0,32	0,11	0,04	0,18
PDT	0,63	0,67	0,70	0,72	0,71	0,69
PEN	-	-	-	-	0,42	0,42
PGT	0,17	0,35	-	-	-	0,26
PHS	0,29	0,40	0,38	0,38	0,52	0,39
PMDB	0,70	0,76	0,69	0,72	0,76	0,73
PMN	0,28	0,34	0,24	0,44	0,50	0,36
PP	0,65	0,59	0,54	0,55	0,64	0,59
PPL	-	-	-	-	0,41	0,41
PPS	0,43	0,68	0,56	0,67	0,60	0,59
PR	0,52	0,67	0,59	0,53	0,60	0,58
PRONA	0,40	0,17	0,27	-	-	0,28
PRB	-	-	0,19	0,64	0,58	0,47
PROS	-	-	-	-	0,40	0,40
PRP	0,25	0,40	0,35	0,43	0,38	0,36
PRTB	0,14	0,32	0,30	0,31	0,26	0,27
PSB	0,50	0,61	0,65	0,61	0,61	0,60
PSC	0,41	0,37	0,38	0,56	0,47	0,44
PSD	0,24	0,37	-	-	0,63	0,41
PSDB	0,71	0,70	0,68	0,71	0,63	0,69
PSDC	0,11	0,22	0,21	0,26	0,39	0,24
PSL	0,17	0,37	0,32	0,44	0,47	0,35
PSOL	-	-	0,56	0,42	0,44	0,47
PST	0,24	0,39	-	-	-	0,31
PSTU	0,37	0,58	0,37	0,54	0,49	0,47
PT	0,73	0,73	0,72	0,74	0,74	0,73
PT do B	0,31	0,26	0,32	0,40	0,39	0,34
PTB	0,59	0,70	0,63	0,58	0,48	0,60
PTC	0,31	0,28	0,37	0,41	0,40	0,35
PTN	0,21	0,29	0,24	0,36	0,42	0,30
PV	0,43	0,45	0,52	0,60	0,58	0,52
SD	-	-	-	-	0,55	0,55

Fonte: TSE. Dados processados pelo autor.

Ainda nos dados estaduais, os partidos *em fluxo* também aumentaram em quantidade: PAN, PEN, PHS, PMN, PPL, PRB, PROS, PRP, PSC, PSD, PSL, PSOL, PST, PSTU, Podemos, PTC e PTN deixaram a posição de partidos plenamente localizados. Se no nível federal haviam vários partidos localizados, isso diminuiu bastante já que apenas PCB, PCO, PGT, PRONA, PRTB e PSDC ainda foram considerados *localizados*, e mesmo assim, muitos desses partidos foram extintos ou tiveram processo de fusão no decorrer dos anos. **Quadro 7** traz a classificação final dos três períodos quanto à estrutura partidária e à nacionalização, de acordo com a tipologia de Morgenstern (2005).

Quadro 7. Classificação da Nacionalização Partidária no Brasil, Nível Federal

Tipos	1945-1964	1965-1985	1986-2014
Nacionalizados	PSD	ARENA e MDB	PMDB e PT
Desnivelados	UDN, PTB e PCB	-	DEM, PDT, PP, PR, PSDB, PTB e SD
Em Fluxo	PSP	-	PC do B, PHS, PPS, PRB, PROS, PRP, PSB, PSC, PSD, PSOL, PSTU, PTC e PV
Localizados	PTN, PR, PSB, PPS, PDC, PRP, PRProg, PL, PRD, PAN, PRT, POT, PST e MTR	-	PAN, PCB, PCO, PEN, PGT, PMN, PPL, PRONA, PRTB, PSDC, PSL, PST, PT do B e PTN

Fonte: Classificação próprio a partir da tipologia de Morgenstern (2005).

Como se pode perceber, poucos partidos foram expressivamente nacionalizados nos três períodos. No atual, o PT aparece ao lado do PMDB, um partido herdeiro direto do MDB, que, ao lado da ARENA, tinha elevado grau de nacionalização. Mas, no grupo dos desnivelados, há diversos partidos de nacionalização moderada, especialmente na democracia recente. Desses, temos o PP como herdeiro direto e o DEM como herdeiro indireto da ARENA. De uma forma um pouco mais distante, podemos dizer que o PTB e o SD têm algo do "DNA" partidário da ARENA,

especialmente se considerarmos algumas de suas lideranças. Partidos localizados são vários nos dois períodos multipartidários. Fica bastante visível também a elevada fragmentação da democracia recente. Desse modo, podemos constatar que a nacionalização foi moderada e circunscrita em todos os períodos, mas é maior no período atual, assim como o período de maior nacionalização foi o autoritário, cujo sistema partidário acabou persistindo no multipartidarismo posterior por meio de alguns dos partidos mais competitivos e nacionalizados.

CONCLUSÃO

Esta tese, de modo geral, traz dois tipos de contribuição ao debate sobre a nacionalização partidária. A primeira delas é teórica. A análise dos dados, em conjunção com a discussão teórica anterior, permite estabelecer mais seguramente uma hipótese teórica, sujeita a novos estudos empíricos para sua confirmação: o tipo de regime impacta a continuidade do sistema partidário depois da transição. Transições da democracia para regimes autoritários dificilmente permitem a continuidade dos partidos anteriores. Transições de regimes autoritários parcialmente fechados favorecem a continuidade de partidos anteriores na democracia que se estabelece.

Outra contribuição consiste na suposição teórica, em princípio confirmada pelo estudo, de que conforme se reduz o nível da disputa, do nacional para o regional, e posteriormente deste para o local, mais frequente é a nacionalização. Inclusive, esse ponto abre uma questão para investigação futura, qual seja, o processo de nacionalização partidária no nível municipal. Em decorrência da carência de dados completos e confiáveis para o período de 1945-64 e, em menor grau, para o período autoritário, não foi possível explorar essa análise aqui. Porém, os dados analisados neste estudo, apontam para a confirmação dessa suposição. Se nos níveis federal e estadual somente 2 partidos estavam creditados como nacionalizados – PT e PMDB, no nível municipal, os partidos nacionalizados aumentaram para 11. Assim, a tendência de aumento de partidos nacionalizados, em razão das menores barreiras institucionais para que partidos logrem um assento parlamentar, aconteceria, provavelmente, com maior intensidade no nível municipal.

O segundo tipo de contribuição foi empírico. Nesse caso, os principais achados desta pesquisa podem ser resumidos da seguinte forma. Em primeiro lugar, o caso brasileiro mostra que é possível haver nacionalização mais elevada em regimes autoritários do que em democracias. O bipartidarismo de 1966-78 apresentou os

maiores valores de nacionalização partidária. Em segundo lugar, nos três períodos analisados, encontramos uma quantidade pequena de partidos com índice de nacionalização elevado – PSD [1º período], ARENA e MDB [2º período] e PMDB e PT [3º período]. Foi maior a quantidade de partidos moderadamente nacionalizados dos dois períodos multipartidários – UDN, PTB e PCB [1º período] e DEM, PDT, PP, PR, PSDB, PTB e SD [3º período].

Em terceiro lugar, confirmou-se a complexidade de nossos sistemas partidários nos três períodos analisados. Coexistiram e coexistem partidos grandes, médios, pequenos, mais competitivos, menos competitivos, novos, antigos, nacionalizados, moderadamente nacionalizados, localizados, com organização menos estruturada e com organização mais estruturada. Essa variabilidade é um efeito de variáveis sociais e institucionais. Temos grande diversidade cultural, econômica e política. A representação proporcional, o federalismo, a legislação partidária e o fundo partidário contribuem para esse cenário – fragmentação elevada, baixos custos de entrada no mercado eleitoral, ganhos elevados com a permanência no mercado político, entre outros. Mas isso significa que o sistema partidário reflete a diversidade de interesses e de políticas tanto regionais como nacionais. Isso pode criar dificuldades para a formulação de uma agenda nacional, mas, ao mesmo tempo, possibilita maior representatividade da política local, estadual e regional, assim como setorial.

Em quarto lugar, uma avaliação de conjunto permite concluir que temos um quadro atual de nacionalização moderada das principais legendas, com dois partidos cruciais para a política dos últimos anos, PT e PMDB, com nacionalização elevada. De fato, o PMDB é o ator político mais competitivo e central no cenário brasileiro desde o final do regime autoritário, mantendo-se nessa posição e até aumentando sua relevância ao longo dos anos de vigência da recente democracia.

Assim, outra contribuição empírica deste estudo é apontar a efetividade dos partidos brasileiros no tange à conquista de apoio eleitoral em todo o território. Essa situação é digna de nota especialmente tendo em vista o histórico de interrupções sofridas pelos sistemas partidários, de fatores institucionais que favorecem a fragmentação e da persistente desconfiança da sociedade em relação às instituições. As evidências reunidas nesta pesquisa mostram que os partidos políticos brasileiros

podem ser equiparáveis, no que se refere à efetividade eleitoral, com partidos de países europeus de democracias mais antigas.

A análise histórica da nacionalização partidária mostra que os partidos brasileiros contemporâneos estão em um patamar alto de nacionalização dado o desenho constitucional que favorece o pluralismo político. Se na democracia de 1945-1964 apenas o PSD, aproveitando-se da aproximação com o legado varguista, podia ser considerado nacionalizado, no bipartidarismo da ditadura civil-militar de 1945-1964 ARENA e MDB também atingiram esse patamar, embora as regras das campanhas eleitorais tenham sido sistematicamente alteradas pelos militares para favorecer o seu partido. O sistema partidário atual tem mais partidos nacionalizados e moderadamente nacionalizados do que seu congênere da democracia anterior.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **DADOS**, vol.31, n.1, pp. 5 – 34. 1988.

ACHARD, Diego; GONZÁLEZ, Luis. Bringing all voices together: the state of and prospects for political parties in Central America, Panama and the Dominican Republic. IN: ACHARD, Diego; GONZÁLEZ, Luis. **A challenge for democracy: political parties in Central America, Panama and the Dominican Republic**. San José: ABC Ediciones, 2005.

AKE, Claude. Modernization and political instability: a theoretical exploration. **World Politics**, vol. 26, nº 4, p. 576-591. 1974.

ALEMÁN, Eduardo; KELLAM, Marisa. The Nationalization of Electoral Change in the Americas. **Electoral Studies**, vol. 27, nº2, pp. 193–212, 2008.

ALFARO-REDONDO, Ronald. Explaining party nationalization in new democracies: Central America (1980-2010). **Working Paper for the degree of Master of Arts and Sciences**. Columbia: Columbia University, 2010.

ALMOND, Gabriel. **A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science**. London: Sage, 1990.

ALMOND, G. (1965). "A Developmental Approach to Political System", **World Politics**, 17/02, pp. 183-214.

ALMOND, G. and COLEMAN (Orgs.) (1960). **The Politics of the Developing Areas**. Princeton: Princeton University Press.

ALMOND, G. and VERBA, S. (1963). **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press.

AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política Comparada**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1993.

BAGEHOT, W. (1867). **The English Constitution**. London: Chapman and Hall.

BAWIN et all. (1999). Sensitivity of calcium binding in cerebral tissue to weak environmental electric fields oscillating at low frequency. **Proc.Nat.Acad.Sci.**, Volume 73, Issue 6.

BEN-DOR, Gabriel. Institutionalization and Political Development: a conceptual and theoretical analysis. **Comparative Studies in Society and History**, vol. 17, nº 3, p. 309-325. 1975.

BENDIX, Reinhard. Tradition and Modernity Reconsidered. **Comparative Studies in Society and History**, vol. 9, nº 3, pp. 292-346. 1967.

BENEVIDES, Maria Victoria. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em Nome das "Bases": Política, Favor e Dependência Pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BLEIER, Elisabeth; ARÉVALO, Carlos Arturo. Partidos y sistema de partidos en Colombia hoy: ¿crisis o reordenación institucional? IN: **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**. Lima: International IDEA, pp. 51-70, 2004.

BOCHSLER, Daniel. Measuring party nationalization: a new Gini-based indicator that corrects for the number of units. **Center for Comparative and International Studies**, vol. 1, p. 01-27. 2009.

_____, Daniel. The nationalization of political parties: a triangle model, applied on the Central and Eastern European Countries. **CEU Political Science Journal**, vol. 4, p. 06-37. 2006.

_____, Daniel. The puzzle of party system in Central-East Europe: Is party nationalization the key variable? **General Conference of the European Council of Political Research**, Budapest, p. 01-36. 2005.

BOIX, Carles. **Democracy and Redistribution**. New York: Cambridge University Press, 2003.

BORGES, André. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. **DADOS**, vol.58, nº 3, pp. 651- 688. 2015.

BORGES, André. Subnational Hybrid Regimes and Democratization in Brazil: why party nationalization matters. IN: BEHREND, Jacqueline; WHITEHEAD, Laurence (Orgs.). **Illiberal Practices: territorial variances within large federal democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2016.

BOURSCHEID, Júnior. Entre la hegemonía y el cesarismo: un análisis gramsciano del gobierno de Fernando Lugo (2008-2012). **Revista Pensamento Plural**. Nº 17, pp. 51-76, 2015.

BRAGA, Maria do Socorro. Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol.20, n.44, p.83 – 95, 2012.

BRAGA, Maria do Socorro. Eleições e Democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidários institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 4, pp. 43 – 73. 2010.

BROOKS, Heidi. The Dominant Party System: Challenges for South Africa's Second Decade of Democracy. **Eisa Occasional Paper**, nº 25, pp. 1-24. 2004.

BUTLER, D; STOKES, D. (1974). **Political Change in Britain: The Evolution of Electoral Choice**. University of Virginia: St. Martin's Press.

CAMMACK, Paul. Political development theory and the dissemination of democracy. **Democratization**, vol. 1, nº 2, pp. 03-38.2007.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e Partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

CANTÚ, Francisco; DESPOSATO, Scott. The new federalism of Mexico's party system. **Journal of Politics in Latin America**, vol. 2, pp. 03-38. 2012.

CARAMANI, Daniele. **The Nationalization of Politics: the formation of national electorates and party systems in Western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CAVAROZZI, Marcelo. El esquema partidario argentino: partidos viejos, sistema débil. IN: CAVAROZZI, Marcelo; GARRETÓN, Manuel Antonio. **Muerte y Resurrección: los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones en el Cono Sur**. Santiago del Chile: FLACSO, 1989.

CHILCOTE, R. (1981). **Theories of Comparative Politics: The Search for a Paradigm Reconsidered**. Westview Press.

CHHIBBER, Pradeep; KOLLMAN, Ken. **The Formation of National Party Systems: Federalism and party competition in Canada, Great Britain, India, and the United States**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

CLAGGETT, W; FLANIGAN, W; ZINGALE, N. Nationalization of the American Electorate. **The American Political Science Review**, vol. 78, nº1, pp. 77–91, 1984.

CONCEIÇÃO, Bruno. Regionalismo partidário e populismo no Brasil: análise da nacionalização dos partidos da democracia de 1945-1964. **Revista Teoria & Pesquisa**, vol. 26, nº01, p.89-117, 2017.

CONCEIÇÃO, Bruno; VASCONCELOS, Camila. Quem paga a conta dos políticos locais? análise do financiamento das campanhas municipais nas capitais brasileiras em 2012. **Teoria & Sociedade**, vol. 23.2, p.79-102, 2015.

CONVERSE, p. (1969). Of Time and Partisan Stability. **Comparative Political Studies**, vol. 01, nº1, pp. 139-171.

COX, Gary. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CROISAT, Maurice. Centralisation et décentralisation au sein des partis politiques canadiens. **Révue Française de Science Politique**. Vol. 20, nº 3, pp.483-502, 1970. <DOI: 10.3406/rfsp.1970.393236>.

CRUZ, Sebastião; MARTINS, Carlos. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia T. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, p.13-61, 1984.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DE RIZ, Liliana. Política y partidos. Ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay. IN: CAVAROZZI, Marcelo; GARRETÓN, Manuel Antonio. **Muerte y Resurrección: los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones en el Cono Sur**. Santiago del Chile: FLACSO, 1989.

DEUTSCH, Karl. (1961). "Social Mobilization and Political Development", **The American Political Science Review**, Vol. 55, No. 3 (Sep., 1961), pp. 493-514.

DIX, Robert. Democratization and the institutionalization of Latin American Parties. **Comparative Political Studies**, vol. 24, nº 4, pp. 488-511.1992.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EASTON, D. (1953). **The Political System: An Inquiry into the State of Political Science**. New York: Knopf.

_____ (1957). "An Approach to the Analysis of Political Systems", **World Politics**, 09/03, pp. 383-400.

_____ (1965^a). **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

_____ (1965^b). **A systems Analysis of Political Life**. New York: Wiley.

EPITÁCIO, Sara. **A trajetória dos partidos de direita na democracia recente: o caso do Brasil e do Chile**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política UFRGS, 2015.

EPITÁCIO, Sara; RESENDE, Roberta. De governista por excelência à oposição: o declínio eleitoral do PFL/DEM na Câmara Federal brasileira de 1998 a 2010. IN: GALLO, Carlos Artur; SOUZA, Bruno Mello; MARTINS, Joyce Miranda Leão (Org.). **Ciência Política Hoje**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2013, p. 221-240.

FERREIRA, Denise; RIBEIRO, Pedro. O voto e a máquina: as trajetórias de implementação local de PT e (P)MDB em perspectiva comparada. In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma. **Eleições Municipais de 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro**. Ijuí: Editora Ijuí, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

FUKUYAMA, Francis. Macro Theory and the study of Political Development. **Scandinavian Political Studies**, vol.00, nº 0, p. 01-19. 2016.

GOLOSOV, Grigorii. Party system nationalization: the problems of measurement with an application to federal states. **Party Politics**, vol. 22, nº 3, pp. 278-288. 2014.

GUARNIERI, Fernando. A Força dos partidos "fracos". **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.54, nº1, 2011, pp.235-258.

GÚZMAN, Carlos Enrique; RAMÍREZ, Adriana. Explorando los sistemas de partidos de República Dominicana: un análisis de la nacionalización, 1994-2008. **V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política**. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, pp. 01-36, 2010.

HAGOPIAN, Frances. Political Development Revisited. **Comparative Political Studies**, vol. 33, nº 6, pp. 880-911. 2000.

HAUPTMANN, E. (2006). "From Opposition to Accomodation: How Rocefeller Foundation Grants Redefined Relations Between Political Theory and Social Science in the 1950s", **American Political Science Review**, 100/04, pp. 643-649.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1936 [1995].

HUNTINGTON, Samuel. Political Development and Political Decay. **World Politics**, vol. 17, nº 3, pp. 386-430. 1965.

HUNTINGTON, S. (1968). **Political Order in Changing Societies**. New Haven: Yale University Press.

INGLEHART, Ronald; BAKER, Wayne. Modernization, Cultural Change, and the persistence of Traditional Values. **American Sociological Review**, vol. 65, nº 1, pp. 19-51, 2000.

JONES, Mark; MAINWARING, Scott. The Nationalization of parties and party systems: An empirical measure and an application to Americas. **Kellogg Institute Working Paper**. Vol. 1, Nº 304, p. 01-30. 2003.

KASUYA, Yuko; MOENIUS, Johannes. The nationalization of party systems: conceptual issues and alternatives district-focused measures. **Electoral Studies**, vol. 27, pp. 126-135. 2008. <DOI: 10.1016/j.electstud.2007.09.004>.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. El partido cartel: La transformación de los modelos de partidos y de la democracia de partidos. In: **Zona Abierta**, nº108/109, pp.9-39. 2004.

KAWATO, M; KAZUNORI F; SUZUKI, R. (1987). A hierarchical neural-network model for control and learning of voluntary movement. **Biological Cybernetics**, October 1987, Volume 57, Issue 3, pp 169–185.

KINZO, Maria D'alva. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

KINZO, M. D. (1993). **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº7, Brasília, p. 349-385. 2012.

KORNBLITH, Miriam. Situación y perspectivas de los partidos políticos en la Región Andina: caso Venezuela. IN: **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**. Lima: International IDEA, pp. 113-139, 2004.

KRAUSE, S. (2005). "Uma Análise Comparativa das Estratégias Eleitorais nas Eleições Majoritárias de 1994, 1998 e 2002: Coligações Eleitorais versus Nacionalização dos Partidos e do Sistema Partidário Brasileiro"; In: KRAUSE, S. e SCHMITT, R. (Orgs.), **Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil**. São Paulo: Unesp/KAS.

LAWSON, Kay. L' évolution des partis politiques américains. **Révue Française de Science Politique**. Vol. 42, nº 5, pp.819-834, 1992. <DOI: 10.3406/rfsp.1992.404344>.

LAGO-PEÑAS, Ignacio; LAGO-PEÑAS, Santiago. Decentralization and nationalization of party systems. **Andrew Young School of Policy Studies**, vol. 10, nº 6, p. 01-29. 2010.

LAMOUNIER, Bolívar. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a Abertura. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, p.83-113, 1988.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. (1986). **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The origin and development of parties. IN: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **Political Parties and Political Development**. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

LERNER, Daniel. **The passing of traditional society: modernizing the Middle East**. Glencoe: The Free Press of Glencoe, 1958. DEUTSCH, Karl. Social Mobilization and Political Development. **The American Political Science Review**, LV, nº3, 1961.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIJPHART, A. (2008). **Thinking About Democracy: Power Sharing and Majority Rule in Theory and Practice**. London: Routledge.

_____ (1977). **Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration**. New Haven: Yale University Press.

LIMA Jr., O. B. (1983). **Partidos Políticos Brasileiros: A Experiência Regional e Federal (1945-64)**. Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1997). **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 1980**. Rio de Janeiro: Loyola.

LIMONGI, Fernando; CORTÉZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 88, pp. 21-37. 2010.

LIPSET, Seymour; SEONG, Kyoung-Ryung; TORRES, John. Une analyse comparative des prérequis sociaux de la démocratie. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, Paris, nº 136, pp. 181-205, 1993.

LIPSET, Seymour. **O Homem Político**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An introduction In: **Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives**. New York: Collier-Macmillan Limited, 1967.

MADEIRA, Rafael **Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro**. Tese de Doutorado em

Ciência Política. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política UFRGS, 2006.

MAINWARING, S. (1999). **Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press.

MAINWARING, S. and SCULLY, T. (1995). **Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press.

MAINWARING, Scott. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____, Scott. Democracia Presidencialista Multipartidária: o caso do Brasil. **LUA NOVA**, n.28/29, p.21 – 74. 1993.

MARENCO, André; NOLL, Izabel. Décadas de Michels: marcos conceituais e prazo de validade para a “lei de ferro”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol.20, n.44, p.63 – 72, 2012.

MAYORGA, René Antonio. La crisis del sistema de partidos políticos: causas y consecuencias. Caso Bolivia. IN: **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**. Lima: International IDEA, pp. 27-49, 2004.

MEIRELES, F; SILVA, D; COSTA, B. **electionsBR: R functions to download and clean Brazilian electoral data**. Belo Horizonte: Federal University of Minas Gerais (UFMG), 2016. Brazil. <<http://fmeireles.com/files/electionsbr.pdf>>.

MELLO, Natália. A teoria do desenvolvimento político e a questão da ordem e da estabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol.19, n.39, p.139 – 152, 2011.

MOENIUS, Johannes; KASUYA, Yuko. Measuring party linkage across districts: some party systems inflation indices and their properties. **Party Politics**, vol. 10, nº5, pp. 543-564. 2004. <DOI: 10.1177/1354068804045387 >.

MORGENSTERN, Scott. Questions of Party Nationalization. **Annual Meeting of the American Political Science Association**, Washington, D.C. p. 01-23. 2005.

MORGENSTERN, Scott; SWINDLE, Stephen. Are politics local? An analysis of voting patterns in 23 democracies. **Comparative Political Studies**. Vol. 38, Nº 2, p. 143-170. 2005.

MORGENSTERN, Scott; SWINDLE, Stephen; CASTAGNOLA, Andrea. Party Nationalization and Institutions. **The Journal of Politics**. Vol. 71, Nº 4, p. 1322-1341. 2009.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NUNES, Edson. (1997), **A gramática política do Brasil**, Brasília/Rio de Janeiro, ENAP/ Jorge Zahar.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

PACHANO, Simón. *Él territorio de los partidos*. Ecuador, 1979-2002. IN: **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**. Lima: International IDEA, pp. 71-92, 2004.

PACKENHAM, Robert. Approaches to the study of Political Development. **World Politics**, vol. 17, nº 1, pp. 108-120.1964.

PANIAGUA, Edson; COLVERO, Ronaldo; CARBONAI, Davide. O cenário político partidário pós-ditadura civil-militar no Brasil (1985-1989). IN: GALLO, Carlos; RUBERT, Sylvania (Orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

PARSONS, Talcott. **The Social System**. Glencoe: The Free Press of Glencoe, 1964.

PEDERSEN, M. (1979). "The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility", **European Journal of Political Research**, 07/01.

PERES, P; RICCI, P; GUARNERI, F. (2013). How Brazilian Parties Organize: Centralization by Strategic Leadership Design. In: **Annual Meeting of American Sociological Association**, 2013, New York. ASA Annual Meeting. New York: ASA, 2013. v. 1.

PERES, P. (2004). "Modernização e Desenvolvimento Político: Duas Visões sobre o Pacote Democracia-Capitalismo", **Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política**, 1/1, pp. 263-286.

_____(2005). "O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico", **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, 60/02, pp. 87-117.

_____, Paulo. Revisitando a "Teoria Geral" dos partidos políticos de Maurice Duverger. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 68, pp. 17-58. 2009.

PÉRES-LIÑAN, A. (2007). **Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. **Democracy and Development: political institutions and material well-being in the world, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

PYE, Lucian. **Aspects of Political Development**. Boston: Little Brown 1966.

RAMOS, Marisa. Estruturação ideológica dos partidos e grupos políticos na Venezuela (1998-2000). **Opinião Pública**, vol. VIII, nº 2, pp. 230-250. 2002.

RANULFO MELO, Carlos. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. IN: RANULFO MELO, C; ALCANTARA, Manuel. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

REMMER, Karen. Theoretical Decay and Theoretical Development: the resurgence of institutional analysis. **World Politics**, vol. 50, pp. 34-61.1997.

RIAL, Juan. Continuidad y cambio en las organizaciones partidarias en el Uruguay: 1973-1984. IN: CAVAROZZI, Marcelo; GARRETÓN, Manuel Antonio. **Muerte y Resurrección: los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones en el Cono Sur**. Santiago del Chile: FLACSO, 1989.

RIBEIRO, Pedro. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

RODDEN, Jonathan; WIBBELS, Erik. Dual accountability and the nationalization of party competition: evidences from four federations. **Party Politics Journal**, vol. 17, nº 5, pp. 629-653. 2010. <DOI: 10.1177/1354068810376182>.

ROMA, C. e BRAGA, M. S. (2002). "Sistema Partidário, Eleições e a Questão Federativa no Brasil", In: PINTO, C. R. e MARENCO, A. (Orgs.), **Partidos no Cone-Sul: Novos Ângulos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung.

SÁEZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**, vol.8, nº 2, pp. 137-157. 2002.

SANDBROOK, Richard. The 'crisis' in political development theory. **The Journal of Development Studies**, vol. 12, nº 2, pp. 165-185.1976.

SARTORI, Giovanni. **Partidos y Sistemas de Partidos: marco para un análisis**. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

SCHATTSCHEIDER, Elmer. **The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1960.

SMITH, Tony. The underdevelopment of Development literature: the case of Dependency Theory. **World Politics**, vol. 31, nº 2, pp. 247-288.1979.

SOARES, Gláucio. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

STEPAN, Alfred. Political development theory: the Latin American experience. **Journal of International Affairs**, vol. 20, nº 2, pp. 223-234.1966.

STOKES, Donald E. (1967). "Spatial Models of Party Competition." **The American Political Science Review**, 57(2):368-377.

TANAKA, Martín. Situación y perspectivas de los partidos políticos en la Región Andina: el caso peruano. IN: **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**. Lima: International IDEA, pp. 93-112, 2004.

TAROUCO, Gabriela. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 4, pp. 169 – 186. 2010.

TAVARES, José Antonio Giusti. **Sistemas Eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

TAVARES, José Antonio. Rio Grande do Sul: o sistema partidário eleitoral e parlamentar. In: LIMA JR, Olavo Brasil de. **O Sistema Partidário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TORRES-RIVAS, Edelberto. The paths to political democracy in Central America. IN: ACHARD, Diego; GONZÁLEZ, Luis. **A challenge for democracy: political parties in Central America, Panama and the Dominican Republic**. San José: ABC Ediciones, 2005.

VAN DE WALLE, Nicolas. Presidentialism and clientelism in Africa's emerging party systems. **The Journal of Modern African Studies**, vol. 41, p. 297-321. 2003. <DOI: 10.1017/S0022278X03004269>.

VASSELAI, Fabricio. **Nationalization and localism in electoral systems and party systems**. Thesis in Political Science. São Paulo: University of São Paulo, 2015.

VERTZ, L; FRENDEIS, J; GIBSON, J. Nationalization of Electorate in the United States. **The American Political Science Review**, vol. 81, nº3, pp. 961–966, 1987.

VIANNA, Oliveira. **O Idealismo da Constituição**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

VILLA, Rafael. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, vol.19, nº 55, pp. 153-172. 2005.

WAHMAN, Michael. Nationalized Incumbents and Regional Challengers: Opposition and Incumbent-Party Nationalization in Africa. **Party Politics**, p. 01-14. 2015. <DOI: 10.1177/1354068815596515>.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva**. São Paulo: Editora da UNB, 2004.

WILSON, W. (1908). **Constitutional Government in the United States**. New York: Columbia University Press.

YOUNG, O. (1970). **Systems of Political Science**. New Jersey: Prentice-Hall.

Documentos Consultados:

BRASIL. **Código eleitoral anotado e legislação complementar**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2012. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/codigo_eleitoral_2012/TSE-Codigo-Eleitoral-2012-Web.pdf>. Acesso em: 19 de agosto. 2017.

TEXTO CONSTITUCIONAL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1946**. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 de agosto. 2017.

TEXTO CONSTITUCIONAL. **Constituição do Brasil, de 1967**. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 19 de agosto. 2017.

TEXTO CONSTITUCIONAL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 de agosto. 2017.

ANEXO – Uso do PNS para dados eleitorais

The Gini coefficient, as used in this paper, measures the inequality in a party's vote share across different states, provinces, or departments. It is based on the Lorenz curve, which in this case, plots the cumulative proportion of states that the i th state represents of the total number of states (Column 5 in the below example) against the cumulative percentage of vote shares (not of votes) won by Party X in the i th state relative to the sum of percentages won by Party X in all states (Column 6 in the below example).

In the hypothetical example below, Party X wins 0%, 10%, 30%, and 40% of the vote in the four states in a given country. The rows should be arranged by the ascending or descending vote shares that Party X won in the different states, not in random order. (The example shown below uses an ascending order, from the state where Party X won the smallest share of the vote to the state where it won the largest.) The sum of these vote shares is 80% (Column 2). In Column 4, for each state, we divided Party X vote share in that state by 80% to determine that the state's contribution to the party's unweighted (by population) aggregated vote percentages.

Column 6 gives the cumulative totals for Column 4. Column 7 Row A represents the product of X_i (Row A in Column 6) times Y_{i+1} (Row B in Column 5), i.e., $0 * .50$. Column 7 Row B represents the product of Row B in Column 6 times Row C in Column 5, and so forth. The final row in Column 7 is the sum of all row entries for Column 7. Column 8 Row A is the product of X_{i+1} (Row B in Column 6) times Y_1 (Row A in Column 5), i.e., $.25 * .125$, and so on. The final row in Column 8 is the sum of all row entries for the column. The Gini coefficient is obtained by subtracting the sum of Column 7 from the sum of Column 8.¹⁵ In this case, which represents an example of uneven electoral performance across states, the Gini coefficient is therefore $1.0313 - .5938$, or $.4375$. The $PNS = 1 - \text{Gini}$; i.e., $.5625$. Using the Gini coefficient to calculate nationalization scores entails weighting every state, province, or department equally—a choice that we would vigorously defend. The same method is used for determining the level of income inequality across states and many other purposes.

Exemplo de aplicação do *Party Nationalization Score (PNS)*

Estado	Votação do partido no estado (%)	1 dividido pelo número total de estados	Votação estadual dividida pela soma das votações estaduais	Cumulativa cota estadual Y_i	Cumulativa Cota da Coluna de número 4 X_i	$X_i * Y_{i+1}$	$X_{i+1} * Y_1$
1	2	3	4	5	6	7	8
A	0	25	0	.25	0	0	.0313
B	10	25	.125	.50	.125	.0938	.2500
C	30	25	.375	.75	.50	.5000	.7500
D	40	25	.50	1	1	-	-
SOMA=80						.5938	1.0313

Fonte: Adaptação do modelo de Jones e Mainwaring (2003).